



Ministério da Saúde  
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde  
Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro  
Hospital Federal da Lagoa

Processo nº 33408.064310/2024-12

<b>UASG.: 250105</b>				
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: <b>91012/2026</b> PROCESSO SEI Nº: 33408.064310/2024-12		Data de Abertura da sessão: <b>20/05/2026 às 10:00</b> No sítio: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>		
<b>OBJETO:</b>				
Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de Engenharia Clínica Hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.				
<b>VALOR ESTIMADO</b>				
<b>R\$ 2.334.603,64</b> (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos)				
<b>Registro de Preços?</b>	<b>de</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
Não.		Subitem 4.31 à 4.35, do Anexo IAnexo VI - Atestado de Visita Técnica. Anexo VII - Declaração de Dispensa de Vistoria	Anexo XII - Modelo de Termo de Contrato	<b>Menor Preço Global.</b>
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>				
<b>Requisitos Básicos:</b>		<b>Requisitos Específicos:</b>		
Senhores licitantes mantenham seus dados atualizados no SICAF.- SICAF- Certidão CNJ- Certidão Portal da Transparência- Certidão CNDT- Índices de liquidez superiores a 1- DRE- Certidão negativa de falência		No Anexo I - Termo de Referência: - Qualificação Econômico-Financeira (cl.9.26 à 9.35) - Qualificação Técnica (Cl. 9.36 à 9.39) - Qualificação Técnico Operacional (Cl. 9.40 à 9.43) - Qualificação Técnico-Profissional (cl. 9.44 à 9.47)		
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.				
<b>Preferência para ME/EPP?</b> Não.	<b>Reserva Cota ME/EPP?</b> Não.	<b>Exige Amostra/Treinamento?</b> Sim.	<b>Dec. 7.174/2010?</b> Não.	
<b>Prazo para envio pra proposta/documentação:</b>				
Até 03 (três) horas, podendo ser prorrogado a pedido.				
<b>ATENÇÃO!</b> <b>Pedidos de Esclarecimento/Impugnação:</b>		<b>Contato:</b>		
Até as 15:00 do dia <b>15/05/2026 (Sexta-feira).</b>		<b>cpl@hgl.rj.saude.gov.br</b> com cópia para <b>licitacao.hgl@gmail.com</b> Telefone: <b>(21) 3111-5271</b> - De 2ª à 6ª feira de 09:00 às 15:00.		
<b>Observações Gerais:</b>				

1. Local de execução do serviço:

- **HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA** - Rua Jardim Botânico, 501, Jardim Botânico, CEP: 22.470-050, Rio de Janeiro - RJ.

2. A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 1.000,00 (hum mil reais)
3. Atenção às declarações/documentos de habilitação que deverão ser entregues na validade, após a sessão pública.
4. As respostas aos pedidos de Esclarecimento/Impugnação serão divulgadas no campo próprio do sistema e vinculam as partes.
5. A contratada deverá atender a todas as legislações no corpo do edital sobretudo no Anexo I - Termo de Referência.
6. Em caso de divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerão as orientações do Anexo I - Termo de Referência.
7. Atenção as cláusulas do item 11, do Edital - Das Infrações Administrativas. Lei 14.133/2021.
8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 8.1 ANEXO I – Termo de Referência.
  - 8.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
- 8.2 ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.
- 8.3 ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.
- 8.4 ANEXO IV – Modelo de Planilha de Regime de Execução.
- 8.5 ANEXO V – Modelo de Check-List/acompanhamento de serviços.
- 8.6 ANEXO V - A – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Engenharia Clínica;
- 8.7 ANEXO V - B – Relatório Mensal de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Engenharia Clínica
- 8.8 ANEXO VI – Tabela de Equipamentos.
- 8.9 ANEXO VII – Modelo de Atestado de Visita Técnica
- 8.10 ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria.
- 8.11 ANEXO IX – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do ART. 7º, da Constituição Federal.
- 8.12 ANEXO X – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública.
- 8.13 ANEXO XI – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.
- 8.14 ANEXO XII – Modelo de Termo de Ciência e Concordância.
- 8.15 ANEXO XIII – Modelo de Termo de Contrato.

**EDITAL**

**HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91012/2026**

(Processo Administrativo nº 33408.064310/2024-12)

Torna-se público que Ministério da Saúde, por meio do **Hospital Federal da Lagoa**, sediado(a) Rua Jardim Botânico, 501 - Bairro: Jardim Botânico - Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de **Engenharia Clínica Hospitalar**, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual
1	Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.	22225	Mês	12	R\$ 194.550,30	R\$ 2.334.603,64

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente
- 2.6.4. sociedades cooperativas;
- 2.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 2.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:**

- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”

impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. **O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.**

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. **valor unitário, mensal e total dos itens;**

4.1.2. **Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

4.13. **Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.**

4.13.1. **A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.**

4.13.2. **Também não serão aceitas propostas que prevejam, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos orçados pela administração, referentes aos seguintes benefícios de natureza trabalhista e/ou social:**

4.13.3. **auxílio-alimentação**

4.13.4. **auxílio transporte; e**

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. **A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.**

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro/Agente da Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem: disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.17.2.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17.6. O pregoeiro/Agente da Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



5.17.7. É facultado ao pregoeiro/Agente da Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro/Agente da Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.5.1. **Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 (RJ001394/2025) -SIND OFS ELET TRAB IND INST E MANUT ELET GAS HIDR SANIT MEC E TELF RJ, CNPJ n. 33.748.484/0001-00.**

6.5.2. **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (RJ001061/2025) - SINDICATO DAS EMP ASSEIO E CONS EST DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n. 34.037.150/0001-91.**

6.5.3. **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 (RJ003055/2025) -SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60.**

6.5.4. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade

seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.10.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.18. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

6.18.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.18.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

6.18.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado).

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração;

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme previsto no item 4.15, anexo I do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo previsto no anexo V deste edital.

- 7.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de no mínimo de duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### 8.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.
- 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.



- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)].

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. **Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:**
- 10.1.1. **deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;**
- 10.1.2. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:**
- 10.1.2.1. **não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;**
- 10.1.2.2. **recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;**
- 10.1.2.3. **pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou**
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5. fraudar a licitação
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. **Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**
- 10.2.1. **advertência;**
- 10.2.2. **multa;**
- 10.2.3. **impedimento de licitar e contratar e**
- 10.2.4. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, **a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.**
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, **a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.**
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. **Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.**

10.15.1. **Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [cpl@hgl.rj.saude.gov.br](mailto:cpl@hgl.rj.saude.gov.br) com cópia para [licitacao.hgl@gmail.com](mailto:licitacao.hgl@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Rua Jardim Botânico, 501 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22470-050 na Área de Licitação no 10º andar.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA.**

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)].

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência.

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços.

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços.

12.11.4. ANEXO IV – Modelo de Planilha de Regime de Execução.

12.11.5. ANEXO V – Modelo de Check-List/acompanhamento de serviços.

12.11.5.1. ANEXO V - A – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Engenharia Clínica;

12.11.5.2. ANEXO V - B – Relatório Mensal de Avaliação de Qualidade dos Serviços de Engenharia Clínica

12.11.6. ANEXO VI – Tabela de Equipamentos.

12.11.7. ANEXO VII – Modelo de Atestado de Visita Técnica

12.11.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria.

12.11.9. ANEXO IX – Modelo de Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do ART. 7º, da Constituição Federal.

12.11.10. ANEXO X – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública.

12.11.11. ANEXO XI – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

12.11.12. ANEXO XII – Modelo de Termo de Ciência e Concordância.

12.11.13. ANEXO XIII – Modelo de Termo de Contrato.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Edital modelo - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: Setembro/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 350/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal(R\$)	Valor Anual(R\$)
1	Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.	22225	Mês	12	R\$ 194.550,30	R\$ 2.334.603,64

1. Os serviços de engenharia clínica hospitalar, objeto desta contratação, são classificados como serviços comuns de engenharia nos termos do artigo 6º, XXI, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021, pois possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital e seus anexos, notadamente pelo Termo de Referência e pelo Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 (ETP).

1.3. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, trata-se de contratação que compreende:

- Manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares;
- Calibração e qualificação metrológica;
- Gestão informatizada do parque tecnológico;
- Consultoria técnica, suporte, treinamento e inventário eletrônico;
- Procedimentos de consertos externos quando não solucionados internamente.

1.4. Todos esses serviços têm seus parâmetros técnicos, requisitos de desempenho, rotinas, periodicidades e resultados perfeitamente descritíveis em normas técnicas oficiais, regulamentos sanitários, instruções normativas e padrões nacionalmente reconhecidos, como as RDCs da Anvisa, normas da ABNT, portarias do Ministério da Saúde e as melhores práticas do setor público.

1.5. Além disso, o ETP nº 278/2025 demonstra que há no mercado ampla oferta de empresas especializadas, aptas a executar as atividades demandadas, sendo possível comparar propostas objetivamente, com critérios técnicos e econômicos padronizados.

1.6. Desta forma, não há elementos de inovação, singularidade ou complexidade técnica extraordinária que impeçam a caracterização dos serviços como comuns. Ao contrário, os requisitos de desempenho, qualidade, metodologia e aferição são transparentes, mensuráveis e auditáveis, garantindo a isonomia entre os licitantes e a segurança para a Administração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atividade essencial e permanente à segurança, operacionalidade e conformidade legal do parque de equipamentos médico-hospitalares do Hospital Federal da Lagoa, exigindo prestação ininterrupta, padronizada e com rotinas técnicas previamente estabelecidas, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025. A vigência plurianual é mais vantajosa à Administração, pois assegura maior previsibilidade orçamentária, planejamento de médio e longo prazo, continuidade das ações de manutenção, redução de custos decorrentes de desmobilização e remobilização de equipes e sistemas, e fortalecimento da gestão patrimonial, conforme fundamentação apresentada no ETP nº 278/2025.

1.8. Fundamentos extraídos do ETP nº 278/2025:

- O serviço é imprescindível para manter a segurança, a rastreabilidade, a conformidade regulatória e a plena disponibilidade dos equipamentos hospitalares;
- Sua natureza exige prestação ininterrupta e programada, com ciclos de manutenção, calibração, inventário e atualização contínua;
- A contratação plurianual propicia economia de escala, racionalização administrativa, redução de custos e alinhamento ao Plano Anual de Contratações;
- As atividades possuem periodicidade definida, dependem de equipe técnica estável e planejamento de médio /longo prazo,

impedindo solução alternativa de execução pontual ou eventual.

## **Prazo de vigência**

1.9. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados de 24 de dezembro de 2025, prorrogável sucessivamente, mediante termo aditivo devidamente justificado e aprovado, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.10. Nos termos do artigo 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a duração inicial dos contratos de prestação de serviços continuados, como é o caso do serviço de engenharia clínica hospitalar, é limitada a até 5 (cinco) anos. Eventuais prorrogações sucessivas poderão ser admitidas até o limite de 10 (dez) anos, desde que observados o interesse da Administração, a vantajosidade, a manutenção das condições inicialmente pactuadas e a demonstração de eficiência e economicidade, conforme disciplina o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.11. O início da vigência do contrato dar-se-á em 24 de dezembro de 2025.

1.12. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferecerá detalhamento específico das regras relativas à vigência da contratação, contemplando prazos, hipóteses e condições para eventuais prorrogações, fundamentação para a manutenção do interesse público e da vantajosidade, procedimentos para formalização de termos aditivos e critérios para rescisão ou extinção antecipada, em conformidade com os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, bem como demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

1.13. O Termo de Referência, por sua natureza, indica de forma geral o prazo e as condições de vigência do contrato, remetendo ao instrumento contratual a disciplina minuciosa sobre prorrogação, alteração, extinção e outros aspectos formais. O detalhamento constante do contrato visa assegurar clareza, segurança jurídica e transparência na execução contratual, conforme preconizam os princípios da legalidade, eficiência e publicidade, além de permitir o adequado acompanhamento pela fiscalização e pelos órgãos de controle.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-0000047/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 13/08/2025
- III) ID do item no PCA: 378
- IV) Classe/Grupo: 833 - Serviço de Engenharia
- V) Identificador da Futura Contratação: 250105- 148/2025

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 278/2025, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais, peças e componentes utilizados nas manutenções e consertos deverão preferencialmente possuir certificações ambientais, como ISO 14001 ou selo INMETRO de sustentabilidade, quando aplicável, priorizando itens recicláveis, de baixo impacto ambiental ou de origem comprovadamente sustentável.

4.1.2. A empresa contratada deverá adotar práticas de gestão de resíduos resultantes das atividades de manutenção, coleta e substituição de peças, promovendo o descarte ambientalmente adequado, nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), com apresentação de comprovantes e relatórios periódicos.

4.1.3. Os processos de higienização, lubrificação e conservação dos equipamentos médico-hospitalares deverão utilizar produtos biodegradáveis, não tóxicos e isentos de agentes poluentes, priorizando a proteção do meio ambiente e da saúde ocupacional dos trabalhadores e pacientes.

4.1.4. É obrigatória a destinação adequada de baterias, pilhas, circuitos eletrônicos, placas, cabos, componentes eletroeletrônicos e demais materiais perigosos, assegurando sua entrega a empresas licenciadas para tratamento e reciclagem, conforme normas ambientais e sanitárias vigentes.

4.1.5. Sempre que possível, deverá ser priorizada a contratação de serviços e aquisição de produtos de fornecedores regionais e/ou que promovam práticas de inclusão social, geração de emprego local e valorização da cadeia produtiva sustentável..

4.1.6. A empresa contratada deverá promover a educação ambiental contínua de sua equipe técnica, com treinamentos periódicos sobre sustentabilidade, boas práticas ambientais e prevenção de acidentes ambientais, apresentando os registros comprobatórios à fiscalização.

4.1.7. Os veículos e equipamentos de apoio utilizados nas atividades de manutenção e suporte deverão, preferencialmente, ser dotados de tecnologias de baixo consumo energético e de emissões reduzidas de poluentes atmosféricos, comprovado por laudos ou certificações técnicas.

4.1.8. A gestão informatizada do parque de equipamentos deverá contemplar módulos e ferramentas para monitoramento do consumo energético, da geração de resíduos e do ciclo de vida dos equipamentos, subsidiando ações de melhoria contínua e redução dos impactos ambientais da operação hospitalar.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, exclusivamente nos casos em que a padronização, a compatibilidade tecnológica ou a manutenção da garantia dos equipamentos médico-hospitalares do Hospital Federal da Lagoa assim o exigirem, conforme justificativas técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.

Exemplos, conforme ETP nº 278/2025:

- Equipamentos ou peças de reposição que sejam imprescindíveis à manutenção de garantias de fábrica, contratos de manutenção existentes, integração a sistemas proprietários, ou observância de normas técnicas específicas;
- Sistemas informatizados de gestão de engenharia clínica que necessitem de integração com as plataformas já adotadas institucionalmente (indicar marca/modelo, se cabível, conforme ETP ou política interna).

**Justificativa:** A indicação de marca, modelo ou característica técnica específica dar-se-á apenas quando indispensável para garantir a compatibilidade, a eficiência operacional, a continuidade da assistência e a conformidade legal, com base no artigo 7º, § 5º, da Lei 14.133/2021, e nas conclusões do ETP nº 278/2025.

4.3. A Administração não aceitará, em hipótese alguma, o fornecimento de produtos ou marcas que apresentem incompatibilidade comprovada com os equipamentos instalados, tampouco daqueles que tenham causado falhas operacionais, prejuízos técnicos ou comprometimento da segurança assistencial, conforme registros detalhados em ordens de serviço e laudos técnicos do Hospital Federal da Lagoa

4.3.1. Serão vedados produtos ou marcas que não atendam plenamente às especificações técnicas exigidas, que impeçam a correta integração aos sistemas existentes, ou que prejudiquem a eficiência operacional e a confiabilidade dos equipamentos.

4.3.2. Não serão aceitos componentes, peças de reposição ou acessórios que tenham histórico de uso associado à recorrência de falhas, à redução da vida útil dos equipamentos, ao aumento dos custos de manutenção ou à interrupção indevida dos serviços hospitalares.

4.3.3. Estarão impedidos de utilização softwares, sensores, módulos e demais itens que, conforme evidências técnicas documentadas, apresentem histórico de instabilidade, mau funcionamento, não conformidade normativa ou risco à rastreabilidade e à integridade das informações geridas pelo sistema institucional.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

##### **4.4. Da exigência de carta de solidariedade para manutenção externa**

4.4.1. Sempre que houver necessidade técnica devidamente comprovada de realização de manutenção externa em equipamentos médico-hospitalares, a contratada estará obrigada a apresentar, previamente à execução do serviço, carta de solidariedade emitida pelo fabricante do respectivo equipamento, sistema ou componente.

4.4.2. A carta de solidariedade deverá ser apresentada em papel timbrado do fabricante, assinada por representante legal, contendo as seguintes declarações:

a) O prestador de serviço externo indicado pela contratada está expressamente autorizado pelo fabricante a executar as intervenções de manutenção no equipamento;

b) O fabricante assume responsabilidade solidária pela qualidade e procedência das peças empregadas, integridade do equipamento e total conformidade técnica das intervenções realizadas;

c) O fabricante compromete-se a fornecer suporte técnico complementar, peças originais, documentação técnica e, quando necessário, laudos ou certificações, sempre que solicitado pela Administração, durante ou após a realização do serviço externo, pelo prazo de vigência contratual e eventuais prorrogações.

4.4.3. O descumprimento da exigência de apresentação da carta de solidariedade impedirá a execução do serviço externo pretendido e sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas neste instrumento.

4.4.4. A presente exigência fundamenta-se nos princípios da rastreabilidade, garantia da assistência, proteção do patrimônio público e mitigação de riscos operacionais, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 e em Nota Técnica específica.

#### **Subcontratação**

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Termo de Referência, em estrita observância aos artigos 122 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e aos critérios técnicos estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.

4.6. Será permitida a subcontratação parcial do objeto exclusivamente para atividades de manutenção corretiva externa e aquisição de peças em geral para equipamentos médico-hospitalares, desde que devidamente justificada por laudo técnico do setor de engenharia clínica e autorizada previamente pela Administração, sendo o valor global dessas subcontratações limitado ao valor estimado para consertos externos, nos termos do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.

4.7. É vedada a subcontratação completa do objeto ou da parcela principal da obrigação contratual, especialmente das seguintes atividades:

4.7.1. Gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares, inclusive inventário, rastreabilidade, geração de indicadores e elaboração de relatórios periódicos;

4.7.2. Execução das manutenções preventivas, preditivas e corretivas rotineiras dos equipamentos no âmbito do HFL, incluindo inspeções, diagnósticos, ajustes e pequenas correções documentadas no ETP nº 278/2025 (por exemplo: troca de sensores, calibração local, atualização de firmware e testes de performance);

4.7.3. Consultoria técnica permanente à Administração, treinamento e orientação aos usuários dos equipamentos, conforme diretrizes do ETP nº 278/2025.

4.8. Poderão ser subcontratadas, dentro dos limites do item 4.6 e das condições deste instrumento, apenas as seguintes parcelas do objeto:

4.8.1. Serviços de manutenção corretiva externa, tais como o envio de módulos eletrônicos de alto custo ou complexidade (ex: placas-mãe de monitores multiparamétricos, conjuntos de acionamento de ventiladores pulmonares), sempre que houver laudo técnico do setor de engenharia clínica do HFL atestando a necessidade de intervenção fora da unidade e desde que acompanhados da respectiva carta de solidariedade do fabricante;

4.8.2. Calibração e certificação metrológica de equipamentos cuja legislação exija laboratório acreditado pelo INMETRO e não seja possível a execução interna, como bombas de infusão, monitores de pressão invasiva e desfibriladores, conforme determinações da RDC ANVISA nº 02/2010 e da NBR ISO 13485/2016;

4.8.3. Recuperação especializada de componentes, por exemplo, reconstituição de cabos multipolares, substituição de transdutores ou reparos em sondas de ultrassom, desde que previamente autorizada e acompanhada pela engenharia clínica do HFL, conforme exemplos de OS constantes no ETP nº 278/2025.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, a contratada permanece integralmente responsável pela perfeita execução do contrato, devendo supervisionar, coordenar e responder por todas as atividades do subcontratado, inclusive quanto à conformidade técnica e legal, à luz do artigo 122, §1º da Lei nº 14.133/2021.

4.10. A subcontratação dependerá sempre de autorização prévia e formal da Administração, após análise técnica e comprovação de que o subcontratado atende a todos os requisitos de qualificação técnica e habilitação jurídica exigidos para a execução da respectiva parcela.

4.11. A contratada apresentará documentação comprobatória da capacidade técnica do subcontratado, a qual será avaliada pela fiscalização e anexada aos autos do processo, em conformidade com os artigos 67 e 122, §1º da Lei nº 14.133/2021.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, caso esta ou seus dirigentes mantenham vínculo de qualquer natureza com servidores do órgão contratante, integrantes da comissão de fiscalização ou parentesco até o terceiro grau, nos termos do 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.13. Em se tratando de serviços contínuos, a contratada responderá solidariamente por todos os atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista, nos termos do artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174/2024.

#### **Garantia da contratação**

4.14. Será exigida garantia contratual, em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a ser mantida válida por todo o período de execução do contrato e acrescida de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual. O contratado poderá optar livremente pela modalidade de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de



capitalização, devendo a garantia corresponder a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação. Trata-se de exigência legal destinada a resguardar o interesse público diante de eventuais descumprimentos contratuais.

4.14.1. Nos casos em que a proposta vencedora resultar em valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento estimado pela Administração, será obrigatória a prestação de garantia adicional. O valor adicional corresponderá à diferença entre o valor orçado e o valor efetivamente proposto, conforme determina o §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Esta previsão objetiva proteger a Administração contra possíveis práticas de preços inexequíveis.

4.15. Na hipótese de o contratado optar pelo seguro-garantia, a respectiva apólice deverá ser apresentada, impreterivelmente, até a data da assinatura do contrato. Ressalta-se que, mesmo em caso de inadimplemento do pagamento do prêmio, a apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme dispõe a regulamentação da SUSEP, impedindo qualquer risco de descoberta para a Administração.

4.15.1. Não sendo apresentada a apólice até a assinatura do contrato, o direito à opção por seguro-garantia ficará precluso, e o contratado deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura, apresentar comprovante de prestação de garantia por outra modalidade, sendo facultada a prorrogação por igual período, a critério exclusivo da Administração. Tal medida garante celeridade e segurança ao procedimento.

4.15.2. Qualquer alteração de vigência contratual, seja por prorrogação, seja por alteração do valor, deverá ser acompanhada de endosso formal da seguradora, ajustando a apólice à nova realidade contratual, de modo a evitar lacunas de cobertura e proteger a Administração contra eventuais prejuízos.

4.16. Caso se opte por caução em dinheiro, o valor correspondente deverá ser depositado em conta específica na Caixa Econômica Federal, em nome do Contratante, com devida atualização monetária, assegurando transparência e rastreabilidade ao procedimento.

4.17. Títulos da dívida pública utilizados como garantia deverão ser emitidos sob a forma escritural, devidamente registrados em sistema autorizado pelo Banco Central do Brasil, com avaliação pelos valores econômicos definidos pelo órgão competente.

4.18. A fiança bancária, se escolhida, deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com cláusula expressa de renúncia aos benefícios do art. 827 do Código Civil, conferindo agilidade e eficiência à eventual execução.

4.19. Optando-se pelo título de capitalização, este deverá ser adquirido mediante pagamento único, resgatável integralmente ao final do vínculo, e emitido por sociedade de capitalização reconhecida pelo Governo Federal, promovendo respaldo jurídico e liquidez à garantia.

4.19.1. O título de capitalização será apresentado com as condições gerais do plano e o número do processo administrativo de aprovação junto à Susep, conforme o art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022, conferindo plena regularidade à modalidade.

4.20. A garantia prestada, em qualquer modalidade, deverá obrigatoriamente abranger:

4.20.1. Prejuízos advindos do inadimplemento contratual e descumprimento de quaisquer obrigações pactuadas;

4.20.2. Multas de qualquer natureza impostas pela Administração;

4.20.3. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, devidas e não adimplidas pelo contratado.

4.21. Quando adotada a modalidade seguro-garantia, a apólice deverá prever expressamente cobertura para pagamento direto a empregados em caso de decisão administrativa definitiva, independentemente de decisão judicial transitada em julgado. Tal disposição visa a proteger os direitos dos trabalhadores vinculados à execução do objeto.

4.22. Qualquer ajuste do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência demandará a correspondente atualização ou renovação da garantia, a ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após a formalização do termo aditivo, admitindo-se prorrogação por igual período, a critério da Administração.

4.23. Na eventualidade de suspensão do contrato por ato ou inadimplemento da Administração, o contratado estará dispensado de renovar ou endossar a garantia até o restabelecimento do vínculo ou adimplemento das obrigações devidas pela Administração.

4.24. No caso de execução total ou parcial da garantia para satisfação de obrigações contratuais, o contratado se obriga a repor o valor correspondente no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis a critério do Contratante, preservando a efetividade da garantia por todo o tempo exigido.

4.25. A Administração poderá executar a garantia sempre que necessário, na forma da lei, devendo notificar o garantidor quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

4.25.1. No seguro-garantia, a ocorrência do sinistro durante a vigência da apólice permite que a caracterização e comunicação do sinistro se deem posteriormente, respeitados os prazos prescricionais fixados pela Circular SUSEP nº 662/2022, o que fortalece a proteção do interesse público.

4.26. A extinção da garantia se dará mediante restituição da carta-fiança, autorização para liberação dos valores caucionados ou resgate do título de capitalização, desde que acompanhada de termo circunstanciado da Administração atestando o cumprimento integral das obrigações contratuais.

4.26.1. Na modalidade seguro-garantia, a extinção observará integralmente os normativos da Susep.

4.26.2. A Administração deverá, antes do término da vigência da garantia, apurar e registrar eventuais pendências contratuais, promovendo a retenção até a solução definitiva de eventuais obrigações em aberto.

4.27. A liberação ou restituição da garantia ocorrerá somente após a plena execução do contrato ou extinção motivada por culpa exclusiva da Administração. Caso a garantia seja em dinheiro, haverá atualização monetária no ato da devolução.

4.27.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

4.27.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.27.3. Não havendo comprovação de pagamento das verbas rescisórias ou da realocação, a Administração poderá utilizar a garantia para quitação direta aos empregados vinculados ao contrato, assegurando a proteção dos direitos trabalhistas.

4.28. O contratado, por este instrumento, autoriza expressamente o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia apresentada, nos termos deste Termo de Referência e do contrato.

4.29. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado para apurar prejuízos ou aplicar sanções à contratada, cabendo-lhe tão somente garantir o cumprimento das obrigações cobertas.

4.30. A garantia de execução do contrato constitui obrigação independente de eventual garantia de produto ou serviço que venha a ser prevista em outras cláusulas deste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é condição imprescindível para o pleno conhecimento das condições técnicas, estruturais e operacionais do objeto a ser contratado. Será assegurado a todo interessado o direito de realização de vistoria prévia, obrigatoriamente acompanhado por servidor público designado para esse fim, a ser agendada previamente e realizada de segunda a sexta-feira, das 10 horas às 15 horas, em data e horário previamente definidos pela Administração.

4.32. Aos interessados em realizar a vistoria prévia serão disponibilizadas diferentes datas e horários, de modo a garantir tratamento isonômico e evitar o compartilhamento de estratégias e informações entre potenciais licitantes.

4.32. Aos interessados em realizar a vistoria prévia serão disponibilizadas diferentes datas e horários, de modo a garantir tratamento isonômico e evitar o compartilhamento de estratégias e informações entre potenciais licitantes.

4.33.1. É vedada a realização de vistoria por terceiros não formalmente vinculados à empresa interessada, exceto mediante autorização expressa e formal, devidamente justificada perante a Administração.

4.33.2. Quaisquer esclarecimentos necessários acerca das condições do local ou da execução dos serviços deverão ser registrados em ata de vistoria, que será assinada tanto pelo representante da empresa quanto pelo servidor público designado.

4.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada pelo seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto e assumindo a responsabilidade integral por quaisquer equívocos, omissões ou desconhecimento relacionados ao local de prestação dos serviços.

4.35. A ausência da vistoria não servirá, em hipótese alguma, de fundamento para alegações posteriores de desconhecimento, dúvidas ou esquecimento de detalhes inerentes ao ambiente de execução dos serviços, devendo o contratado assumir integralmente os ônus decorrentes de sua decisão, sem direito a pleitos adicionais de reajuste, aditamento ou reequilíbrio contratual por motivos ligados ao desconhecimento das condições do local.

#### **Instalação de escritório**

4.36. Para a perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, constitui condição obrigatória que a licitante vencedora instale, nas dependências do Hospital Federal da Lagoa, base operacional própria, em área previamente designada pela Administração. Compete à contratada promover, às suas expensas, todas as adaptações, melhorias e adequações de infraestrutura necessárias ao pleno atendimento das obrigações contratuais, inclusive durante a fase de implantação inicial.

4.37. Parágrafo único. Ao término da vigência contratual, a contratada deverá restituir o ambiente físico utilizado para instalação da base em perfeitas condições de uso e conservação, conforme verificação formal da fiscalização do contrato. O descumprimento dessa obrigação sujeitará a contratada à penalidade de ressarcimento integral ao Hospital Federal da Lagoa, correspondente ao valor de todas as despesas necessárias à restauração do ambiente às condições originais em que foi recebido, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

### **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Execução:**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da Execução do Objeto: O início da execução do objeto ocorrerá em até 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato, salvo antecipação formal mediante ordem de serviço emitida pela Administração, ocasião em que a contratada deverá mobilizar equipe, recursos materiais e equipamentos necessários ao cumprimento do objeto.

5.1.2. Metodologia, Rotinas, Etapas, Tecnologias e Procedimentos: A execução dos serviços observará rigorosamente as rotinas, métodos, etapas, tecnologias e procedimentos especificados no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, abrangendo:

##### **a) Inspeção Inicial e Diagnóstico Situacional:**

Levantamento completo do parque de equipamentos, inspeção física, identificação de não conformidades, análise do histórico de manutenções, avaliação da documentação técnica, mapeamento de riscos operacionais e priorização de demandas, a ser realizado em até 10 (dez) dias após o início contratual

##### **b) Elaboração e Apresentação do Plano de Manutenção:**

Após o diagnóstico, a contratada deverá elaborar plano detalhado de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, contendo:

- Lista de equipamentos e suas particularidades;
- Frequência e periodicidade de cada tipo de manutenção;
- Métodos e procedimentos técnicos aplicáveis;
- Cronograma proposto;
- Especificação dos recursos necessários;
- Indicadores de desempenho (KPIs).

Este plano deverá ser apresentado em até 15 (quinze) dias após o diagnóstico inicial, para análise e aprovação da Serviço de Infraestrutura/ fiscal ou gestor do contrato do Hospital Federal da Lagoa.

##### **c) Implementação da Manutenção Preventiva (em até 60 dias):**

No prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato, a contratada deverá implementar integralmente a rotina de manutenção preventiva em todo o parque de equipamentos, conforme o plano aprovado. Isso implica:

- Execução efetiva da primeira rodada de manutenções preventivas em todos os equipamentos críticos;
- Correção de eventuais não conformidades detectadas;
- Atualização do inventário e dos registros técnicos;
- Emissão de relatórios circunstanciados de execução, assinados pelo responsável técnico da contratada e validados pela engenharia clínica.

##### **d) Execução das Manutenções Corretivas e Preditivas:**

- Manutenções corretivas deverão ser realizadas sob demanda, mediante identificação de falha, parada não programada ou solicitação da Administração, com prazo de resposta e resolução conforme níveis de criticidade definidos no contrato;
- Manutenções preditivas seguirão plano específico, com base em análise de tendências, monitoramento contínuo de parâmetros críticos, medições periódicas e uso de tecnologias de detecção precoce de falhas.

##### **e) Registro e Monitoramento:**

Todos os serviços realizados deverão ser registrados em sistema informatizado de gestão de manutenção, acessível à fiscalização da Administração, contendo:

- Data, horário e responsável técnico pela execução;
- Descrição detalhada dos procedimentos realizados;
- Peças, materiais e insumos aplicados;
- Situação final do equipamento e eventuais recomendações.

##### **f) Relatórios e Acompanhamento:**

- Elaboração de relatórios mensais consolidados de manutenção, contendo análise de desempenho, cumprimento do cronograma, justificativas para eventuais desvios e recomendações de melhoria;
- Reuniões periódicas de acompanhamento com a fiscalização do contrato para avaliação de resultados, análise de indicadores e redefinição de estratégias.

#### g) Desmobilização e Relatório Final:

Ao término da vigência contratual, a contratada deverá apresentar relatório conclusivo detalhado, contemplando histórico de serviços executados, evolução dos indicadores de desempenho, diagnóstico final do parque de equipamentos, recomendação de ações futuras e restituição do ambiente físico utilizado em perfeitas condições, sob pena de aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

##### 5.1.3. Cronograma de Realização dos Serviços:

5.1.3.1. O cronograma deverá ser elaborado de forma compatível com a criticidade e a prioridade dos equipamentos, contemplando os seguintes marcos:

- Levantamento inicial e diagnóstico situacional: até 10 dias após o início do contrato;
- Elaboração e apresentação do plano de manutenção: até 15 dias após conclusão do diagnóstico;
- Implementação da rotina de manutenção preventiva: até 60 dias após a assinatura do contrato;
- Execução contínua das manutenções corretivas e preditivas: durante toda a vigência;
- Entrega dos relatórios mensais: até o 5º dia útil do mês subsequente ao período de referência;
- Relatório conclusivo e desmobilização: ao final do contrato.

##### 5.1.4. Detalhamento das Etapas e Períodos

- Etapa 1: Levantamento inicial e diagnóstico situacional – 0 a 10 dias;
- Etapa 2: Elaboração e validação do plano de manutenção – 11 a 25 dias;
- Etapa 3: Implementação da manutenção preventiva – 26 a 60 dias;
- Etapa 4: Execução rotineira das manutenções corretivas e preditivas – 61 dias até o final do contrato;
- Etapa 5: Relatório conclusivo, desmobilização e devolução do ambiente – últimos 10 dias do contrato.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços objeto deste contrato serão prestados, prioritariamente, nas dependências do Hospital Federal da Lagoa, situado à Rua Jardim Botânico, nº 501, Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22461-000, podendo, excepcionalmente, ocorrer em outros locais previamente autorizados pela Administração, quando tecnicamente justificado.

5.3. A prestação dos serviços deverá ocorrer em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 18h, podendo ser estendida para períodos noturnos, finais de semana e feriados, mediante autorização prévia e expressa da Administração, sempre que houver necessidade para garantia da continuidade operacional dos serviços de saúde, atendimento a situações emergenciais ou cumprimento de demandas específicas do Hospital Federal da Lagoa.

#### Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará, de maneira obrigatória e inafastável, todas as rotinas operacionais, procedimentos técnicos, metodologias e padrões de qualidade estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 (ETP), nas notas de esclarecimento expedidas pela Administração e nos respectivos anexos integrantes deste Termo de Referência. Consideram-se, para todos os fins, partes integrantes deste instrumento os quadros-resumo, tabelas, fluxogramas, cronogramas, planos de manutenção, listas de verificação e demais documentos técnicos que detalham as práticas a serem adotadas na execução dos serviços.

Parágrafo único. Para fins de exemplificação, incluem-se entre as rotinas a serem observadas: (i) cumprimento rigoroso dos cronogramas de manutenção preventiva e corretiva; (ii) registro sistemático das intervenções em sistema informatizado; (iii) realização de inspeções periódicas e testes operacionais; (iv) comunicação tempestiva de não conformidades à fiscalização; e (v) atualização permanente dos relatórios técnicos e inventários patrimoniais, conforme modelos constantes nos anexos.

Eventuais dúvidas, lacunas interpretativas ou situações não previstas nos documentos técnicos deverão ser, obrigatoriamente, submetidas à apreciação da fiscalização do contrato, competindo à contratada adotar, tempestivamente, as providências e ajustes necessários à fiel execução do objeto e ao atendimento irrestrito de todas as obrigações contratuais.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita e regular execução dos serviços contratados, incumbirá à contratada disponibilizar, por sua conta e risco, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, observando rigorosamente os requisitos de quantidade, qualidade e especificação técnica estabelecidos neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 (ETP) e nas notas informativas. A relação de materiais e insumos apresentada no ETP, nos anexos e nas notas é meramente exemplificativa, competindo à licitante avaliar, dimensionar e complementar, sempre que necessário, a quantidade e a variedade dos itens indispensáveis à adequada execução das atividades, independentemente de prévia solicitação da Administração.

5.4.1. Todos os materiais e insumos utilizados deverão ser compatíveis com os equipamentos e sistemas objeto do contrato, compreendendo, mas não se limitando a: peças de reposição originais ou homologadas, componentes eletroeletrônicos, elementos de fixação, lubrificantes, produtos para limpeza técnica, materiais de consumo recorrentes e demais insumos recomendados pelos fabricantes, em conformidade com as normas técnicas e regulamentações pertinentes.

5.4.2. As ferramentas, dispositivos de teste e equipamentos de medição e calibração empregados na prestação dos serviços deverão possuir certificados de conformidade e, quando exigível, calibração vigente por organismo acreditado pelo INMETRO, mantendo-se a documentação respectiva sempre disponível à fiscalização da Administração.

5.4.3. Deverão ser disponibilizados, ainda, todos os utensílios de uso operacional, equipamentos de proteção individual e coletiva, dispositivos de segurança, kits para descarte ambientalmente adequado de resíduos e quaisquer outros itens necessários para garantir a execução eficiente, segura e sustentável dos serviços, em quantidade e qualidade compatíveis com o volume e as especificidades das atividades contratadas.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da contratada promover a substituição imediata de quaisquer materiais, peças, ferramentas ou insumos considerados inadequados, obsoletos, defeituosos, fora de especificação ou que não atendam ao desempenho exigido, independentemente de notificação prévia da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. Para o adequado dimensionamento da proposta, a demanda do órgão está fundamentada nas seguintes características, cujos detalhes constam no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 (ETP) e nas notas informativas anexas, que deverão ser integralmente consideradas pela licitante no momento da elaboração da proposta:

5.5.1. O parque de equipamentos médico-hospitalares do Hospital Federal da Lagoa apresenta diversidade de marcas, modelos, faixas etárias e níveis de complexidade tecnológica, exigindo da contratada capacidade comprovada de atuação sobre equipamentos de diferentes naturezas, incluindo aqueles de alta criticidade assistencial e que demandam atendimento prioritário em situações de emergência.

5.5.2. O volume estimado de serviços abrange manutenção preventiva, corretiva e preditiva em equipamentos distribuídos por múltiplos setores hospitalares, com fluxos variáveis de demanda, necessidade de atendimento em horários diferenciados e rápida resposta técnica para minimizar o tempo de inatividade dos equipamentos, nos termos dos planos e cronogramas estabelecidos pela engenharia clínica.

5.5.3. A execução contratual pressupõe observância a padrões rigorosos de segurança, rastreabilidade, registro informatizado das intervenções e apresentação de relatórios técnicos periódicos, devendo a licitante dimensionar sua estrutura operacional, recursos

humanos, materiais e logísticos para garantir atendimento pleno, eficaz e em conformidade com as exigências de qualidade, sustentabilidade e continuidade operacional descritas no ETP.

Parágrafo único. Outras informações complementares relevantes ao dimensionamento – tais como listas exemplificativas de equipamentos, dados sobre a rotina hospitalar, exigências normativas e indicadores de desempenho – encontram-se nos anexos do ETP e nas notas informativas, cabendo à licitante analisá-las cuidadosamente e esclarecer eventuais dúvidas junto à Administração, antes da apresentação da proposta.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços prestados será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme atestado pela Administração. Esta garantia contratual é complementar à garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e abrange integralmente todas as obrigações assumidas pela contratada, inclusive eventuais peças e insumos aplicados, devendo ser prestada em condições que assegurem a plena correção de defeitos, vícios ou falhas detectadas, sem ônus para a Administração, durante o período de vigência da garantia.

### **Uniformes**

5.7. É obrigação da contratada fornecer, sem qualquer ônus ao trabalhador, uniformes completos, apropriados à natureza e às condições do serviço a ser desempenhado no Hospital Federal da Lagoa, devendo tais uniformes estar em conformidade com as exigências de apresentação, segurança, ergonomia, conforto térmico e identificação institucional estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025 (ETP) e em normas técnicas pertinentes. Os uniformes deverão atender, de maneira contínua e em todas as estações do ano, às necessidades funcionais de cada colaborador, observando as seguintes condições:

5.7.1. O conjunto de uniformes obrigatórios abrangerá, de acordo com a função exercida e o ambiente de atuação, as seguintes peças mínimas, cujas especificações detalhadas constam do ETP:

5.7.1.1. Camisa ou camiseta de manga curta ou longa, calça ou bermuda, jaleco ou avental, colete, blusão ou jaqueta, gorro ou boné, capa de chuva, botas ou sapatos apropriados e demais acessórios específicos eventualmente requeridos pelas condições ambientais, além de crachá ou identificação visual obrigatória;

5.7.1.2. No início do contrato, cada empregado deverá receber pelo menos 03 (três) conjuntos completos de uniformes, sendo obrigatória a substituição de, ao menos, 01 (um) conjunto completo a cada 06 (seis) meses ou, excepcionalmente, em até 48 (quarenta e oito) horas após solicitação formal da Administração, sempre que constatado desgaste, dano, inadequação à atividade ou insatisfação quanto à apresentação e segurança.

5.7.2. Todos os uniformes deverão ser confeccionados com materiais e tecidos de alta qualidade, observando:

5.7.2.1. Utilização de tecido antialérgico, respirável, resistente a lavagens frequentes, com cores sólidas e duráveis, gramatura adequada à estação e ao ambiente de trabalho, e propriedades de fácil higienização;

5.7.2.2. Acabamento reforçado, modelagem que assegure conforto e liberdade de movimentos, ausência de elementos que possam causar acidentes, além de destaque para logomarca, símbolo institucional ou demais elementos de identificação visual definidos pela Administração.

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser adequados à sua condição, promovendo conforto, mobilidade e segurança, devendo ser substituídos prontamente sempre que houver desconforto, restrição ou inadequação em virtude do avanço gestacional.

5.7.4. A entrega dos uniformes ocorrerá obrigatoriamente mediante recibo individual, em duas vias, devidamente assinadas pelo empregado e pelo responsável da contratada, com uma via encaminhada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, que conferirá e arquivará o documento. A recusa, atraso ou insuficiência na entrega, substituição ou adequação dos uniformes sujeitará a contratada às sanções contratuais e legais cabíveis.

5.7.5. É vedado à contratada transferir ao empregado qualquer custo relativo à aquisição, substituição, adequação ou manutenção dos uniformes, sendo de sua inteira responsabilidade a observância da periodicidade, do padrão de qualidade e do quantitativo exigido, sob pena de multa e demais consequências previstas neste instrumento.

Parágrafo único. A fiscalização do contrato poderá, a qualquer tempo, inspecionar a qualidade, adequação e apresentação dos uniformes fornecidos, determinando a substituição imediata de quaisquer itens que estejam em desconformidade com os parâmetros estabelecidos ou apresentem desgaste incompatível com o uso profissional.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se de etapas obrigatórias destinadas a garantir a continuidade e a segurança da prestação dos serviços, bem como a adequada transferência de responsabilidades, tecnologias e informações, em estrita observância às peculiaridades operacionais do Hospital Federal da Lagoa e às melhores práticas de gestão pública. São etapas mínimas obrigatórias:

5.8.1. Apresentação prévia do Plano de Transição: Elaboração e entrega, em até 60 (sessenta) dias antes do encerramento contratual, de plano detalhado contendo cronograma de atividades, identificação dos responsáveis, descrição das rotinas críticas e mapeamento de riscos específicos do contrato.

5.8.2. Inventário Físico e Funcional do Parque de Equipamentos: Atualização, consolidação e entrega à Administração de inventário minucioso e atualizado de todos os equipamentos sob gestão, indicando situação operacional, localização, histórico de manutenções, pendências técnicas e eventuais restrições ou recomendações.

5.8.3. Transferência integral da documentação técnica e operacional: Entrega de toda a documentação, em meio físico e digital, incluindo relatórios de manutenção, laudos, registros informatizados, manuais, contratos de garantia, certificados de calibração, procedimentos operacionais padrão (POP), mapas de risco, dados de acesso a sistemas e quaisquer outros registros essenciais à continuidade dos serviços.

5.8.4. Capacitação e Treinamento Específico: Realização de treinamentos presenciais ou remotos para a equipe da Administração e/ou para a nova empresa contratada, abordando peculiaridades dos equipamentos, rotinas de manutenção, sistemas informatizados, padrões de segurança, estratégias de mitigação de falhas e transferência de conhecimento tácito acumulado durante o contrato.

5.8.5. Entrega e desmobilização da base operacional: Restituição da área física utilizada pela contratada, incluindo limpeza, descarte ambientalmente correto de resíduos, retirada de bens móveis particulares e reparos necessários para devolução do ambiente em condições iguais ou superiores àquelas em que foi recebido, conforme termo de vistoria firmado pela Administração.

5.8.6. Reuniões técnicas de alinhamento e integração: Realização de reuniões técnicas com a equipe de fiscalização, gestores do contrato, setores demandantes e representantes da nova empresa (quando aplicável), para repasse detalhado das informações críticas, alinhamento de procedimentos e esclarecimento de dúvidas operacionais e administrativas.

5.8.7. Regularização e quitação de obrigações pendentes: Apresentação de comprovação de quitação de eventuais débitos trabalhistas, fiscais, previdenciários, rescisórios e quaisquer obrigações remanescentes com a Administração ou terceiros, além da devolução de chaves, crachás, equipamentos cedidos e quaisquer bens patrimoniais sob responsabilidade da contratada.

5.8.8. Elaboração e entrega de relatório conclusivo: Apresentação de relatório final circunstanciado, contendo análise crítica dos serviços prestados, avaliação do desempenho, descrição de situações excepcionais ocorridas durante a vigência, recomendações para

aprimoramento e registro de todas as informações relevantes ao próximo executor contratual.

5.8.9. Formalização do termo de encerramento e transferência de responsabilidade: Lavratura de termo de encerramento contratual, firmado pela Administração e pela contratada, atestando a entrega de toda documentação, inventários, conhecimento técnico e demais bens, com registro de eventuais ressalvas ou pendências, e declaração expressa de transferência de responsabilidades.

5.8.10. Disponibilização de suporte pós-transição: Caso solicitado pela Administração, a contratada deverá prestar suporte técnico remoto ou presencial, por prazo determinado (a ser fixado em edital), para esclarecimentos complementares e auxílio na plena absorção das rotinas e sistemas transferidos.

5.8.11. O detalhamento, a forma e os prazos para o cumprimento de cada etapa deverão ser especificados pela Administração durante a fase de planejamento ou mediante termo aditivo, observando-se as particularidades do contrato, o perfil do parque de equipamentos, o grau de criticidade dos serviços e o interesse público na continuidade operacional do Hospital Federal da Lagoa.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração irá, de forma obrigatória, convocar o representante legal da empresa contratada para participação em reunião inaugural, de caráter formal e vinculante, destinada à apresentação minuciosa das diretrizes de gestão e fiscalização do ajuste. Na ocasião, serão prestados esclarecimentos e orientações quanto às obrigações contratuais recíprocas, aos procedimentos de acompanhamento e controle da execução, às metodologias e instrumentos de aferição de resultados, aos critérios de avaliação de desempenho, às rotinas de comunicação institucional, às responsabilidades específicas de cada agente envolvido e às consequências legais e administrativas decorrentes do eventual descumprimento das cláusulas contratuais, assegurando-se, dessa forma, o pleno conhecimento, a transparência e a efetividade do cumprimento do pactuado.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços compreenderá, além das atribuições previstas nos itens anteriores, o acompanhamento e a verificação das seguintes rotinas, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar nº 278 /2025 (ETP), as notas explicativas e as instruções suplementares definidas pela Administração:

6.16.1. Realização de inspeções presenciais ou remotas nos ambientes de prestação dos serviços, conferindo in loco as condições técnicas, administrativas, ambientais e de segurança, mediante utilização de listas de verificação (checklists) padronizadas;

6.16.2. Validação minuciosa dos relatórios técnicos, laudos, registros de manutenção e indicadores de desempenho apresentados pela contratada, exigindo esclarecimentos ou documentação complementar sempre que necessário e mantendo arquivamento organizado de todas as evidências;

6.16.3. Instauração e acompanhamento de procedimentos para apuração de não conformidades ou falhas, emitindo notificações corretivas, monitorando prazos de regularização, recomendando reuniões extraordinárias e propondo a aplicação de penalidades, se cabível, tudo devidamente registrado no histórico do contrato.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. Para fins de compensação de jornada, conforme Decreto nº 12.174, de 2024, e Instrução Normativa SEGES /MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, nas hipóteses em que trabalhadores prestem serviços em mais de uma unidade, caberá ao fiscal setorial promover interlocução formal com os responsáveis das respectivas unidades para avaliação e aprovação da compensação. Na ausência de fiscal setorial, a responsabilidade recairá sobre o fiscal técnico do contrato. Todas as decisões, autorizações e comunicações deverão ser formalizadas e arquivadas em sistema próprio de gestão contratual, garantindo rastreabilidade e transparência, inclusive para fins de auditoria e deverão constar de relatório para fiscalização.

6.20. O controle das horas compensadas será realizado obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico de ponto da contratada, ou outro meio admitido pela legislação trabalhista, cujos relatórios deverão ser disponibilizados à fiscalização sempre que solicitado. A Administração reserva-se o direito de promover auditorias periódicas nos registros de ponto, inclusive solicitando acesso temporário ao sistema da contratada para conferência e eventual cruzamento de dados.

6.21. O fiscal técnico deverá consolidar, em relatório mensal de fiscalização ou termo de recebimento provisório, as informações relativas



à compensação de jornada dos trabalhadores, indicando saldos, pendências e providências adotadas. Divergências ou inconsistências deverão ser relatadas de forma circunstanciada, com comunicação imediata à contratada para correção e recomendação de glosa até a regularização.

6.22. Em caso de ausência do trabalhador por um dia integral, o fiscal do contrato deverá verificar o desconto do vale transporte na fatura, salvo se a ausência recair em dia não útil ou fora da escala regular. Falhas nesse procedimento deverão ser imediatamente notificadas à contratada para correção, sob pena de glosa e aplicação das penalidades previstas.

6.23. O desconto do vale-alimentação somente será realizado se a ausência não for posteriormente compensada e houver previsão em acordo ou convenção coletiva de que o benefício está vinculado ao dia trabalhado. O fiscal deverá consultar e arquivar cópias das normas coletivas, esclarecendo dúvidas com a assessoria jurídica quando necessário.

6.24. No caso de compensação parcial da ausência, o desconto do vale-alimentação será proporcional ao período não compensado, conforme parâmetros normativos e instrumentos coletivos. A contratada deverá apresentar demonstrativo detalhado dos descontos e comprovação da compensação, sendo responsabilidade do fiscal a conferência dos cálculos.

6.25. Em situações de diminuição excepcional e temporária dos serviços, como recesso de final de ano, o fiscal do contrato, com o gestor, aprovará as escalas de revezamento, conferindo que a manutenção mínima dos serviços foi garantida e comunicando formalmente a contratada. Escalas aprovadas e comunicados deverão ser arquivados eletronicamente, com ciência dos trabalhadores e chefias das unidades.

6.26. O total de horas a ser compensado em razão do recesso será definido na escala e sua integral compensação deverá ocorrer até o mês subsequente ao recesso, sendo de responsabilidade do fiscal técnico o acompanhamento e controle. Relatórios de compensação e documentos comprobatórios deverão ser apresentados à Administração e mantidos para eventual auditoria.

6.27. O fiscal técnico deverá elaborar termo de recebimento provisório que contenha:

6.27.1. Indicação de saldo positivo de horas caso o recesso ainda não tenha sido usufruído;

6.27.2. Registro de compensação parcial do recesso;

6.27.3. Confirmação de compensação integral do recesso;

6.27.4. Informação sobre saldo em aberto, com recomendação de glosa proporcional na fatura, se a compensação não ocorrer até o mês subsequente. Todos os termos e documentos comprobatórios deverão ser digitalizados e arquivados em sistema próprio para facilitar controle, transparência e auditoria futura.

6.28. Quando o trabalhador solicitar compensação de jornada por ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução, que, se concordar, comunicará ao fiscal do contrato, cabendo a este avisar o preposto da empresa e registrar a previsão de ausência e compensação. A comunicação deverá ser preferencialmente eletrônica, registrada no histórico contratual e confirmada pelo preposto da contratada.

6.29. Nestes casos, o fiscal do contrato poderá emitir termo de recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar, sem indicação de glosa até a conclusão da compensação. Ao final do período, se houver saldo não compensado, deverá ser sugerida glosa proporcional.

6.30. Ao emitir o termo de recebimento provisório relativo à compensação de jornada, o fiscal técnico consignará:

6.30.1. Se o saldo foi integralmente compensado, atestando a regularidade;

6.30.2. Se houver saldo não compensado, recomendando a glosa proporcional na fatura subsequente. Toda documentação comprobatória, inclusive comunicações, registros e autorizações, deverá ser anexada ao termo e mantida arquivada para eventual controle e auditoria.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa, além das atribuições já previstas, observará rotinas específicas de controle documental, operacional e financeiro, em conformidade com as exigências do Estudo Técnico Preliminar nº 172/2025 (ETP), as notas explicativas, a legislação vigente e os princípios da legalidade, transparência, eficiência e continuidade do serviço público, conforme segue:

6.33.1. Avaliação minuciosa dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e fundiária da contratada e dos empregados vinculados à execução contratual, em todos os marcos relevantes do ajuste, inclusive assinatura, eventuais termos aditivos, pagamentos, recebimento provisório e definitivo, rescisão ou extinção contratual.

6.33.2. Controle sistemático do cumprimento das obrigações referentes ao pagamento de salários, benefícios legais e convencionais, férias, 13º salário, recolhimento de encargos sociais, verbas rescisórias e demais direitos trabalhistas, com exigência de documentação comprobatória e confrontação direta com as listas de empregados e folhas de pagamento apresentadas.

6.33.3. Monitoramento da atualização do cadastro dos trabalhadores efetivamente alocados, sendo obrigatória a comunicação à Administração, previamente, de quaisquer admissões, desligamentos, substituições, afastamentos, alterações de jornada, local de trabalho ou função, inclusive para fins de fiscalização de segurança, treinamento, saúde ocupacional e controle de acesso.

6.34. A fiscalização administrativa poderá, observando critérios técnicos e estatísticos, valer-se de auditorias amostrais ou integradas para identificar, analisar e sanar falhas de natureza sistêmica, privilegiando aquelas que possam impactar substancialmente a execução contratual, sem prejuízo da análise pontual e da responsabilização individual em caso de inconformidades relevantes.

6.35. Para a perfeita fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais da contratada, e considerando o regramento da CLT e legislação correlata, bem como o ETP e as notas explicativas, exigir-se-á a apresentação tempestiva, pela contratada, dos seguintes documentos:

6.35.1. Para empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1. No primeiro mês de execução do contrato, apresentação dos seguintes documentos:

6.35.1.1.1. Relação nominativa dos empregados alocados ao contrato, indicando nome completo, função, local de trabalho, jornada, RG, CPF, e os responsáveis técnicos, quando couber;

6.35.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados e dos responsáveis técnicos, devidamente assinada e atualizada;

6.35.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados destacados para o contrato.

6.35.1.2. Entrega mensal, até o dia 30 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, dos seguintes documentos, quando não disponíveis em consulta automática via SICAF:

6.35.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

6.35.1.2.2. Certidões de regularidade fiscal estadual, distrital e municipal;

- 6.35.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- 6.35.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.35.1.3. Apresentação, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.35.1.3.1. Extrato atualizado da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado;
- 6.35.1.3.2. Cópia da folha analítica de pagamento de qualquer mês de execução, constando a contratante como tomadora de serviços;
- 6.35.1.3.3. Cópia dos contracheques de qualquer empregado, de qualquer mês, ou recibos bancários;
- 6.35.1.3.4. Comprovantes de fornecimento dos benefícios suplementares obrigatórios, por força legal ou convencional;
- 6.35.1.3.5. Comprovantes de realização de treinamentos, cursos e reciclagens exigidos;
- 6.35.1.3.6. Documento que comprove capital social integralizado compatível com o número de empregados, conforme art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.
- 6.35.1.4. Entrega, após o último mês de prestação dos serviços, e nos prazos definidos em contrato, dos seguintes documentos na hipótese de rescisão ou extinção contratual:
- 6.35.1.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, quando for o caso;
- 6.35.1.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS das rescisões;
- 6.35.1.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.35.1.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.36. Em toda e qualquer admissão de empregado pela contratada durante a vigência do contrato, deverão ser apresentados, no prazo máximo de 10 (dez) dias da admissão, todos os documentos do item 6.35.1.1.
- 6.37. A Administração procederá à análise formal da documentação relativa ao item 6.35.1.4, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável justificadamente por mais 30 (trinta) dias, cientificando a contratada de eventual pendência.
- 6.38. Anualmente, a cada 12 meses de vigência contratual, a contratada encaminhará termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, comprovando sua assinatura junto ao sindicato representativo dos empregados, ou, alternativamente, demonstrará a adoção efetiva de todas as providências exigidas para sua obtenção.
- 6.39. O termo de quitação anual será firmado conforme exigido pelo art. 507-B, parágrafo único, da CLT, e, para efeito de comprovação das providências de que trata o item anterior, serão aceitos recibos, atas, declarações de negativa de negociação, ou documentos equivalentes.
- 6.40. Em nenhuma hipótese haverá pagamento adicional à contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, sendo tais custos considerados inclusos no valor do contrato.
- 6.41. Nas contratações com sociedades civis ou organizações sociais, será exigida a comprovação do atendimento de todas as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, na forma da legislação específica de regência.
- 6.42. Os documentos comprobatórios poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório ou autenticada por servidor da Administração, preservando-se a fé pública e a integridade dos registros.
- 6.43. Verificado indício de irregularidade quanto ao recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal administrativo, ou o gestor, deverá comunicar formalmente à Receita Federal do Brasil para apuração e providências cabíveis.
- 6.44. Do mesmo modo, em caso de suspeita de inadimplemento do FGTS, o Ministério do Trabalho deverá ser formalmente comunicado para os fins legais.
- 6.45. O inadimplemento de obrigações trabalhistas, sociais, fiscais ou previdenciárias, bem como a não manutenção das condições de habilitação, poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e legais.
- 6.46. O Contratado, salvo evidência de má-fé ou incapacidade, poderá ter concedido prazo para regularizar pendências de habilitação, trabalhistas ou sociais, sob pena de rescisão caso não promova a regularização no período estabelecido.
- 6.47. A ausência de comprovação documental de regularidade trabalhista, previdenciária ou do FGTS autoriza a Administração a reter o pagamento da fatura mensal, proporcional ao inadimplemento, até a regularização, com ciência à contratada.
- 6.48. Se, transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias, persistir o inadimplemento das obrigações, a Administração poderá efetuar o pagamento diretamente aos empregados vinculados à execução contratual, sem configurar vínculo empregatício.
- 6.49. O sindicato da categoria profissional será comunicado para acompanhar, quando couber, o pagamento das verbas diretamente aos empregados, zelando pela regularidade do procedimento.
- 6.50. Tais pagamentos não criam qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados da contratada, nem transferem à Administração obrigações outras que não aquelas expressamente previstas em lei ou no contrato.
- 6.51. O contrato só será considerado plenamente cumprido após comprovação, pela contratada, do adimplemento integral de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, inclusive verbas rescisórias devidas à mão de obra alocada.
- 6.52. Compete exclusivamente à contratada a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, vedada qualquer solidariedade da Administração.
- 6.53. O inadimplemento pela contratada desses encargos não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, excetuadas as hipóteses legais expressas.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, todas as diretrizes complementares constantes do item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5/2017, na forma da IN Seges/ME nº 98/2022, quando aplicável à espécie.
- 6.55. Para fins de recebimento provisório de cada período mensal, o fiscal administrativo verificará minuciosamente a regularidade dos pagamentos de salários, encargos e benefícios do mês anterior, emitindo relatório circunstanciado ao gestor do contrato.
- 6.56. A fiscalização administrativa analisará a possibilidade e regularidade da compensação de jornada de trabalho nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1. Redução temporária ou excepcional da demanda, inclusive em recesso;
- 6.56.2. Necessidade eventual do trabalhador, não cabendo substituição.
- 6.57. As compensações de jornada ficarão limitadas à jornada máxima diária de 10 (dez) horas e ao acréscimo de até 2 (duas) horas à jornada normal.
- 6.58. A compensação de jornada dependerá de manifestação do trabalhador e da concordância do responsável pela unidade de execução, devendo ser formalizada e registrada no histórico contratual.

#### **Gestor do Contrato**

- 6.59. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.59.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, mantendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento contratual, tais como ordem de serviço, registro de ocorrências, alterações e prorrogações

contratuais, elaborando relatórios que possibilitem a verificação da necessidade de adequações contratuais, de modo a garantir o atendimento à finalidade pública e à eficiência administrativa.

6.59.2. Acompanhar, de modo sistemático, os registros realizados pelos fiscais do contrato, referentes a todas as ocorrências relacionadas à execução, bem como as providências adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, eventuais situações que extrapolem sua competência decisória.

6.59.3. Acompanhar a manutenção contínua das condições de habilitação da contratada, especialmente para fins de empenho de despesa e pagamento, anotando, em relatório de riscos eventuais, quaisquer situações impeditivas ao regular fluxo de liquidação e pagamento.

6.59.4. Emitir documento comprobatório de avaliação acerca do cumprimento das obrigações contratuais, com base nos relatórios dos fiscais técnico, administrativo e setorial, consignando o desempenho do contratado a partir de indicadores objetivos e das eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento das obrigações.

6.59.5. Adotar as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, visando à aplicação de sanções contratuais, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, encaminhando a matéria à comissão competente ou ao setor com atribuição para tal, conforme o caso.

6.59.6. Elaborar relatório final pormenorizado sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação, apontando eventuais condutas e recomendações voltadas ao aprimoramento dos processos e atividades da Administração, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6.59.7. Remeter ao setor de contratos toda a documentação pertinente, visando à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor aferido pela fiscalização e gestão contratual, em estrita conformidade com as disposições pactuadas.

6.59.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, observando rigorosamente o disposto no art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024 e nas políticas internas do órgão, promovendo, quando for o caso, a comunicação à autoridade competente para apuração e adoção de providências, em observância à legislação protetiva, ao ETP e à nota explicativa específica, garantindo o resguardo dos direitos fundamentais dos envolvidos e a integridade do ambiente institucional.

6.59.8.2. À notificação formal de descumprimento de obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada, independentemente da origem da comunicação (trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo), devendo proceder, nos termos do ETP e das normas internas, ao registro imediato do fato e à adoção das medidas necessárias para a regularização da situação, inclusive acionando os setores de fiscalização e jurídico para instrução do processo administrativo pertinente.

6.60. Nos períodos de diminuição excepcional e temporária do trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, competirá ao gestor avaliar, à luz do interesse público e da economicidade, a conveniência e a oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando, de modo formal e tempestivo, todas as unidades envolvidas acerca da possibilidade, requisitos e procedimentos para concessão, nos termos do artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e conforme orientações e especificidades constantes do ETP e das notas explicativas.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), cujos parâmetros, metodologia de aplicação e detalhamento encontram-se disciplinados no respectivo Anexo V deste edital.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados;

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), nos termos do ETP e das notas explicativas, não impede a adoção simultânea de outros mecanismos e metodologias de avaliação, incluindo auditorias técnicas, inspeções in loco, análise documental, validação de relatórios de desempenho, entrevistas com usuários dos serviços e utilização de indicadores suplementares de qualidade, produtividade e regularidade, a fim de garantir a máxima efetividade no controle da prestação dos serviços e o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

7.4. Para efeito de aferição da execução contratual e consequente pagamento, serão observados, dentre outros, os seguintes critérios, extraídos do ETP nº 278/2025 e das notas explicativas, assegurando máxima precisão, objetividade e alinhamento às necessidades institucionais:

7.4.1. Cumprimento integral do cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração;

7.4.2. Observância dos prazos máximos para resposta e atendimento às ordens de serviço emitidas;

7.4.3. Regularidade e tempestividade na execução das manutenções preventivas e corretivas, conforme plano previamente aprovado;

7.4.4. Disponibilidade e funcionamento contínuo dos equipamentos essenciais, nos parâmetros de desempenho estabelecidos no ETP;

7.4.5. Conformidade técnica e documental dos relatórios mensais de serviços, devidamente assinados por responsável habilitado;

7.4.6. Satisfação dos usuários internos, aferida por meio de pesquisas periódicas, entrevistas ou outros instrumentos definidos pela Administração;

7.4.7. Ausência de não conformidades graves, reincidentes ou não sanadas, identificadas em auditorias, inspeções ou fiscalizações realizadas;

7.4.8. Observância integral das exigências relativas à segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e normas de biossegurança;

7.4.9. Regularidade na alocação e qualificação dos profissionais envolvidos, conforme requisitos mínimos do ETP;

7.4.10. Utilização de materiais, peças e insumos rigorosamente compatíveis com as especificações técnicas aprovadas, devidamente certificados e acompanhados de documentação comprobatória de procedência e qualidade;

7.4.11. Atendimento aos parâmetros de sustentabilidade previstos em legislação, normas federais e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, quando aplicável;

7.4.12. Cumprimento das exigências de comunicação formal à fiscalização e ao gestor do contrato, especialmente nos casos de ocorrência de falhas, atrasos ou situações que exijam ações corretivas imediatas.

### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 30 (trinta) dias.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.38. Fica vedada a antecipação de pagamento ao contratado, em qualquer hipótese, para execução dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, inclusive quando envolver contratação de serviços externos, sendo o pagamento devido somente após a efetiva comprovação da execução do objeto e o correspondente atesto da fiscalização, conforme previsão do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.39. Esta vedação fundamenta-se na necessidade de resguardar o interesse público, prevenir riscos de inadimplemento, inexecução ou má execução dos serviços, e garantir o alinhamento com o Estudo Técnico Preliminar e as notas explicativas constantes do processo.

7.40. O pagamento ao contratado estará sempre condicionado à entrega integral ou parcial dos serviços, à apresentação dos laudos e relatórios técnicos exigidos, e à aceitação formal pela fiscalização responsável, conforme preconizado nos artigos 141 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

7.41. A presente diretriz está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, legalidade e interesse público, bem como com as orientações técnicas da Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Advocacia-Geral da União (AGU), expressamente indicadas no ETP e nas notas explicativas.

7.42. Eventuais exceções à vedação de antecipação de pagamento somente serão admitidas nos estritos casos previstos em lei ou regulamento específico, mediante prévia e expressa autorização da autoridade competente, devidamente justificada e acompanhada de manifestação jurídica, inexistente na presente contratação conforme declarado no ETP.

#### **Repactuação**

7.43. Os preços contratados serão objeto de repactuação, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, observando-se o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado conforme a natureza dos custos, mediante solicitação formal e devidamente instruída pelo Contratado, nos termos da legislação e deste Termo de Referência.

7.44. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação observará os seguintes marcos:

7.44.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, será considerado o início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, para cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.44.2. Para os custos decorrentes do mercado, será considerada a data de apresentação da proposta.

7.45. Para repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que produzirem efeitos financeiros a última repactuação referente à parcela objeto da nova solicitação, independentemente da data de apostilamento.

7.46. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas necessárias, respeitado o princípio da anualidade, de modo a permitir a adequação da variação de custos que possuam datas distintas de referência, tais como os decorrentes de mão de obra e de insumos e materiais.

7.47. Na hipótese de o contrato envolver múltiplas categorias profissionais, será admitida a repactuação de custos de mão de obra na mesma proporção dos instrumentos coletivos aplicáveis a cada categoria.

7.48. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, excetuando-se aqueles que, por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, se tornem obrigatórios durante a vigência contratual.

7.49. O Contratante não estará vinculado, na repactuação, a cláusulas de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que versem sobre obrigações específicas de contratos com a Administração Pública, participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, encargos sociais e previdenciários acima do legalmente exigido, ou que estabeleçam preços mínimos para insumos.

7.50. Para repactuação de custos com mão de obra, o Contratado deverá apresentar planilha detalhada de custos e formação de preços, acompanhada do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional correspondente.

7.50.1. Havendo reajuste por força de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, o repasse do aumento de custos deverá ser



integral, em relação àqueles componentes diretamente atingidos.

7.50.2. Prevalecerão, sempre, durante a execução do contrato, os direitos mais benéficos ao trabalhador, seja em razão de instrumentos coletivos apresentados pela contratada, seja em razão do paradigma adotado pela Administração

7.51. A correção dos valores mínimos de remuneração, benefícios e adicionais observará a aplicação das cláusulas de reajuste percentual dos instrumentos coletivos apresentados pela contratada, excetuando-se as hipóteses em que prevalecerem condições mais vantajosas ao trabalhador.

7.51.1. Na inexistência de cláusula específica de reajuste, será aplicada a diferença percentual entre os instrumentos coletivos anteriores e supervenientes, conforme a data de início dos seus efeitos financeiros.

7.52. Os demais custos de mão de obra, não enquadrados como mínimos relevantes pela Administração, seguirão o acordo, convenção ou dissídio coletivo apresentado originalmente pela empresa no certame.

7.53. Em caso de atraso ou não divulgação do IGP-M, será adotada a última variação conhecida, com ajuste de diferenças tão logo seja divulgado o índice definitivo, devendo a contratada apresentar memória de cálculo do reajuste de valores remanescentes.

7.54. Nas aferições finais, deverá ser utilizado o valor definitivo do IGP-M.

7.55. Ocorrendo extinção ou impossibilidade de utilização do IGP-M, será adotado, por termo aditivo, o índice oficialmente instituído em sua substituição pela legislação vigente.

7.56. Na ausência de previsão legal para substituição do índice, as partes acordarão novo índice oficial para reajuste dos custos decorrentes do mercado, mediante termo aditivo.

7.57. O Contratante, independentemente de requerimento do Contratado, verificará, a cada anualidade, a existência de eventual deflação do índice adotado, procedendo à redução dos valores correspondentes na planilha contratual, se comprovada.

7.58. Os efeitos financeiros das repactuações de mão de obra retroagirão, quando for o caso, à data de início dos efeitos financeiros do novo instrumento coletivo que lhes der causa.

7.59. Os novos valores decorrentes de repactuação poderão ser implementados em data futura, se assim acordado, sem prejuízo do cômputo da anualidade para futuras repactuações.

7.60. Os efeitos financeiros das repactuações serão restritos às parcelas de custos que motivaram a revisão, observando-se a diferença apurada.

7.61. O pedido de repactuação deverá ser formalizado durante a vigência contratual e antes da prorrogação ou encerramento do contrato, sob pena de preclusão do direito.

7.62. Caso, por ocasião da prorrogação contratual, não tenha sido firmado novo acordo, convenção ou dissídio coletivo, ou não seja possível o cálculo imediato, deverá constar cláusula resguardando o direito à futura repactuação, a ser exercido logo que possível, sob pena de preclusão.

7.63. A extinção do contrato não impedirá o deferimento de repactuação tempestivamente requerida, hipótese em que será formalizada mediante termo indenizatório.

7.64. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação no prazo de [indicar o prazo], contado da entrega da documentação comprobatória, ficando suspenso enquanto pendentes informações ou documentos a cargo do Contratado.

7.65. A formalização da repactuação dar-se-á por apostilamento.

7.66. A repactuação não prejudica o direito das partes de requerer, a qualquer tempo, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021..

7.67. O Contratado deverá, sempre que houver repactuação que implique aumento do valor contratual, complementar a garantia prestada, de modo a manter a proporção originalmente exigida.

7.68. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime não cumulativo de PIS e COFINS, deverá comprovar as alíquotas médias efetivas no momento da prorrogação ou repactuação, permitindo ajustes decorrentes de oscilações desses custos.

7.69. A majoração da tarifa de transporte público enseja revisão dos valores de vale-transporte, desde que comprovada sua repercussão nos custos do Contratado.

7.69.1. A revisão dos custos com vale-transporte será formalizada por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.70. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.70.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.70.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.70.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.70.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.71. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

7.70. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES /MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.71. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.72. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.73. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas

trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.74. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.75. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.75.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.75.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.75.3. Multa sobre o FGTS; e

7.75.4. encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.77. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.78. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.79. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.80. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.81. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.82. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.83. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Multa moratória pela infração à alínea “d” do item 8.1 (retardamento injustificado), fixada em 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

8.2.4.2 Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Multa compensatória para infrações às alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 8.1 (documentação ou declaração falsa, fraude, inidoneidade ou ato lesivo), fixada entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, de acordo com a gravidade e o dano causado, nos termos do ETP e das notas explicativas.

8.2.4.4 Multa compensatória para inexecução total do contrato (alínea “c” do item 8.1), fixada entre 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento) do valor total da contratação, observando-se a extensão do prejuízo causado à Administração.

8.2.4.5 Multa compensatória para inexecução parcial que cause grave dano (alínea “b” do item 8.1), fixada entre 15% (quinze por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação, considerando-se o impacto sobre o funcionamento do serviço público e o interesse coletivo, conforme apurado em relatório técnico fundamentado

8.2.4.6 Multa compensatória, em substituição à multa moratória para a infração de retardamento injustificado (alínea “d” do item 8.1), a ser aplicada quando o atraso comprometer o interesse público ou a continuidade do serviço, fixada entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) do valor da parcela correspondente ao objeto da contratação afetado pelo atraso.

8.2.4.7 Multa compensatória para inexecução parcial do contrato (alínea “a” do item 8.1), fixada entre 5% (cinco por cento) e 15% (quinze por cento) do valor da parte inadimplida do contrato, ressalvadas as seguintes situações específicas que justificam gradação diversa:

8.2.4.7.1 Falta de apresentação de documentos técnicos obrigatórios, laudos de vistoria, registros em sistema informatizado, manutenção de cadastro atualizado, ou quaisquer outras obrigações acessórias cuja inobservância, embora caracterize inexecução parcial, não implique dano grave, hipótese em que poderá ser aplicada penalidade mais branda, como advertência ou multa inferior ao limite mínimo, a critério da autoridade competente, devidamente fundamentada.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Tratando-se de serviço comum de engenharia, em especial a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares e assistenciais, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, conforme fixado nos Anexos I a V do Estudo Técnico Preliminar 278/2025 (ETP).

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha contendo o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, devendo cada item da planilha estar estritamente compatível com os valores, especificações e quantitativos constantes dos Anexos I a V e planilhas de Custos do ETP 278/2025.

9.4. Caso haja objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade será:

9.4.1. Valor global: igual ao valor estimado da contratação, conforme os Anexos do ETP 278/2025.

9.4.2. Custos unitários relevantes:

a) Mão de obra: salários-base, adicionais e encargos previstos neste edital- Quadro Comparativo de Custos de Mão de Obra;

b) Auxílio-alimentação, assistência médica, seguro de vida, vale-transporte e outros benefícios obrigatórios: conforme Anexo I e instrumento coletivo aplicável;

c) EPIs e uniformes: tipos, quantidades e valores do Anexo II – Levantamento de EPI's e Uniformes;

d) Ferramentas para manutenção: relação, quantidades e valores segundo Anexo III – Relação e Cotação de Ferramentas para Manutenção;

e) Equipamentos necessários: valores e especificações conforme Anexo IV – Levantamento e Cotação de Equipamentos para

Manutenção;

f) Serviços externos: exclusivamente os discriminados no Anexo V – Estudo Estatístico-Atuarial, vedada a inclusão de itens não previstos.

9.5. Em se tratando de serviços comuns contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativas fundamentadas nos Anexos do ETP e na Convenção Coletiva de Trabalho utilizada como paradigma:

- a) Salário-base e adicionais, conforme Anexo I e Planilha de Custo;
- b) Auxílio-alimentação, conforme Anexo II e Planilha de Custo;
- c) Benefícios de natureza trabalhista ou social, conforme Planilha de Custo;
- d) EPIs, uniformes, ferramentas e equipamentos: valores mínimos conforme Anexos II, III e IV.

e) Serviços externos de manutenção: exclusivamente conforme previsão do Anexo V – Estudo Estatístico-Atuarial, vedada a inclusão de outros itens.

9.5.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

9.5.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

9.5.3. Os valores orçados pela Administração constam detalhadamente dos Anexos I, II, III, IV, V do ETP nº 278 /2025, bem como da Planilha de Custos Onerado e Desonerado (anexos do ETP), e estão fixados no processo nº 33408.064310/2024-12. Todos esses documentos são partes integrantes deste Termo de Referência, sendo de observância obrigatória para fins de análise de exequibilidade, julgamento e fiscalização contratual.

#### **Dispositivo Final:**

9.5.4. A inobservância dos parâmetros, valores ou quantitativos previstos em quaisquer dos anexos do ETP 278 /2025 ensejará a desclassificação da proposta e eventuais responsabilizações, resguardando-se a integridade, a exequibilidade e a segurança jurídica do processo.

#### **Exigências de habilitação**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

##### **Habilitação jurídica**

9.7. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.12. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.14. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Ato de autorização para o exercício da atividade de Engenharia Clínica, expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), nos termos do art. 88, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução CONFEA nº 218 /1973.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

##### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.24. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado

previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.26. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.27. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.28. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

9.29. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.30. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.31. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.32. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.34. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.34.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.34.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.35. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### **Qualificação Técnica**

9.36. Declaração, subscrita pelo representante legal do fornecedor, de que tomou conhecimento de todas as informações técnicas, normativas e das condições locais essenciais ao fiel cumprimento das obrigações contratuais relativas à prestação dos serviços de engenharia clínica, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares e assistenciais, em consonância com as exigências do Termo de Referência e do ETP nº 278/2025.

9.36.1. Caso a vistoria prévia do local de execução não seja exigida como condição imprescindível, admitir-se-á, em substituição, declaração formal firmada pelo responsável técnico do interessado, atestando conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sem prejuízo da responsabilidade pelas informações prestadas.

9.37. Prova de regularidade do registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em situação ativa e válida, conforme disposto no art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021, para o exercício de serviços de engenharia clínica, incluindo todas as atividades técnicas inerentes à manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares e assistenciais, em conformidade com a Lei nº 5.194/1966 e normativos do Sistema CONFEA/CREA.

9.37.1. Sociedades empresárias estrangeiras deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato ou aceite de instrumento equivalente, o protocolo de solicitação de registro perante o CREA, em conformidade com a legislação vigente.

9.39. Prova do atendimento a todos os requisitos técnicos e legais exigidos para a execução dos serviços de engenharia clínica contratados, incluindo:

a) Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo CREA, contemplando todas as atividades de manutenção preditiva, preventiva e corretiva abrangidas pelo objeto, assinada por profissional habilitado e devidamente compatível com o escopo do contrato, conforme art. 59 da Lei nº 5.194/1966 e regulamentação específica do CONFEA/CREA;

b) Indicação formal do(s) engenheiro(s) clínico(s) ou profissional(is) habilitado(s) responsável(is) técnico(s) pela execução, devidamente registrado(s) e regularizado(s) junto ao CREA, com atribuição compatível e habilitação específica para atuar em engenharia clínica;

c) No caso de técnicos industriais necessários à execução dos serviços, será admitida a apresentação do registro profissional junto ao conselho competente em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, desde que fundamentado em justificativa da empresa e sem prejuízo à execução do objeto, conforme admitido no ETP 278/2025 e no Termo de Referência;

d) Cumprimento, quando exigido, de outros requisitos técnicos ou sanitários vinculados ao serviço, conforme legislação federal, estadual e municipal aplicável, e normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para serviços hospitalares;

e) Observância das demais exigências técnicas, de acordo com as especificações do ETP nº 278/2025 e do Termo de Referência.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.40. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de

direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.40.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.40.1.1 Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços de engenharia clínica, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, desde que todos sejam relativos à atuação sob responsabilidade técnica de engenheiro clínico devidamente registrado junto ao CREA, conforme exigência expressa no ETP nº 278/2025.

9.40.1.2 Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, ou, alternativamente, contrato(s) que comprovem a execução de serviços envolvendo número de postos de trabalho equivalente ao da presente contratação, admitindo-se o somatório de atestados de diferentes contratos para fins de quantitativo mínimo, desde que caracterizada a equivalência tecnológica e operacional, conforme parâmetros estabelecidos no ETP nº 278/2025.

9.40.1.3 Contrato(s) que comprovem atuação na manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares, abrangendo as principais parcelas do objeto consideradas de maior relevância técnica, assim entendidas aquelas que representem, individualmente, valor igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021.

9.40.1.4. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante ou sucessiva, pois essa situação equivalerá, para fins de capacidade técnico-operacional, à comprovação de uma única contratação, desde que observados os critérios estabelecidos pelo ETP nº 278/2025 e as normas regulamentares do CREA para a área de engenharia clínica.

9.40.1.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.40.1.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.40.1.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.40.2. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, poderá ser exigida a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), emitida pelo CREA competente, em nome da pessoa jurídica, nos termos da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, a qual deverá estar acompanhada das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais integrantes do seu quadro técnico, vinculadas às Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) correspondentes aos serviços executados.

9.40.2.1. A CAO deverá demonstrar que os serviços constantes do acervo técnico foram executados pela própria pessoa jurídica, com base nas ARTs registradas no CREA da circunscrição onde os serviços foram prestados, nos termos dos arts. 53, 54, 58 e 59 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA.

9.40.2.2. A comprovação por meio de CAO não afasta a exigência dos atestados previstos neste item, podendo a Administração exigir ambos os documentos de forma complementar, sempre que necessário à verificação da efetiva capacidade técnico-operacional do fornecedor.

9.41. Declaração de que o fornecedor instalará sua base operacional e escritório próprio dentro das dependências do Hospital Federal da Lagoa (HFL), em espaço previamente definido pela Administração, comprovando sua implantação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato. A estrutura deverá estar apta a atender plenamente às necessidades contratuais, devendo ser devolvida, ao final do contrato, em condições idênticas ou superiores àquelas recebidas, sob pena de responsabilização administrativa e financeira pelos custos de reparação, conforme previsto nas notas explicativas e no ETP nº 278/2025.

9.42. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.44. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.44.1. Para o Engenheiro Clínico: Apresentação de profissional de nível superior em engenharia, regularmente registrado no CREA, que figure como responsável técnico do contrato, com experiência comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico (CAT) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelo CREA, ambas referentes à execução de serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares e assistenciais, em instituições de porte e complexidade compatíveis com o Hospital Federal da Lagoa. O atestado deverá evidenciar a atuação na gestão técnica e na execução das rotinas de engenharia clínica, incluindo supervisão de equipes, elaboração de laudos, relatórios técnicos, controle de qualidade e atendimento a exigências normativas da Anvisa e das entidades reguladoras.

9.44.2. Para o(s) Técnico(s) em Engenharia Clínica: Apresentação de profissionais de nível técnico, devidamente registrados no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), com comprovação de experiência operacional em manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médicos hospitalares e assistenciais. Os profissionais deverão apresentar, quando aplicável, atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, relativos a serviços em instituições de saúde, evidenciando atuação prática e habitual em ambientes de alta complexidade tecnológica, de acordo com os quantitativos e perfis definidos no ETP. Os atestados deverão abranger rotinas técnicas, cumprimento de protocolos de biossegurança e suporte a sistemas informatizados de gestão de ativos, além do atendimento a ordens de serviço, calibração e testes em equipamentos médicos. Após a assinatura do contrato.

9.44.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.45. Não será admitida a apresentação de relação de compromissos assumidos ou pendentes de cumprimento pelo fornecedor que impliquem diminuição da disponibilidade, dedicação exclusiva ou efetiva participação dos profissionais indicados nos itens anteriores para o pleno atendimento das necessidades do objeto contratual. A exigência de dedicação total à execução do contrato deverá ser observada durante toda a vigência, vedando-se quaisquer vínculos concorrentes que possam comprometer o desempenho e a regularidade dos serviços.

9.46. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.47. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.48. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.49. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.50. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.51. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.52. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.53. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.53.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.53.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.53.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.53.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.53.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.53.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.53.6.1. ata de fundação;

9.53.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.53.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.53.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.53.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.53.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.53.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que representa o limite máximo aceitável para a presente licitação, corresponde a R\$ 2.334.603,64 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil seiscentos e três reais e sessenta e quatro centavos) anual, apurado a partir dos custos unitários detalhados na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência, com respaldo técnico-financeiro integral no Estudo Técnico Preliminar. Este valor contempla a integralidade das obrigações contratuais, abrangendo todos os serviços, insumos e previsões necessárias à adequada execução do objeto, nos exatos termos das normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

#### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 250105 - Hospital Federal da Lagoa

II) Fonte de recursos: 1001000000

III) Programa de trabalho: 10302501862176511

IV) Elemento de despesa: 3.33.90.39; e

V) Plano interno: [...].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações constantes deste Termo de Referência não possuem caráter sigiloso, ressalvado o custo estimado da contratação, que, em observância ao disposto na legislação vigente, deverá ser mantido em caráter reservado até a conclusão do julgamento das propostas, assegurando a lisura e a competitividade do certame.

#### **13. RESPONSÁVEIS**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JESSICA DAIANY RIBEIRO COUTO**

Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 16:36:30

**TIAGO FELIPE LAGOAS DOS SANTOS**

Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 15:54:14



**APÊNDICE DO ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Estudo Técnico Preliminar 278/2025**

**1. Informações Básicas**

Número do processo: 33408.064310/2024-12

**2. Objeto da Contratação**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objeto a contratação de serviço especializada para a prestação continuada de serviços de Engenharia Clínica no âmbito do Hospital Federal da Lagoa (HFL), instituição vinculada ao Ministério da Saúde e referência em média e alta complexidade.

A contratação visa assegurar a plena operação, segurança e conformidade regulatória do parque de equipamentos médico-hospitalares (EMH) e equipamentos médico-assistenciais (EMA), abrangendo as atividades de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, gestão informatizada, consultoria técnica, suporte aos usuários e capacitação de pessoal.

A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, em especial aquelas emitidas pela ABNT (como NBR IEC 60601, NBR ISO 13485 e NBR ISO 17025), bem como as diretrizes do INMETRO, ANVISA e demais órgãos competentes, garantindo rastreabilidade metrológica, segurança assistencial e conformidade técnica

**A contratação compreende, entre outras, as seguintes responsabilidades:**

- Manutenção preditiva, preventiva e corretiva de todo o parque tecnológico, incluindo inspeções sistemáticas, diagnósticos técnicos, substituição de peças, atualizações funcionais e restabelecimento da operacionalidade dos equipamentos, conforme recomendações dos fabricantes e padrões normativos vigentes.
- Calibração e qualificação metrológica periódica de equipamentos críticos, com emissão de certificados rastreáveis e laudos técnicos individualizados, atendendo aos requisitos de acreditação metrológica e garantindo precisão e confiabilidade dos resultados assistenciais.
- Gestão informatizada do parque tecnológico, mediante sistema de controle de ordens de serviço, inventário eletrônico, histórico de manutenções, rastreabilidade de intervenções, indicadores de desempenho e integração com o sistema patrimonial da instituição.
- Consultoria técnica permanente à administração hospitalar, subsidiando decisões relativas à aquisição, substituição, descarte, atualização tecnológica e adequação normativa dos equipamentos.
- Capacitação e orientação técnica aos usuários, assegurando o correto manuseio, prevenção de falhas e operação segura dos equipamentos, em conformidade com as boas práticas clínicas e recomendações dos fabricantes.
- Disponibilização de equipe técnica especializada, composta por engenheiros clínicos, engenheiros consultores, técnicos de manutenção e assistente administrativo, todos com habilitação profissional e experiência comprovada em ambiente hospitalar.
- Fornecimento de ferramental, equipamentos de teste, EPIs e instrumentais técnicos, devidamente calibrados, certificados e mantidos em condições ideais de uso, conforme as exigências legais e normas de segurança aplicáveis.
- Emissão de relatórios técnicos e administrativos, incluindo laudos, certificados de calibração, relatórios mensais de desempenho e inventários atualizados, assegurando total rastreabilidade e transparência das ações executadas.
- A execução contratual deverá garantir continuidade operacional, eficiência técnica, economicidade dos recursos públicos e segurança assistencial, em alinhamento com as diretrizes institucionais do Hospital Federal da Lagoa e com a legislação vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021 e suas regulamentações correlatas.

**3. Descrição dos Requisitos da Contratação**

O Hospital Federal da Lagoa (HFL), mantém um parque tecnológico composto por equipamentos médico hospitalares e assistenciais de alta complexidade, cuja plena funcionalidade é essencial à execução de atividades clínicas, cirúrgicas, diagnósticas e terapêuticas.

A operação contínua desse acervo requer gestão técnica especializada e rotinas sistemáticas de manutenção e calibração, em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e ANVISA, para assegurar desempenho confiável, rastreabilidade metrológica e segurança dos pacientes e profissionais de saúde.

Atualmente, a estrutura interna do HFL não dispõe de equipe técnica, ferramental específico e infraestrutura tecnológica suficientes para executar, de forma autônoma e ininterrupta, as atividades de manutenção, calibração e gestão informatizada exigidas por um parque de alta complexidade.

Além disso, a crescente incorporação de novas tecnologias médicas e o aumento das exigências regulatórias — especialmente quanto à rastreabilidade metrológica e segurança elétrica — demandam atualização constante e gestão profissionalizada do parque tecnológico, o que exige empresa com expertise comprovada, infraestrutura adequada e acesso a instrumentos calibrados e certificados.

A contratação proposta visa suprir essa lacuna operacional, assegurando que todos os equipamentos permaneçam em condições plenas de funcionamento, dentro dos parâmetros técnicos e de segurança estabelecidos pelos fabricantes e pela legislação vigente. Tal medida evita paralisações de setores assistenciais, reduz riscos de falhas críticas e preserva a integridade das atividades hospitalares.

Em situações pontuais em que se façam necessárias intervenções de caráter excepcional ou serviços complementares, quando a natureza do reparo ou calibração exigir recursos tecnológicos, infraestrutura ou instrumentação não disponíveis nas dependências do HFL, tais atividades poderão ser executadas fora do ambiente hospitalar. Esses serviços são caracterizados como demandas não rotineiras, porém inerentes e indispensáveis à adequação, recuperação, conserto, conservação ou reparo de equipamentos médico assistenciais e seus componentes. Mesmo quando possuam natureza preventiva ou corretiva, não integram as rotinas regulares de manutenção executadas pela equipe fixa da contratada, devendo ser objeto de justificativa técnica circunstanciada, relatório detalhado e aprovação prévia da Administração do HFL, com controle técnico-financeiro específico e observância dos princípios da transparência, rastreabilidade e motivação administrativa.

Dessa forma, a presente contratação constitui uma necessidade técnica e institucional, e não mera conveniência administrativa, sendo essencial para manter a segurança assistencial, a eficiência operacional e a conformidade regulatória do HFL, em alinhamento com as melhores práticas nacionais de gestão hospitalar e com os princípios da Administração Pública.

**Manutenção contínua de equipamentos hospitalares críticos**

3.1. Por que a contratação é necessária

O hospital dispõe atualmente de aproximadamente 1.225 equipamentos médico-hospitalares, dentre os quais se incluem equipamentos críticos de alta complexidade, como ventiladores pulmonares, monitores multiparâmetros e aparelhos de diagnóstico por imagem (ressonância magnética e tomografia computadorizada). Tais equipamentos são indispensáveis à manutenção da vida, à realização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos e à garantia da continuidade assistencial. O levantamento atualizado do parque tecnológico encontra-se anexo ao presente Estudo Técnico Preliminar.

Algumas falhas já ocorreram com certa frequência, causando atrasos em exames, interrupção de terapias e riscos à segurança dos pacientes. Por isso, é necessário ter profissionais dedicados exclusivamente a cuidar desses equipamentos, garantindo que funcionem sempre e evitando paralisações emergenciais.

3.2. O que a unidade hospitalar espera alcançar (utilidade)

Com a contratação, esperamos:

- Reduzir falhas e interrupções por meio de manutenção preventiva e preditiva;
- Detectar problemas antes que se tornem críticos, com monitoramento contínuo;
- Garantir conformidade legal e regulatória, evitando riscos institucionais;
- Aumentar a segurança do paciente e a eficiência do hospital.

Cada utilidade está diretamente ligada à necessidade identificada. Por exemplo, manter os ventiladores funcionando evita riscos respiratórios, e monitorar os monitores multiparâmetros garante que os pacientes em UTI estejam sempre sob vigilância segura.

3.3. Comparando formas de contratação

Analisamos duas formas: por resultados e dedicação exclusiva.

Critério	Por Resultados	Dedicação Exclusiva
Monitoramento	Apenas tarefas pontuais	Presença contínua para prevenção de falhas
Resposta a falhas	Pode ser lenta	Imediata, a qualquer hora
Cobertura	Parcial	Abrange todo o parque tecnológico
Conformidade regulatória	Parcial	Garantida
Risco de interrupções	Maior	Reduzido

Conclusão: A dedicação exclusiva é a opção mais segura e eficiente, pois atividades contínuas como monitoramento e manutenção preditiva não podem ser mensuradas apenas por resultados. Esta abordagem está alinhada ao entendimento do TCU (Acórdão nº 992/2023-Plenário).

3.4. Planejamento

- Mapeamento do parque tecnológico: atualizar trimestralmente quais equipamentos são críticos.
- Manutenção preventiva e preditiva: seguir cronograma técnico, evitando falhas inesperadas.
- Monitoramento contínuo: inspeção diária e relatórios semanais.
- Resposta a falhas emergenciais: equipe disponível 24/7. Indicadores de desempenho:
  - Disponibilidade dos equipamentos ≥ 98%
  - Tempo médio de resposta ≤ 2 horas
  - Percentual de manutenção preditiva ≥ 70%

Período	Atividade
Jan-Mar	Levantamento e priorização de equipamentos
Abr-Jun	Início das manutenções preventivas
Jul-Set	Avaliação de indicadores e ajustes
Out-Dez	Relatório anual de desempenho e revisão do contrato

3.5. Conclusão:

Esta contratação é essencial para que o hospital funcione de forma segura e eficiente.

- Equipamentos sempre disponíveis para o atendimento;
- Redução de riscos à saúde dos pacientes;
- Conformidade regulatória e legal.

3.6. Resumo:

A dedicação exclusiva é a solução mais adequada, considerando a criticidade do serviço, a complexidade dos equipamentos e a necessidade de resposta rápida a qualquer falha.

Justifica-se pela necessidade de presença técnica contínua, resposta imediata a falhas críticas e acompanhamento sistemático de equipamentos que operam ininterruptamente, configurando uma medida proporcional à criticidade do serviço.

Realizou-se uma análise comparativa entre os modelos de contratação por resultado e por dedicação exclusiva de mão de obra. Constatou-se que, no contexto hospitalar, a mensuração exclusivamente por resultados é limitada, especialmente para atividades contínuas como manutenção preditiva, monitoramento diário e gestão do parque tecnológico, que não se esgotam em entregas pontuais.

O modelo adotado está em conformidade com a prática administrativa consolidada nesta unidade e em outros órgãos da Administração Pública, que tratam a engenharia clínica como serviço continuado com dedicação exclusiva, exigindo profissional legalmente habilitado para acompanhamento permanente e execução das manutenções.

Por fim, a análise de vantajosidade econômica considerou não apenas o custo direto da contratação, mas também a perspectiva do ciclo de vida dos equipamentos, a prevenção de paralisações assistenciais, a redução de contratações emergenciais e a mitigação de riscos operacionais e institucionais.

#### **4. Área requisitante**

##### **Área Requisitante Responsável**

Serviço de Infraestrutura e Patrimônio – SEINFRA/HFL Tiago Felipe Lagoas dos Santos

#### **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A presente contratação tem por objeto a prestação continuada de serviços especializados de Engenharia Clínica, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do Hospital Federal da Lagoa (HFL), abrangendo a manutenção preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares (EMH) e equipamentos médico-assistenciais (EMA), bem como calibração, qualificação metrológica, gestão informatizada, suporte técnico, consultoria e capacitação profissional.

A necessidade de dedicação exclusiva decorre da exigência de presença técnica permanente, indispensável para o acompanhamento das movimentações internas de equipamentos entre os setores, apoio às atividades de fiscalização dos contratos de manutenção com exclusividade de fabricante e execução direta das manutenções dos equipamentos não cobertos por contratos específicos, garantindo, assim, a continuidade operacional, a segurança assistencial e a confiabilidade técnica do parque tecnológico hospitalar.

##### **5.1 Responsabilidades Técnicas**

A contratação abrange, entre outras, as seguintes responsabilidades:

Manutenção preditiva, preventiva e corretiva de todo o parque tecnológico, incluindo inspeções sistemáticas, diagnósticos técnicos, substituição de componentes, atualização funcional e restabelecimento da operacionalidade dos equipamentos, conforme recomendações dos fabricantes e normas aplicáveis. Calibração e qualificação metrológica periódica dos equipamentos críticos, com emissão de certificados rastreáveis e laudos individualizados, observando os requisitos das normas NBR ISO 13485, NBR ISO/IEC 17025 e as diretrizes do INMETRO.

Gestão informatizada do parque tecnológico, mediante sistema eletrônico que permita o controle de ordens de serviço, inventário eletrônico, histórico de intervenções, rastreabilidade de peças, indicadores de desempenho e emissão de relatórios gerenciais.

Consultoria técnica permanente à administração hospitalar, oferecendo suporte especializado nas decisões relativas à aquisição, substituição, desativação, atualização tecnológica e conformidade normativa dos equipamentos médico-hospitalares.

Capacitação e orientação aos profissionais usuários, assegurando a correta operação, a prevenção de falhas e o uso conforme as boas práticas clínicas e recomendações de segurança

Disponibilização de equipe técnica especializada, composta por engenheiros clínicos, técnicos de manutenção e assistente administrativo, todos com habilitação profissional e registro ativo nos respectivos conselhos de classe (CREA ou CFT/CRT). O responsável técnico deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente às atividades exercidas, conforme exigências legais e normativas.

##### **5.2 Serviços Complementares e Demandas Excepcionais**

São considerados serviços complementares e demandas excepcionais aqueles executados sob requisição específica do CONTRATANTE, caracterizados como serviços técnicos não rotineiros, porém inerentes e indispensáveis à adequação, recuperação, conserto, conservação ou reparo de equipamentos médico assistenciais e seus componentes.

Essas demandas ocorrerão em situações em que o HFL não disponha de infraestrutura, tecnologia ou recursos instrumentais adequados para execução interna, sendo então autorizada sua realização fora do hospital, em oficinas ou laboratórios tecnicamente habilitados e legalmente credenciados.

Mesmo quando possuam natureza preventiva ou corretiva, tais serviços não integram as rotinas regulares de manutenção executadas pela equipe residente, devendo ser objeto de tratamento individualizado, aprovação prévia da Administração do HFL e controle técnico-financeiro específico, conforme os procedimentos abaixo:

##### **1. Justificativa Técnica**

A contratada deverá elaborar Relatório Técnico Circunstanciado, contendo:

- Descrição detalhada da falha ou não conformidade identificada;
- Análise de risco e impacto sobre a segurança assistencial e operacional;
- Fundamentação técnica que comprove a impossibilidade de execução direta pela equipe residente;
- Recomendação da solução mais adequada, tecnicamente viável e economicamente justificável.

##### **2. Apresentação de Orçamentos**

Para cada demanda excepcional, a contratada deverá apresentar no mínimo três orçamentos comparativos, provenientes de empresas idôneas, especializadas e legalmente habilitadas. Os orçamentos devem conter informações claras sobre escopo, prazos, condições de garantia e valores, assegurando ampla competitividade, transparência e economicidade.

##### **3. Submissão à Administração**

Toda solicitação deverá ser encaminhada à Administração do HFL, acompanhada da justificativa técnica e do parecer formal do Engenheiro Clínico responsável, para análise e deliberação. Nenhuma despesa adicional poderá ser assumida sem autorização prévia e expressa da Administração, sob pena de inexigibilidade de reconhecimento financeiro.

##### **4. Controle, Registro e Transparência**

Todas as ocorrências e contratações excepcionais deverão ser registradas no sistema informatizado de gestão da manutenção, assegurando rastreabilidade integral das etapas de solicitação, aprovação, execução e liquidação.

##### **5. Previsão Financeira**

O contrato deverá conter rubrica orçamentária específica destinada a despesas eventuais, sob a designação “Serviços e Aquisições Complementares”. Essa previsão orçamentária não constitui pagamento antecipado ou valor fixo a ser repassado à contratada, sendo sua liberação condicionada à efetiva necessidade do serviço, devidamente comprovada por justificativa técnica e autorizada formalmente pela Administração do HFL. A execução financeira somente ocorrerá após aprovação e comprovação documental da demanda excepcional, com registro no cronograma físico-financeiro do contrato.

##### **6. Relatórios e Prestação de Contas**

A contratada deverá apresentar relatórios mensais consolidados, discriminando:

- Todos os serviços complementares executados;
- Pendências técnicas em andamento;
- Custos adicionais aprovados e realizados;
- Recomendações preventivas ou corretivas.

Esses relatórios deverão integrar a documentação regular de acompanhamento contratual, garantindo transparência, rastreabilidade e prestação de contas plena.

### 5.3 Cronograma Físico-Financeiro

O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser elaborado em consonância com o planejamento anual de manutenção e com a criticidade dos equipamentos, servindo como instrumento de controle, acompanhamento e aferição de desempenho contratual.

Deverá contemplar:

- Periodicidade das manutenções preventivas e calibrações, conforme recomendações dos fabricantes;
- Tempo máximo de resposta e conclusão para manutenções corretivas e emergenciais;
- Execução dos treinamentos obrigatórios e atualizações técnicas;
- Prazos para entrega de relatórios mensais, laudos e certificados;
- Marcos de desembolso financeiro atrelados ao cumprimento técnico das obrigações;
- Previsão adicional para eventual execução de serviços complementares, cuja liberação dependerá de autorização formal e justificativa técnica.

O cronograma deverá ser revisado sempre que houver alterações significativas no parque tecnológico, incorporação de novos equipamentos ou mudanças nas rotinas operacionais do hospital.

### 5.4 Abrangência dos Bens e Serviços

Integram o escopo desta contratação:

- a) Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH): Dispositivos e sistemas de alta complexidade voltados ao diagnóstico, monitoramento, terapia e suporte à vida, como aparelhos de imagem, monitores multiparamétricos, ventiladores pulmonares, bombas de infusão, bisturis elétricos, autoclaves, mesas cirúrgicas e equipamentos de anestesia.
- b) Equipamentos Médico-Assistenciais (EMA): Acessórios e dispositivos de apoio à reabilitação e conforto do paciente, como camas hospitalares motorizadas, aspiradores cirúrgicos e poltronas de infusão.
- c) Ferramental e Instrumental Técnico: Conjunto completo de ferramentas, analisadores, simuladores e equipamentos de teste necessários à execução das atividades, com certificados de calibração rastreáveis e conformidade metrológica comprovada.
- d) Gestão Informatizada e Documentação Técnica: Implantação de sistema informatizado de gestão da manutenção hospitalar (CMMS), com funcionalidades para registro, rastreabilidade, emissão de ordens de serviço, controle de inventário, indicadores, relatórios e integração patrimonial.

### 5.5 Ferramental e Equipamentos de Apoio Técnico

A contratada deverá manter à disposição dos profissionais todos os instrumentos, ferramentas e equipamentos de teste e calibração necessários à execução das atividades de Engenharia Clínica, em conformidade com as normas técnicas e de segurança.

Os conjuntos mínimos de ferramental são agrupados conforme sua finalidade e uso, abrangendo:

#### a) Maleta Eletrônica Individual (uso pessoal do técnico)

Composta por ferramentas de uso direto nas intervenções de manutenção eletrônica e eletromecânica, incluindo, entre outras:

Chaves de fenda e Phillips em variados tamanhos;

Chaves canhão e jogos de chave Allen (métricas e em polegadas);

Alicates universais, de bico chato, corte diagonal e desencapadores;

Estilete retrátil, sugador de solda e ferro de solda;

Multímetro digital de alta resolução;

Jogo de chaves de precisão e extrator de circuitos integrados;

Espelho de inspeção, lanterna tipo caneta e ferramentas auxiliares;

Mala executiva com divisórias para transporte organizado dos instrumentos.

#### b) Maleta Eletrônica Coletiva (uso compartilhado entre a equipe de manutenção)

Composta por ferramentas e dispositivos de uso complementar ou coletivo, incluindo:

Jogos de chaves fixas, inglesas e Allen;

Conjunto de limas, paquímetro, trena e instrumentos de medição dimensional;

Pinças isoladas (reta e curva), pincéis e espátulas técnicas;

Alicates especiais (bico curvo, bomba d'água, corte, universais etc.);

Conjunto de chaves de precisão, soquetes, espelhos e escalas de aço;

Mala técnica de transporte e armazenamento adequado.

#### c) Equipamentos Essenciais para Utilização Comum (bancada de manutenção e laboratório técnico)

Inclui o instrumental de diagnóstico e ensaio técnico, tais como:

Osciloscópio analógico/digital de dois canais;

Fonte de alimentação simétrica;

Tacômetro óptico, luxímetro e variador de tensão monofásico;

Gerador de funções e frequencímetro;

Parafusadeira elétrica e aspirador técnico;

Estação de solda completa e kit de componentes eletrônicos;

Analisador para ventiladores pulmonares mecânicos;

Termo-higrômetro e termômetro calibrado com múltiplos sensores;

Conjunto de ferramentas de bancada, brocas, kits de limpeza óptica e morsa

#### d) Equipamentos para Teste e Calibração de Equipamentos Médico-Hospitalares (Dispositivos In Loco)

Essenciais à execução das calibrações e verificações de desempenho metrológico:

Analisadores de bisturi elétrico, desfibrilador e segurança elétrica;

Simuladores de ECG e analisadores de pressão não invasiva (PNI);

Multímetro True RMS de precisão;

Equipamentos para qualificação térmica e elétrica conforme normas vigentes.

#### **e) Dispositivos para Calibração de Balanças e Camas Hospitalares**

Conjunto de pesos padrão e massas calibradas, em faixas que atendam às necessidades dos diversos equipamentos utilizados no ambiente hospitalar.

#### **f) Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Insumos Diversos**

Para garantir a segurança ocupacional e o cumprimento das normas NR-6 e NR-32, deverão ser fornecidos

Toucas, luvas nitrílicas e aventais descartáveis;

Máscaras PFF2/N95;

Protetores auriculares e óculos de proteção;

Álcool 70% em frasco individual para higienização.

#### **Responsabilidade Técnica e Manutenção dos Instrumentos**

Todos os instrumentos, ferramentas e equipamentos de apoio técnico deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, funcionamento e calibração, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada seu controle, manutenção preventiva, substituição e comprovação de conformidade metrológica junto ao INMETRO ou laboratórios acreditados.

##### **5.6 Requisitos Complementares**

Todos os instrumentos de medição e calibração deverão possuir certificados de calibração rastreáveis a padrões do INMETRO ou laboratórios acreditados.

As ferramentas e equipamentos deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e calibragem, sendo de responsabilidade da contratada seu controle, manutenção e substituição.

Deverão ser emitidos relatórios técnicos e administrativos mensais, contendo laudos, certificados, inventários e registros das intervenções realizadas, assegurando rastreabilidade e transparência.

A equipe deverá cumprir jornada presencial sob regime de dedicação exclusiva, observando as normas de biossegurança e os protocolos internos do HFL.

#### **5.7 Cláusula de Sustentabilidade e Conformidade**

A contratada deverá observar integralmente as normas ambientais, sanitárias e de biossegurança, assegurando:

Descarte ambientalmente adequado de resíduos e componentes substituídos, conforme Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC ANVISA nº 222/2018;

Gestão segura de informações e dados sensíveis, em observância à Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

Conformidade legal e regulatória com as normas e exigências do INMETRO, ABNT, ANVISA, CREA e Ministério da Saúde.

#### **6. Levantamento de Mercado**

O levantamento de mercado teve como objetivo avaliar as soluções disponíveis e as metodologias de execução aplicáveis à prestação dos serviços de Engenharia Clínica no Hospital Federal da Lagoa (HFL), em conformidade com o disposto nos arts. 9º, III, “a” a “d”, e 12 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022.

A pesquisa considerou tanto referências externas (contratos em vigor em outros Hospitais Federais do Estado do Rio de Janeiro) quanto avaliações internas específicas da realidade operacional e tecnológica do HFL, buscando identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e funcional.

Foram realizadas duas pesquisas distintas e complementares:

a) Pesquisa do Setor de Compras do HFL Conduzida pela área de compras, a pesquisa coletou e comparou valores praticados em contratos de engenharia clínica celebrados com outros Hospitais Federais, considerando modelos de execução semelhantes, com fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas e apoio técnico. O resultado foi consolidado em relatório próprio (SEI nº 0044814540), devidamente anexado ao Processo NUP nº 33408.064310/2024-12.

b) Pesquisa da Equipe de Planejamento

A equipe de planejamento elaborou estudo detalhado das necessidades do HFL, com base na estrutura física e tecnológica existente, no perfil do parque de equipamentos médico-hospitalares, e nas demandas reais de manutenção e calibração.

Essa pesquisa utilizou como base:

as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) vigentes para as categorias de Engenheiro Clínico, Técnico em Equipamentos Biomédicos e Assistente Administrativo;

o dimensionamento da carga de trabalho e a complexidade técnica dos equipamentos em operação;

e o histórico contratual e de desempenho das equipes anteriores.

Os valores detalhados — contendo salários-base, encargos, benefícios, adicionais e custos indiretos — encontram-se apresentados no Anexo I, correspondendo à mão de obra em dedicação exclusiva.

##### **6.1. Justificativa da Modelagem Contratual**

Com base nas análises acima, definiu-se que a modelagem contratual mais adequada ao atendimento do HFL é a combinação de dois eixos de execução, a saber:

###### **(i) Mão de Obra em Dedicação Exclusiva**

A contratação de mão de obra em dedicação exclusiva é tecnicamente indispensável para assegurar presença técnica permanente e continuidade assistencial no hospital, considerando as seguintes necessidades:

acompanhamento contínuo das movimentações internas de equipamentos entre os setores;

apoio às atividades de fiscalização de contratos de manutenção com exclusividade de fabricante;

execução direta das manutenções e calibrações em equipamentos não cobertos por contratos específicos;

consultoria técnica permanente à administração hospitalar, subsidiando decisões relativas à aquisição, substituição, desativação, atualização tecnológica e conformidade normativa; e

Além disso, o HFL enfrenta limitações estruturais crônicas, notadamente em sua infraestrutura elétrica, o que exige engenheiro clínico com conhecimento técnico específico para dimensionamento de cargas, análise de compatibilidade e avaliação da segurança elétrica dos equipamentos médico-assistenciais.

A ausência dessa equipe inviabilizaria a manutenção adequada do parque tecnológico hospitalar e representaria risco à segurança assistencial, à conformidade sanitária e à eficiência operacional.

Assim, a dedicação exclusiva é justificada pela necessidade de acompanhamento técnico permanente e ininterrupto, não sendo possível atender tais demandas por meio de visitas periódicas ou atendimentos sob demanda.

## **(ii) Custos Externos e Serviços Sob Demanda**

Em caráter complementar, faz-se necessária a previsão de serviços sob demanda (custos externos), destinados a situações excepcionais em que a execução da manutenção ou calibração exija infraestrutura, tecnologia ou instrumentação não disponíveis no HFL.

Esses serviços poderão ocorrer:

fora do hospital, em oficinas ou laboratórios tecnicamente habilitados e legalmente credenciados; ou  
no próprio HFL, mediante mobilização de equipe ou empresa especializada, quando justificado tecnicamente.

Tais intervenções são consideradas não rotineiras, mas inerentes e indispensáveis à recuperação, adequação e segurança dos equipamentos médico-assistenciais.

Mesmo quando tenham natureza preventiva ou corretiva, não integram a rotina de manutenção da equipe fixa e deverão ser precedidas de:

- relatório técnico circunstanciado da contratada;
- justificativa de inviabilidade de execução interna;
- aprovação prévia da Administração do HFL; e
- controle técnico-financeiro individualizado, conforme procedimentos internos de rastreabilidade e prestação de contas.

A previsão desses custos sob demanda visa garantir resposta técnica rápida e segura em casos de falhas críticas ou demandas urgentes, preservando a continuidade dos serviços assistenciais sem comprometer a legalidade ou a economicidade.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta visa implantar um modelo integrado e permanente de Engenharia Clínica no Hospital Federal da Lagoa (HFL), com dedicação exclusiva de equipe técnica, gestão informatizada, monitoramento contínuo de desempenho e atendimento integral a todo o parque tecnológico hospitalar.

Essa configuração é a mais adequada diante da alta complexidade assistencial do HFL, da quantidade e diversidade de equipamentos médico-hospitalares e da necessidade de resposta imediata a falhas e intercorrências que impactam diretamente a segurança do paciente e a continuidade dos serviços de saúde.

Atualmente, a estrutura interna do HFL não dispõe de equipe técnica, ferramental específico ou infraestrutura tecnológica suficientes para executar, de forma autônoma e ininterrupta, as atividades de manutenção, calibração e gestão informatizada exigidas. Assim, a contratação visa suprir lacunas estruturais e operacionais, assegurando conformidade regulatória, rastreabilidade e eficiência técnica.

### **7.1. Gestão Integrada do Parque Tecnológico**

A solução inicia-se pelo inventário informatizado e atualizado de todos os EMH e EMA, contendo informações completas (marca, modelo, número de série, localização, estado de conservação, data de aquisição, valor, garantia e status de manutenção).

Esse cadastro viabiliza:

Classificação dos equipamentos por criticidade (suporte à vida, monitoramento, diagnóstico crítico, apoio);

Avaliação de risco operacional (matriz de risco, impacto de indisponibilidade, pontos de falha);

Elaboração de planos de contingência (priorização de dispositivos e áreas críticas);

Integração do inventário ao sistema informatizado hospitalar, promovendo rastreabilidade, emissão de relatórios, alertas automáticos e suporte à tomada de decisão.

### **7.2. Manutenção Preditiva, Preventiva, Corretiva e Emergencial**

A gestão contempla execução sequencial, planejada e documentada de todos os tipos de manutenção:

Preditiva: Monitoramento remoto, sensores inteligentes, análise de tendência, coleta e análise de dados para previsão de falhas.

Preventiva: Inspeções periódicas, lubrificações, substituições programadas, calibração e ajustes conforme recomendação do fabricante e normas técnicas.

Corretiva: Atendimento técnico imediato a falhas, identificação da causa raiz, substituição de componentes, restabelecimento operacional e testes pós-reparo.

Emergencial: Resposta rápida e priorizada para equipamentos críticos (CTI, centro cirúrgico, emergência)

Documentação detalhada: Todas as intervenções, peças, mão de obra e tempo de inatividade são rigorosamente registrados no sistema informatizado, garantindo histórico completo e rastreável.

### **7.3. Calibração, Qualificação Metrológica e Certificação Técnica**

Inclui a definição de cronograma anual e execução periódica de calibração e qualificação metrológica de EMH e EMA críticos, em conformidade com:

Normas técnicas e recomendações dos fabricantes;

Realização por laboratórios acreditados (RBC/Inmetro);

Emissão de laudos e certificados rastreáveis, identificando equipamento, data, responsável e validade;

Integração digital dos certificados ao sistema informatizado do HFL, assegurando pronta apresentação em auditorias e conformidade regulatória.

### **7.4. Implantação e Operação de Sistema Informatizado de Engenharia Clínica**

Prevê-se o desenvolvimento, parametrização e integração de sistema informatizado (CMMS), contemplando:

Cadastro detalhado do inventário;

Geração automática de ordens de serviço;

Controle do ciclo de vida, custos e intervenções em cada equipamento;

Monitoramento de indicadores (MTBF, MTTR, disponibilidade, custos por equipamento);

Relatórios customizados para gestão, auditoria e prestação de contas;

Segurança da informação, sigilo, backups, controles de acesso e aderência à LGPD.

### **7.5. Equipe Multidisciplinar Especializada e Habilitada**

Composição: Engenheiros clínicos (responsáveis técnicos), técnicos especializados e auxiliares administrativos;

Qualificação e habilitação: Registros nos conselhos CREA e CFT/CRT, capacitação comprovada e atualização periódica em normas, biossegurança e novas tecnologias;

Capacitação continuada: Programas anuais de atualização, treinamentos regulares e reciclagem técnica.

A dedicação exclusiva dessa equipe é condição essencial para garantir a presença técnica permanente e a resposta imediata às ocorrências internas, bem como o apoio às comissões e setores administrativos nas decisões de aquisição, substituição e conformidade normativa dos equipamentos hospitalares

**7.6. Fornecimento, Atualização e Gestão de Ferramental Técnico Especializado**

Ferramental próprio e atualizado: Multímetros, simuladores biomédicos, analisadores, ferramentas de precisão, EPIs, dispositivos de teste, maletas organizadoras e equipamentos de limpeza técnica;

Gestão do ferramental: Inventário, registro de uso, calibração periódica, reposição imediata e responsabilidade integral da contratada;

Atualização tecnológica: Substituição e ampliação do ferramental conforme evolução das tecnologias assistenciais.

**7.7. Monitoramento, Auditoria, Fiscalização e Avaliação de Indicadores**

Monitoramento permanente: Acompanhamento em tempo real dos principais indicadores operacionais (MTBF, MTTR, disponibilidade, cumprimento do plano de manutenção);

Auditoria técnica e documental: Inspeções internas, cruzamento de dados, conferência de registros e conformidade;

Avaliação de performance: Reuniões gerenciais, planos de ação corretiva e registro de lições aprendidas.

**7.8. Capacitação, Educação Permanente e Disseminação de Boas Práticas**

Treinamentos presenciais e remotos: Ciclos regulares para equipe técnica e usuários, focando operação segura e prevenção de falhas;

Gestão do conhecimento: Compartilhamento de lições aprendidas, incidentes relevantes e atualização constante dos protocolos.

**7.9. Sustentabilidade, Compliance Regulatória, Gestão de Riscos e Inovação**

Gestão ambiental: Descarte correto e documentado de resíduos, peças e componentes eletrônicos;

Compliance e riscos: Observância plena das normas técnicas, sanitárias e ambientais, com matriz de riscos atualizada e planos de contingência;

Inovação: Adoção de sensores inteligentes, IoT, automação e digitalização de processos.

**7.10. Integração Institucional e Melhoria Contínua**

Integração setorial: Comunicação permanente com setores assistenciais, patrimônio, compras, CCIH e controle interno;

Gestão por resultados: Monitoramento de metas anuais (disponibilidade, custo, tempo de resposta, satisfação do usuário interno);

Revisão anual: Atualização de protocolos, revisão de processos e incorporação de recomendações de auditoria.

**7.11. Serviços Externos e Sob Demanda**

Em situações excepcionais, quando a natureza da manutenção, calibração ou ensaio exigir infraestrutura ou instrumentação indisponível no HFL, os serviços poderão ser realizados fora do ambiente hospitalar, em laboratórios especializados e tecnicamente habilitados, ou por empresas parceiras designadas pela contratada.

Esses atendimentos sob demanda são considerados complementares e indispensáveis à manutenção da integridade e funcionalidade do parque tecnológico, devendo ser precedidos de justificativa técnica formal, autorização administrativa e registro completo de custos e resultados.

**7.12. Consolidação da Solução Proposta**

A solução proposta caracteriza-se pela integração entre gestão técnica, tecnologia da informação, equipe dedicada e suporte especializado sob demanda, constituindo o modelo mais eficiente e seguro para o contexto operacional do HFL.

Além de atender plenamente às exigências normativas e de segurança, o modelo maximiza a disponibilidade dos equipamentos, reduz o tempo de inatividade, melhora a rastreabilidade dos processos de manutenção e contribui diretamente para a segurança assistencial e a qualidade do atendimento ao paciente.

**8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A presente contratação visa garantir a cobertura integral, regular e contínua dos serviços de manutenção preditiva, preventiva e corretiva de todos os Equipamentos Médicos Hospitalares (EMH) e Equipamentos Médico Assistenciais (EMA) atualmente existentes e em uso nas dependências do Hospital Federal da Lagoa (HFL), bem como daqueles que venham a ser incorporados ao parque tecnológico durante a vigência do contrato.

As estimativas apresentadas neste item foram elaboradas com base em levantamento técnico detalhado, análise do inventário institucional, dimensionamento da força de trabalho, composição de insumos e pesquisas de mercado.

**8.1. Abrangência e Universalidade do Atendimento**

A contratação abrange a totalidade dos EMH e EMA em operação, sem qualquer restrição quanto à categoria, finalidade, porte, complexidade, localização física ou perfil assistencial, contemplando setores clínicos, cirúrgicos, unidades de terapia intensiva, emergência, ambulatorios, áreas administrativas e de apoio técnico.

O atendimento deverá ocorrer de forma ininterrupta e universal, assegurando suporte técnico especializado a 100% do parque tecnológico hospitalar, com rastreabilidade e controle integral das atividades executadas.

**8.2. Dimensionamento da Mão de Obra**

O dimensionamento da equipe técnica foi definido com base na complexidade, volume e criticidade dos equipamentos hospitalares, considerando o histórico de manutenção, o tempo médio de resposta exigido e a cobertura necessária para os diferentes turnos de operação.

A composição mínima necessária é a seguinte:

Cargo/Função	CBO	Carga Horária Mensal	Descrição das Atividades Principais	Quantidade
Engenheiro Clínico	2143-80	220h	Responsável técnico pela gestão do setor de engenharia clínica; supervisão das manutenções e calibrações; elaboração de relatórios técnicos; controle de conformidade; interlocução com órgãos de fiscalização e vigilância sanitária.	1



Assistente Administrativo	4110-10	220h	Execução de atividades administrativas relacionadas ao controle de manutenções; registro de chamados; acompanhamento de indicadores; apoio ao gestor; elaboração de planilhas e relatórios periódicos.	1
Técnico em Equipamentos Biomédicos	9153-05	220h	Realização de manutenções preventivas, corretivas e calibrações em equipamentos médicos e laboratoriais; elaboração de relatórios técnicos; execução de testes de segurança elétrica e funcional.	6

O total de 8 profissionais garante cobertura adequada para o atendimento diário das demandas de manutenção, gestão técnica e controle administrativo, assegurando a continuidade do suporte em tempo integral

Os valores referentes à remuneração, encargos, benefícios, adicionais e custos indiretos encontram-se detalhados no Anexo I – Planilha de Custo, servindo como base para a estimativa final do valor global do contrato.

8.3. Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

8.3.1. Maleta Eletrônica Individual

Cada Técnico em Equipamentos Biomédicos deverá dispor de uma maleta de ferramentas individual completa, contendo instrumentos básicos e itens de precisão indispensáveis às atividades de diagnóstico, reparo e aferição eletrônica.

O conjunto abrange ferramentas manuais e instrumentos elétricos de uso rotineiro, conforme detalhado na tabela abaixo:

Ferramentas para Maleta Individual			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant./Anual
Técnicos em Manutenção	Jogo de chaves de fenda e Phillips isoladas 1000V	und	1
	Chave canhão 8 mm x 6"	und	1
	Alicate de bico chato 6" (cabos isolados)	und	1
	Alicate universal 8" (cabos isolados)	und	1
	Alicate desencapador automático 8"	und	1
	Estilete de lâmina retrátil	und	1
	Sugador de solda com ponta de teflon	und	1
	Ferro de solda 110V/60W	und	1
	Solda para eletrônica (10m)	und	1
	Multímetro digital 4½ dígitos	und	1
	Jogo de chave de precisão fenda/Phillips	und	1
	Chave de fenda cotoco 1/4"	und	1
	Chave Phillips cotoco 1/4"	und	1
	Jogo de chave Allen de precisão 0,05 a 5mm	und	1
	Extrator de CI	und	1
	Espelho de dentista	und	1
	Lanterna tipo caneta	und	1
	Mala tipo executivo com duas divisórias	und	1

8.3.2. Ferramentas Coletivas e Equipamentos de Apoio Técnico

Além das malas individuais, a contratada deverá manter à disposição da equipe equipamentos de uso coletivo e instrumentos de bancada, necessários às atividades de calibração, ensaio, medição e controle de qualidade, incluindo, no mínimo:

Ferramentas para Maleta Coletivo			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
	Jogo de chaves de fenda e Phillips isoladas, 1000 V	und	1
	Jogo de chave para relojoeiro fenda/Phillips	und	1
	Chave de fenda com ponta ajustável	und	1
	Jogo de chave fixa mini 4mm a 10mm	und	1
	Jogo de chave fixa mini 5/32" a 13/32"	und	1
	Chave inglesa 6"	und	1
	Chave inglesa 10"	und	1
	Chave Philips cotoco 3/16" x 1.1/2"	und	1
	Chave Philips cotoco 1/4" x 1.1/2"	und	1
	Chave teste neon	und	1
	Escala de aço de 300mm	und	1
	Espelho de inspeção	und	1
	Estilete de lâmina retrátil 180mm	und	1
	Lima meia cana 6"	und	1
	Lima redonda 6"	und	1

Ferramentas para Maleta Coletivo			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
Todos	Lima quadrada 6"	und	1
	Lima triângulo	und	1
	Jogo de lima agulha 12 peças	und	1
	Paquímetro 0-150mm int./ext.	und	1
	Pincel ½"	und	1
	Pincel nº 8	und	1
	Pinça reta 160mm (com isolamento)	und	1
	Pinça curva 160mm (com isolamento)	und	1
	Trena de 2m	und	1
	Alicate bico curvo 7.½"	und	1
	Alicate bico reto 7.½"	und	1
	Alicate bico reto 4.½"	und	1
	Alicate bomba d'água 9.½"	und	1
	Alicate corte diagonal 6" (cabos isolados)	und	1
	Alicate universal 8" (cabos isolados)	und	1
	Jogo de chave Allen 1.5 a 10mm	und	1
	Mala tipo executivo c/ duas divisões	und	1
	Chave canhão 3mm	und	1
	Chave canhão 4mm	und	1
	Chave canhão 5mm	und	1
	Chave canhão 6mm	und	1
	Chave canhão 7mm	und	1
	Chave canhão 5/16"	und	1
	Chave canhão 9mm	und	1
	Chave canhão 10mm	und	1
	Chave canhão 11mm	und	1
	Chave canhão 12mm	und	1
	Chave canhão 13mm	und	1
	Chave canhão 14mm	und	1

Conjunto de Equipamentos Essenciais para Utilização Comum pelo Grupo de Manutenção			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
Todos	Osciloscópio 50 MHz, 2 canais, analógico/digital	und	1
	Fonte alimentação simétrica 0-30V 5A	und	1
	Carregador de bateria 12V, 50A	und	1
	Aspirador de pó 1400W, 110/220V	und	1
	Secador de cabelo 1000W	und	1
	Tacômetro óptico-digital	und	1
	Luxímetro	und	1
	Frequencímetro 5-100MHz	und	1
	Gerador de funções	und	1
	Variador de voltagem monofásico, indicação digital	und	1
	Parafusadeira	und	1
	Kit para componentes SMD	und	1
	Analizador para Ventilador Pulmonar Mecânico	und	1
	Termo contráctil (várias medidas), 1 rolo	und	1
	Caixa de fusíveis (vários valores), 1 conjunto	und	1
	Spray limpa contatos, 1 unidade	und	1
	Caixa com terminais climper, 1 conjunto	und	1
	Estação de solda completa	und	1
	Torno/Morsa de bancada 5"	und	1
	Alicate Climper	und	1
	Jogo soquete estriado 8-30mm	und	1
	Jogo chave boca fixa 6-30mm	und	1
	Jogo micro brocas 0,3-1,2mm	und	1

Conjunto de Equipamentos Essenciais para Utilização Comum pelo Grupo de Manutenção			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
	Kit mini machos (M1-M3.5)	und	1
	Jogo brocas p/ metais 1-13mm	und	1
	Kit limpeza lentes microscópio	und	1
	Termo-higrômetro com rastreabilidade	und	1
	Termômetro 5 sensores calibrado	und	1
	Analizador para Qualificação Térmica 12 sensores	und	1

Equipamentos Básicos para Teste e Calibração de Equipamentos Médico-hospitalares (Dispositivos In Loco)			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
Todos	Analizador de bisturi	und	1
	Analizador de desfibrilador/cardioversor	und	1
	Analizador de segurança elétrica	und	1
	Multímetro TRUE RMS	und	1
	Simulador de ECG (unidade)	und	1
	Analizador de PNI e aparelho de pressão	und	1

Conjunto de Dispositivos para Calibração e Ajuste de Balança e Cama Elétrica			
Categoria Profissional	Item	Unidade	Quant. Anual
Todos	Pesos padrão p/ balanças analíticas (jogo)	und	1
	Pesos padrão 100g a 5kg (jogo)	und	1
	Pesos padrão 10kg a 150kg (jogo)	und	1

Tais equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso e calibração, observando as normas ABNT NBR ISO 10012 e RDC nº 16/2013 – ANVISA.

A disponibilidade desse ferramental coletivo tem papel estratégico na redução da necessidade de envio de equipamentos para manutenção externa, permitindo que a maior parte das intervenções, calibrações e testes sejam realizados dentro das dependências do Hospital Federal da Lagoa (HFL). Essa estrutura contribui diretamente para a mitigação da atual deficiência operacional do serviço, diminui o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e fortalece a autossuficiência técnica da Engenharia Clínica, garantindo maior agilidade e eficiência na resposta às demandas assistenciais.

#### 8.4. Serviços Externos e Sob Demanda

Deverão ser previstos custos externos sob demanda destinados a situações em que a manutenção, calibração ou ensaio não possa ser executado internamente — seja por indisponibilidade de ferramental, infraestrutura técnica ou competência especializada.

Esses serviços poderão ocorrer:

fora do hospital, em oficinas ou laboratórios tecnicamente habilitados; ou

dentro do HFL, quando houver necessidade de deslocamento de equipe ou empresa especializada para execução pontual.

Os casos de acionamento sob demanda deverão ser formalmente justificados pela equipe técnica, acompanhados de relatório circunstanciado, aprovação administrativa e controle individualizado dos custos e resultados obtidos.

A previsão desses atendimentos visa garantir continuidade operacional, especialmente em equipamentos de suporte vital, diagnóstico crítico e sistemas vinculados à assistência direta ao paciente.

#### 8.5. Síntese Quantitativa

Tipo de Recurso	Unidade	Quantidade	Observação
Profissionais de Engenharia Clínica	Equipe	8	Dedicação exclusiva
Maletas de ferramentas individuais	Unidade	6	Para técnicos biomédicos
Equipamentos de bancada e apoio técnico	Conjunto	1	De uso coletivo
Serviços sob demanda externos	Evento	Conforme necessidade	Sob autorização prévia

As quantidades estimadas neste item representam o dimensionamento técnico mínimo necessário à execução adequada e segura das atividades de Engenharia Clínica no Hospital Federal da Lagoa, assegurando disponibilidade contínua de suporte especializado, atendimento ininterrupto às demandas assistenciais e resposta técnica imediata em situações emergenciais.

#### Memória de Cálculo e Dimensionamento de Recursos

#### 8.6 Objeto e Abrangência

A execução abrangerá todos os setores assistenciais e áreas de apoio, independentemente da complexidade, criticidade ou localização física dos equipamentos.

#### 8.7 Porte Assistencial da Unidade

O Hospital Federal da Lagoa dispõe de:

- 236 leitos de internação;
- aproximadamente 8.500 consultas mensais;
- mais de 7.000 cirurgias por ano;
- atendimento em 37 especialidades médicas.

Tais indicadores evidenciam o elevado volume assistencial da unidade e a intensa utilização do parque tecnológico hospitalar, especialmente em setores críticos como centro cirúrgico, unidades de terapia intensiva, emergência e diagnóstico.

Nesse contexto, a manutenção ininterrupta dos serviços de Engenharia Clínica constitui requisito essencial à continuidade da assistência, à segurança do paciente e ao regular funcionamento institucional.

**8.8. Dimensionamento da Mão de Obra**

O dimensionamento da equipe técnica foi realizado com base em critérios objetivos e mensuráveis, considerando:

- I – inventário atualizado do parque tecnológico;
- II – histórico consolidado de Ordens de Serviço (2024-2025);
- III – tempo médio de execução por tipo de intervenção;
- IV – criticidade dos equipamentos;
- V – necessidade de resposta imediata em ambiente hospitalar de funcionamento ininterrupto;
- VI – índice de produtividade operacional.

**8.8.1. Composição da Equipe**

- 01 Engenheiro Clínico
  - 06 Técnicos em Equipamentos Biomédicos
  - 01 Assistente Administrativo
- Total: 08 profissionais com dedicação exclusiva.

**8.8.1. Memória de Cálculo do Dimensionamento Técnico**

**8.9.1 Histórico de Ordens de Serviço**

Ano	Total OS	Média Mensal
2024	133	11
2025	139	12
Média anual	136	11-12

Considerando tempo médio estimado de 4 horas por manutenção corretiva:

$136 \text{ OS} \times 4\text{h} = 544 \text{ horas anuais}$

A média mensal considera o total de Ordens de Serviço dividido pelos 12 meses do ano, refletindo o volume histórico de manutenção preventiva, corretiva e calibrações, servindo como base para o dimensionamento da equipe técnica e da estrutura de manutenção.

**8.9.2. Atividades Técnicas Permanentes**

Além das OS formalizadas, a equipe executa rotinas contínuas indispensáveis:

- manutenções preventivas programadas;
- monitoramento permanente de equipamentos críticos;
- rondas técnicas;
- suporte imediato às equipes assistenciais;
- rastreabilidade e registros obrigatórios;
- controle de indicadores e relatórios técnicos.

Para fins de dimensionamento conservador:

$40\text{h mensais por técnico} \times 12 \text{ meses} = 480\text{h/ano}$

$480\text{h} \times 6 \text{ técnicos} = 2.880 \text{ horas anuais}$

**8.9.3. Capacidade Produtiva**

Carga horária mensal: 220h

Carga anual por profissional: 2.640h

Aplicando índice de produtividade operacional de 75%:

$2.640\text{h} \times 0,75 = 1.980 \text{ horas produtivas anuais por técnico}$  Capacidade anual total com 6 técnicos:

$6 \times 1.980\text{h} = \mathbf{11.880 \text{ horas produtivas anuais}}$

**8.9.4. Correlação Técnica**

Somando-se:

- 544h (corretivas registradas);
- 2.880h (atividades técnicas permanentes);

- horas destinadas às manutenções preventivas proporcionais ao inventário existente;

verifica-se compatibilidade entre a demanda estimada e a capacidade produtiva da equipe dimensionada. O quantitativo de 06 técnicos revela-se proporcional e adequado para:

- atendimento simultâneo em múltiplos setores;
- resposta imediata a intercorrências;
- cumprimento das rotinas preventivas;
- mitigação de riscos assistenciais.

#### **8.10. Justificativa do Engenheiro Clínico**

A previsão de 01 Engenheiro Clínico decorre da necessidade de:

- responsabilidade técnica formal;
- supervisão e validação das manutenções;
- planejamento tecnológico;
- interlocução com órgãos reguladores;
- atendimento às normas técnicas e sanitárias.

Trata-se de função estratégica e regulatória, não substituível por atuação operacional.

#### **8.11. Justificativa do Assistente Administrativo**

O suporte administrativo permanente é indispensável para:

- registro e controle de Ordens de Serviço;
- consolidação de indicadores;
- organização documental;
- emissão de relatórios gerenciais;
- atendimento a auditorias.

Sua ausência implicaria desvio de função técnica e redução de produtividade.

#### **8.12. Ferramental e Equipamentos de Apoio**

A contratação contempla:

- maletas individuais para os 06 técnicos;
- conjunto coletivo de equipamentos de bancada e instrumentos de calibração;
- dispositivos de teste e medição para execução in loco.

O compartilhamento de ferramental coletivo já representa racionalização de custos e aproveitamento de escala interna.

#### **8.13. Serviços Externos Sob Demanda**

Prevê-se a possibilidade de acionamento de serviços externos especializados para situações excepcionais, tais como:

- calibrações metrológicas específicas;
- ensaios técnicos de alta complexidade;
- intervenções que exijam infraestrutura laboratorial especializada.

Esses serviços possuem caráter eventual e serão formalmente justificados e registrados.

#### **8.14. Compatibilidade com o Modelo Vigente**

O dimensionamento proposto mantém a mesma estrutura atualmente praticada, sem ampliação de quantitativo.

A manutenção do modelo decorre de avaliação técnica baseada:

- no desempenho contratual anterior;
- no volume histórico de demandas;
- na complexidade do parque tecnológico;
- na escala assistencial da unidade.

Experiências anteriores com equipes insuficientes resultaram em acúmulo de demandas e aumento de indisponibilidade de equipamentos.

#### **8.15. Análise do Efeito de Economia de Escala**

A modelagem adotada já incorpora os efeitos aplicáveis de economia de escala, considerando:

- I – contratação centralizada de todo o parque tecnológico;
- II – compartilhamento de ferramental coletivo;
- III – distinção entre equipe fixa e serviços eventuais sob demanda.

No tocante à mão de obra, os ganhos adicionais de escala são limitados pela natureza técnica do serviço, que exige atuação simultânea, resposta imediata e tempo individualizado por intervenção.

A eventual redução do quantitativo não geraria economia proporcional, mas aumentaria riscos operacionais e custos indiretos decorrentes de terceirizações emergenciais.

Conclui-se que o modelo proposto representa o ponto ótimo entre eficiência operacional, economicidade e segurança assistencial.

#### **8.15. Conclusão**

Os quantitativos estimados:

estão fundamentados em memória de cálculo objetiva;

- demonstram correlação entre demanda e capacidade operacional;
- não configuram estimativa genérica;
- consideram os efeitos de economia de escala aplicáveis;
- mantêm compatibilidade com modelo contratual testado e adequado;
- observam os princípios da motivação, razoabilidade e eficiência;
- atendem ao art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência do TCU (Acórdão 1380/2011-Plenário e Súmula 177).

O dimensionamento proposto revela-se proporcional, tecnicamente fundamentado e indispensável à manutenção segura e contínua do parque tecnológico do Hospital Federal da Lagoa.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.334.603,64

A presente estimativa de valor foi elaborada com base nas quantificações técnicas apresentadas no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar, nas composições de custos de mão de obra, insumos, ferramentas, equipamentos de apoio e na previsão de serviços externos sob demanda. Foram consideradas, ainda, as pesquisas de mercado realizadas tanto pela equipe de planejamento técnico quanto pelo Setor de Compras do Hospital Federal da Lagoa (HFL).

9.1. Fontes de Pesquisa e Metodologia

a) Pesquisa realizada:

Conforme registrado no processo administrativo SEI nº 33408.064310/2024-12, foi realizada pesquisa de preços com base em **contratações similares realizadas por outros Hospitais Federais localizados no Estado do Rio de Janeiro**, a fim de estabelecer parâmetros técnicos e econômicos condizentes com a realidade das instituições públicas federais de saúde.

b) Pesquisa elaborada pela Equipe de Planejamento:

Realizada com abordagem direcionada às necessidades do HFL, essa pesquisa considerou o dimensionamento da equipe, os custos efetivos de execução das atividades, a complexidade dos equipamentos hospitalares e as condições operacionais internas.

9.2. Estrutura de Custos Considerada

A composição do valor estimado contempla os seguintes componentes:

- **Custos diretos de mão de obra dedicada**, conforme composição de cargos, funções e quantitativos apresentados no item 8.2 e no anexo I - Planilha de Custos;
- **Custos indiretos e encargos sociais**, abrangendo benefícios trabalhistas, adicionais legais e encargos previstos em convenções coletivas;
- **Custos de ferramental técnico**, incluindo maletas individuais, equipamentos de bancada e instrumentos de calibração e teste;
- **Custos externos sob demanda**, correspondentes a calibrações, ensaios e manutenções que, por limitações técnicas ou estruturais, necessitem ser realizadas fora do ambiente hospitalar, em laboratórios ou oficinas especializadas devidamente credenciadas.

9.3. Justificativa para Mão de Obra Dedicada e Custos Externos

A necessidade de **mão de obra dedicada** decorre da natureza contínua e essencial dos serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares. A presença permanente de equipe técnica dentro do HFL assegura resposta imediata a ocorrências emergenciais, monitoramento constante do parque tecnológico e conformidade com exigências da Vigilância Sanitária e demais órgãos reguladores.

Paralelamente, a inclusão de custos externos sob demanda é indispensável para cobrir eventuais intervenções em equipamentos cuja manutenção ou calibração não possa ser realizada internamente — seja por ausência temporária de ferramental, pela necessidade de instrumentos metrológicos especializados, ou pela indisponibilidade de infraestrutura local. Esses serviços, embora pontuais, garantem a continuidade operacional dos equipamentos críticos e a segurança assistencial.

9.4. Estimativa Global de Valor

Com base nas composições apresentadas e nas médias de mercado apuradas pela equipe de planejamento, o valor estimado para a contratação é apresentado na tabela a seguir:

Item	Descrição	Valor Unitário Estimado Mensal (R\$)	Valor Total Estimado Anual (R\$)
1	Mão de obra técnica dedicada (Engenheiro Clínico, Técnicos e Assistente Administrativo)	103.388,49	1.240.661,88
2	Ferramentas individuais e de bancada	19.548,21	234.578,52
3	Custos externos sob demanda (calibrações, reparos, ensaios especializados)	53.616,31	643.395,72
—	Valor Global Estimado do Contrato	176.553,01	2.118.636,17
—	Valor Global Estimado do Contrato com BDI	194.550,30	2.334.603,64

Considerando a aplicação de **Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)**, o valor global estimado da contratação foi ajustado para **R\$ 194.550,30 mensais**, totalizando aproximadamente **R\$ 2.334.603,64 anuais**.

O **BDI** adotado segue parâmetros compatíveis com contratações de serviços continuados de natureza técnica, abrangendo custos indiretos administrativos, tributos, riscos e margem de lucro, conforme detalhado no **Anexo I – Planilha de Custos**.

A **atualização dos custos externos sob demanda** tomou como base o valor médio mensal apurado no exercício de **2025 (R\$ 50.710,50)**, corrigido pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** acumulado no período **(5,73%)**, resultando no valor atualizado de **R\$ 53.616,31**.

Essa atualização visa refletir a variação inflacionária recente, assegurando que o montante estimado esteja alinhado aos valores de mercado atuais e mantenha a adequação orçamentária e o equilíbrio econômico - financeiro da futura contratação.

Observações:

1. Valor com BDI representa o **teto técnico estimado** para o planejamento da contratação, podendo ser ajustado após a etapa definitiva

de pesquisa de preços.

2. O cálculo do IPCA foi utilizado apenas como **instrumento de atualização monetária**, não constituindo índice de reajuste contratual, que deverá observar o instrumento normativo aplicável.

3. Os valores dos equipamentos e insumos foram obtidos com base nas referências do SINAPI e em pesquisas complementares realizadas no portal Compras.gov.br, conforme relação anexa.

#### **9.5. Análise de Economicidade e Interesse Público**

A análise comparativa demonstra que o valor apurado pela equipe de planejamento técnico é **inferior ao da pesquisa anterior** e encontra-se **alinhado às práticas contratuais de outras unidades hospitalares federais**, o que reforça a **economicidade, a razoabilidade e a viabilidade técnica** da estimativa.

A contratação proposta é **fundamental para a continuidade das atividades assistenciais do Hospital Federal da Lagoa**, uma vez que a manutenção dos equipamentos médico-hospitalares é indispensável para a **segurança dos pacientes, a eficiência operacional e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes**.

Dessa forma, o valor estimado reflete uma **projeção técnica realista e equilibrada**, que atende plenamente ao interesse público, observando os princípios da **eficiência, transparência e economicidade**.

#### **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Em regra, conforme dispõe o art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo item único na contratação do Hospital Federal da Lagoa fundamenta-se na natureza indivisível da gestão do parque tecnológico hospitalar. O planejamento da contratação deve observar, entre outros aspectos, o princípio do parcelamento, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com o objetivo de otimizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sem comprometer a economia de escala.

No presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação será realizada em um único item. Trata-se da prestação de serviços de Engenharia Clínica, com a finalidade de assegurar a manutenção, a segurança e a operação contínua dos equipamentos médico-hospitalares essenciais ao funcionamento do Hospital Federal da Lagoa. Essa configuração representa a alternativa mais adequada para este tipo de serviço, garantindo a integridade da solução, preservando a economia de escala e mantendo o modelo atualmente adotado nesta unidade hospitalar. Não se identificou qualquer prejuízo ao conjunto da solução, nem redução da participação de licitantes na execução do objeto. Ao contrário, a contratação mostra-se tecnicamente viável, possibilita maior aproveitamento do mercado e contribui para ampliar a competitividade de forma eficiente.

Dessa forma, a Administração agiu com cautela, razoabilidade e proporcionalidade, alinhando a decisão aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público. Conclui-se, portanto, que o parcelamento do objeto não é viável para a Administração Pública.

#### **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

A contratação ora analisada para prestação dos serviços de engenharia clínica no Hospital Federal da Lagoa (HFL) configura-se como **autônoma e independente**, não apresentando interdependência operacional, administrativa ou contratual com outros processos ou contratos atualmente em execução na instituição.

#### **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação dos serviços de engenharia clínica para o Hospital Federal da Lagoa (HFL) foi estruturada de forma a garantir **plena aderência ao planejamento estratégico, orçamentário e operacional** da instituição, promovendo a sinergia entre os objetivos institucionais, as prioridades assistenciais e as diretrizes normativas e financeiras vigentes.

##### **12.1. Integração com o Planejamento Estratégico Institucional**

- **Previsão em ações estratégicas:**

O objeto da contratação integra as ações estratégicas de modernização, ampliação e manutenção da infraestrutura hospitalar, voltadas à promoção da segurança assistencial, disponibilidade permanente dos ativos médico-hospitalares e aderência às exigências de órgãos regulatórios (ANVISA, INMETRO, ABNT e demais entidades de controle).

- **Missão institucional:**

A solução contratada converge com a missão institucional de assegurar atendimento de excelência, continuidade dos serviços de saúde e sustentabilidade operacional do parque tecnológico do HFL.

##### **12.2. Compatibilidade Orçamentária e Financeira**

- **Previsão orçamentária no PAC:**

Os valores estimados para esta contratação constam expressamente do Plano Anual de Contratações (PAC) da unidade, em conformidade com o art. 12 da Lei nº 14.133/2021, e estão contemplados nas dotações orçamentárias específicas do exercício vigente.

- **Dimensionamento responsável:**

A composição dos custos observa os limites de recursos autorizados, assegurando a execução orçamentária responsável e o respeito ao equilíbrio fiscal da instituição.

##### **12.3. Alinhamento Operacional**

- **Integração aos processos internos**

A contratação se ajusta perfeitamente aos fluxos operacionais do hospital, integrando-se aos sistemas de gestão patrimonial, manutenção e planejamento técnico, sem provocar sobreposição de contratos ou conflitos de escopo.

- **Suporte aos indicadores e metas institucionais:**

Os indicadores de desempenho, metas de disponibilidade e segurança assistencial estabelecidos no planejamento operacional tomam como base o suporte técnico especializado ora contratado.

##### **12.4. Observância às Diretrizes da Lei nº 14.133/2021**

- **Planejamento prévio e rigoroso:**

Todo o procedimento foi antecedido por rigoroso planejamento, abrangendo a elaboração de estudo técnico preliminar, análise de riscos, pesquisa de mercado e estimativa de custos, em consonância com os arts. 18, 45 e 141 da Lei nº 14.133/2021.

- **Alinhamento com instrumentos oficiais:**

A contratação está em absoluta conformidade com o PAC e com as metas institucionais estabelecidas em documentos oficiais, promovendo o princípio da eficiência e a integração às políticas públicas setoriais aplicáveis.



### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

A contratação dos serviços de engenharia clínica para o Hospital Federal da Lagoa (HFL) trará benefícios institucionais, assistenciais, administrativos e socioeconômicos de alta relevância, promovendo a geração de valor público e impactos positivos mensuráveis para a gestão hospitalar, usuários do SUS e toda a sociedade. Abaixo, detalham-se os principais benefícios, conforme levantamento, quadros, planilhas e parâmetros apresentados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

#### **13.1. Benefícios Diretos**

##### **a) Elevação do padrão de segurança assistencial**

- Garantia de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, bem como calibração e qualificação metrológica permanente de todos os equipamentos médicos hospitalares e assistenciais, reduzindo riscos de falhas e incidentes adversos.
- Mitigação de riscos clínicos e operacionais, assegurando condições ideais para a prestação dos serviços de saúde, em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores (ANVISA, INMETRO etc.).

##### **b) Aumento da disponibilidade e da vida útil dos equipamentos**

- Redução dos períodos de indisponibilidade de equipamentos críticos, graças ao monitoramento sistemático e especializado, ampliando a capacidade operacional e evitando desperdício de recursos com substituição prematura.
- Maximização do retorno sobre o investimento público em tecnologia e infraestrutura assistencial.

##### **c) Melhoria dos processos internos e eficiência operacional**

- Implantação de sistema informatizado para gestão da engenharia clínica, assegurando rastreabilidade das ordens de serviço, histórico de intervenções, controle patrimonial e acompanhamento de indicadores.
- Otimização dos fluxos de trabalho, transparência dos dados e fortalecimento do controle administrativo e contratual.

##### **d) Adequação às normas técnicas, regulatórias e auditorias**

- Cumprimento rigoroso das normas técnicas, sanitárias e trabalhistas, prevenindo autuações, sanções, multas e riscos de interrupção dos serviços.
- Facilidade na resposta a auditorias e fiscalizações de órgãos de controle e vigilância sanitária, pela completa documentação, rastreabilidade e tempestividade dos registros.

##### **e) Atendimento às demandas específicas do hospital**

- Dimensionamento preciso da equipe técnica, ferramental e insumos, conforme análise detalhada do parque tecnológico, prevenindo lacunas, atrasos ou inadequações.
- Atendimento integral a todas as rotinas de manutenção, conserto e atualização, promovendo a excelência dos procedimentos clínicos e cirúrgicos.

#### **13.2. Benefícios Indiretos**

##### **a) Valorização do corpo técnico e satisfação dos profissionais**

- Controle efetivo dos processos, prestação de contas detalhada e análise de custo-efetividade, fortalecendo os princípios da Administração Pública e promovendo decisões baseadas em evidências.

##### **c) Impacto positivo na imagem institucional**

- Consolidação da reputação do HFL como referência em qualidade assistencial e gestão tecnológica, fortalecendo sua posição no SUS e perante órgãos de controle.

##### **d) Otimização do uso dos recursos públicos**

- Planejamento detalhado, eliminação de sobreposições contratuais, uso eficiente do BDI e racionalização dos custos, promovendo economicidade e respeito ao erário.

##### **e) Satisfação e segurança para os usuários do SUS**

- Redução de cancelamentos e interrupções de procedimentos, garantindo maior acesso e previsibilidade para a população atendida.

### **13.3. Contribuição para a Missão e os Valores da Instituição**

- **Missão:** Proporcionar assistência hospitalar de excelência, segura, eficiente e humanizada, com infraestrutura tecnológica atualizada e confiável.
- **Valores:** Ética, transparência, responsabilidade social, respeito ao usuário, inovação, sustentabilidade e compromisso com o interesse público.

#### **13.4. Fundamentação Técnica e Documenta**

Os benefícios apresentados são lastreados em levantamento objetivo do parque tecnológico, análise de riscos, estimativa detalhada de custos (incluindo BDI), planilhas de mão de obra, EPs, ferramentas e equipamentos, e alinhamento aos instrumentos de planejamento institucional (PAC, POA), conforme exigido pela legislação e orientações técnicas dos órgãos de controle.

#### **14. Providências a serem Adotadas**

A efetivação bem-sucedida da contratação dos serviços de engenharia clínica para o Hospital Federal da Lagoa (HFL) requer a rigorosa observância de etapas sequenciais, providências administrativas e fundamentos normativos, desde a fase inicial de preparação até a conclusão da execução contratual. O objetivo é assegurar total aderência à legislação vigente, à jurisprudência dos órgãos de controle e às melhores práticas de governança pública, mitigando riscos e promovendo eficiência, economicidade e rastreabilidade.

##### **14.1. Fase de Preparação e Planejamento**

###### **1. Realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**

- Consolidação de diagnósticos técnicos, levantamento de demanda, inventário patrimonial, dimensionamento de equipes, equipamentos e insumos.
- Elaboração de matriz de riscos e análise de criticidade do parque tecnológico, com consulta aos setores requisitantes e engenharia clínica.

###### **2. Definição da Solução e Escopo do Objeto**

- Descrição clara, precisa e completa do objeto contratual, abrangendo serviços, escopo, prazos e responsabilidades.
- Especificação detalhada dos requisitos técnicos, funcionais, operacionais e normativos, incluindo exigências de registro em conselhos profissionais.

### **3. Levantamento de Mercado e Pesquisa de Preços**

- Consulta a pelo menos três fornecedores para cada insumo relevante, registrando cotações, condições de fornecimento e abrangência.
- Análise de preços referenciais (SINAPI, IBGE, painéis oficiais, contratos similares, convenções coletivas) para aferição de vantajosidade.

### **4. Estimativa de Quantidades e Custos**

- Dimensionamento de equipes, equipamentos, insumos e EPIs com base em dados históricos, inventário e projeção de demanda.
- Cálculo de custos diretos e indiretos, depreciação e encargos.

### **5. Elaboração do Termo de Referência (TR)**

- Redação do TR conforme Lei nº 14.133/2021, contendo justificativas, objeto, escopo, requisitos, prazos, critérios de julgamento, matriz de riscos, obrigações e penalidades
- Inclusão de anexos detalhados: quadros de mão de obra, planilhas de EPI/uniformes, relação de ferramentas/equipamentos, estimativas de custos e fontes de pesquisa.

### **6. Inserção da Demanda no Plano Anual de Contratações (PAC)**

- Registro formal da demanda, respeitando os limites orçamentários e cronogramas institucionais.

## **14.2. Fase de Instrução Processual**

### **7. Abertura do Processo Administrativo**

- Protocolo, autuação, numeração, indexação e distribuição documental às áreas competentes.

### **8. Pareceres Técnicos e Jurídicos**

- Emissão de parecer técnico pela área requisitante e/ou engenharia clínica.
- Parecer jurídico da assessoria, validando regularidade dos procedimentos e editais.

### **9. Verificação da Disponibilidade Orçamentária**

- Emissão de nota de empenho prévia ou reserva de dotação orçamentária compatível com o valor estimado.

## **14.3. Fase de Seleção do Fornecedor**

### **10. Elaboração e Publicação do Edital de Licitação**

- Redação e revisão do edital, assegurando clareza, critérios objetivos e ampla competitividade.
- Publicação em meios oficiais.

### **11. Sessão Pública e Julgamento das Propostas**

- Recebimento, abertura, análise de propostas e habilitação de concorrentes.
- Registro de atas, recursos e manifestações.

### **12. Homologação e Adjudicação**

- Homologação do resultado, adjudicação ao vencedor e comunicação às partes.

## **14.4. Fase de Contratação e Execução**

### **13. Assinatura do Contrato Administrativo**

- Elaboração do instrumento contratual com cláusulas obrigatórias, matriz de risco, condições acessórias e reajuste.
- Coleta de assinaturas e publicação do extrato.

### **14. Mobilização da Contratada**

- Apresentação de documentos de regularidade, registro em conselhos, ART/TRT e certidões
- Mobilização da equipe técnica, entrega de EPIs, uniformes, ferramentas e equipamentos, treinamento inicial e integração institucional.

## **14.5. Fase de Gestão e Acompanhamento Contratual**

### **16. Fiscalização e Gestão Contratual**

- Nomeação formal de fiscais técnicos e administrativos.
- Monitoramento, inspeção dos serviços, conferência documental (ART, laudos, OS, certificados), controle de indicadores e avaliação periódica.
- Reuniões de alinhamento, gestão de riscos, análise de não conformidades e aplicação de sanções, se necessário.

### **17. Recebimento e Aceite dos Serviços**

- Inspeção física e documental dos bens e serviços, testes operacionais e validação das intervenções.
- Termos de recebimento provisório e definitivo, observando prazos legais.

### **18. Gestão de Pagamentos**

- Conferência e liquidação das notas fiscais, análise de regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária antes de cada pagamento.

## 19. Avaliação Final e Encerramento Contratual

- Avaliação de resultados, indicadores e cumprimento contratual.
- Relatório final de execução, parecer da fiscalização e arquivamento.

### 14.6. Observância às Normas e Melhores Práticas

Todas as etapas descritas deverão ser rigorosamente observadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, regulamentos internos, manuais de compras governamentais, jurisprudência do TCU, orientações do Acórdão 2622 /2013 e Súmulas, orientações da AGU, sobretudo as da NOTA nº 29/2025/CGCOM-EST/SCGP/CGU/AGU, e as melhores práticas nacionais de planejamento, gestão e controle de contratos públicos, promovendo transparência, segurança jurídica e eficiência administrativa.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação dos serviços de engenharia clínica para o Hospital Federal da Lagoa (HFL), abrangendo manutenção, calibração, fornecimento de equipamentos, EPIs, ferramentas, consumíveis e gestão informatizada, exige avaliação ambiental rigorosa, considerando todo o ciclo de vida dos insumos e serviços envolvidos. Tal abordagem é não apenas uma exigência normativa e constitucional, mas expressão do compromisso institucional do HFL com a sustentabilidade, a governança ambiental e a conformidade com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão pública responsável.

#### 15.1. Fundamentação Legal, Normativa e Programática

A avaliação ambiental deste processo contratual fundamenta-se em:

- Constituição Federal (art. 225 – direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado);
- Lei nº 14.133/2021 (arts. 11, IV, 20, 25 §2º – critérios de sustentabilidade nas contratações públicas);
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais);
- Decreto nº 10.240/2020 (logística reversa de eletroeletrônicos);
- RDC ANVISA nº 222/2018 (gerenciamento de resíduos em saúde);
- Resolução CONAMA nº 358/2005 (tratamento e destinação de resíduos de serviços de saúde);
- Normas ABNT NBR 10004:2004, NBR 12808:2016, NBR 11174:1990 (gestão e classificação de resíduos);
- Normativos do INMETRO (eficiência, segurança e ciclo de vida de produtos);
- Agenda 2030/ONU (ODS 3, 6, 7, 9, 12, 13, 17 – saúde, água, energia, inovação, produção responsável, clima e parcerias);
- Manual de Sustentabilidade do Governo Federal.

#### 15.2. Diagnóstico Detalhado dos Impactos Ambientais Potenciais

##### a) Geração e Gestão de Resíduos Sólidos e Perigosos

- **Resíduos eletrônicos (REEE):** gerados pela substituição de componentes, descarte de equipamentos obsoletos e baterias, obrigando à logística reversa e à reciclagem conforme o Decreto nº 10.240/2020 e PNRS.
- **Resíduos químicos e contaminados:** originados do uso de solventes, agentes de limpeza, desinfetantes, pastas térmicas e sprays técnicos, exigindo armazenamento seguro e descarte conforme as normas da ANVISA, CONAMA e legislação local.
- **EPIs descartados:** como luvas, máscaras, aventais e botas, potencialmente contaminados, classificados como resíduos do grupo A ou E e sujeitos a tratamento diferenciado.
- **Resíduos comuns e recicláveis:** embalagens, papelaria, plásticos e outros resíduos do cotidiano das rotinas técnicas, que devem ser segregados, reciclados ou corretamente encaminhados para a coleta seletiva.

##### b) Consumo de Recursos Naturais e Energéticos

- **Energia elétrica:** utilizada por equipamentos, instrumentos de teste, informática e climatização, com impacto indireto na pegada de carbono institucional.
- **Água:** necessária em processos de limpeza, descontaminação e esterilização, exigindo uso racional e monitoramento de consumo.

##### c) Emissão de Poluentes, Ruídos e Riscos de Contaminação

- **Poluentes atmosféricos:** vapores, névoas, gases oriundos de soldas, sprays e agentes químicos, impactando o ar e a saúde ocupacional.
- **Poluentes líquidos e sólidos:** descarte inadequado pode contaminar solo e corpos d'água.
- **Ruídos:** provenientes de operações técnicas, demandando controle para minimizar impacto ambiental e ocupacional.

##### d) Ciclo de Vida e Obsolescência dos Insumos

- **Obsolescência programada:** evolução tecnológica dos EMH e EMA requer descarte responsável, reuso planejado e estratégias de reciclagem.
- **Rotatividade de EPIs e uniformes:** aumento do volume de resíduos sólidos, impondo gerenciamento permanente e adequado.

### 15.3. Estratégias de Mitigação e Práticas de Sustentabilidade

#### a) Planejamento Contratual com Critérios Ambientais Claros

- Inclusão de exigências contratuais para destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos, abrangendo coleta, transporte, tratamento e destinação final, conforme plano de gerenciamento (PGRSS). Preferência por fornecedores e insumos certificados ambientalmente (ISO 14001, Selo Verde, Procel, FSC etc.), com comprovação de práticas de sustentabilidade e logística reversa.

#### b) Treinamento Ambiental e Capacitação Permanente

- Programas de treinamento periódico da equipe para uso racional de recursos, correta segregação e manejo de resíduos, biossegurança e economia de água, energia e insumos.

#### c) Fiscalização, Monitoramento e Transparência

- Fiscalização rigorosa pela Administração, exigência de relatórios ambientais periódicos (indicadores de geração, segregação e destinação de resíduos) e auditoria dos processos ambientais.
- Estabelecimento de penalidades contratuais para descumprimento das obrigações ambientais.

#### **d) Controle de Poluentes e Uso de Tecnologias Limpas**

- Adoção de produtos e métodos de baixo impacto ambiental, como agentes de limpeza biodegradáveis e tecnologias de solda sem emissão de metais pesados.
- Instalação e manutenção de sistemas adequados de ventilação e exaustão.

#### **e) Integração com as Políticas Públicas e Agenda 2030**

- Alinhamento do contrato com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo saúde, consumo e produção responsáveis, inovação, ação climática e parcerias institucionais.

#### **15.4. Cláusulas e Requisitos Contratuais Essenciais**

- Obrigatoriedade da apresentação e atualização do PGRSS pela contratada, abrangendo todos os tipos de resíduos.
- Preferência por fornecedores ambientalmente certificados, com documentação comprobatória.
- Relatórios ambientais obrigatórios e periódicos.
- Aplicação de penalidades em caso de não conformidade.
- Incentivo a propostas inovadoras para redução de resíduos, reuso de insumos e práticas de economia circular.

#### **15.5. Riscos Ambientais, Oportunidades e Responsabilidades**

- **Riscos:** passivos ambientais, autuações, interdições, danos reputacionais, sanções administrativas e judiciais, prejuízo à sustentabilidade institucional.
- **Oportunidades:** redução de custos por reuso e reciclagem, liderança em sustentabilidade no SUS, valorização institucional e reputacional.
- **Responsabilidade:** compartilhada entre Administração e contratada pelo ciclo de vida dos resíduos e pela conformidade ambiental de toda a cadeia produtiva e operacional.

#### **15.6. Síntese Técnica e Checklist de Aderência**

A abordagem ambiental aqui descrita é integral, estratégica e auditável, contemplando todos os requisitos do checklist institucional e dos órgãos de controle, desde o diagnóstico dos impactos, definição das obrigações contratuais e mecanismos de mitigação, até a responsabilização e monitoramento permanente. Garante, assim, que o HFL seja referência nacional em sustentabilidade hospitalar, promovendo não apenas conformidade legal, mas excelência socioambiental e transparência administrativa.

#### **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

A presente contratação dos serviços de engenharia clínica para o Hospital Federal da Lagoa revela-se **plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional**, atendendo de forma inequívoca às necessidades institucionais, ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

##### **15.1. Viabilidade Técnica**

- **Aderência aos Requisitos:** O objeto da contratação foi definido a partir de amplo diagnóstico do parque tecnológico do HFL, da análise de riscos operacionais, da avaliação das demandas assistenciais e do levantamento das necessidades institucionais, assegurando que todos os requisitos técnicos, funcionais, regulatórios e normativos estejam contemplados na solução proposta.
- **Capacidade do Mercado Fornecedor:** As pesquisas de mercado demonstraram a existência de número suficiente de fornecedores qualificados no Estado do Rio de Janeiro e região, aptos a atender a todos os requisitos de mão de obra especializada, ferramental, equipamentos, EPIS, gestão informatizada e demais insumos necessários.
- **Compatibilidade com os Marcos Reguladores:** Todas as especificações, exigências de registro profissional, padrões de qualidade, normas de segurança e critérios de sustentabilidade estão em conformidade com a legislação técnica nacional (ANVISA, INMETRO, ABNT, NR's) e internacional aplicável.

##### **15.2. Viabilidade Econômica**

- **Estimativa Orçamentária Detalhada:** A composição dos custos foi baseada em levantamento robusto, com cotações em três fornecedores por item, análise de convenções coletivas, aplicação correta dos encargos sociais e complementares, cálculo de depreciação de ferramentas e equipamentos, inclusão de EPIS, uniformes e aplicação de BDI conforme recomendações do TCU.
- **Compatibilidade Orçamentária:** Os valores apurados encontram-se dentro dos limites previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) e nas dotações orçamentárias do exercício vigente, não comprometendo o equilíbrio fiscal da instituição.
- **Economicidade e Eficiência:** O modelo proposto, com contratação integrada e ciclo completo de manutenção, reduz riscos de sobreposição de contratos, desperdício de recursos e custos indiretos, promovendo economicidade, racionalização e uso eficiente dos recursos públicos.

##### **15.3. Viabilidade Operacional**

- **Integração aos Processos Internos:** A contratação foi dimensionada para plena integração aos fluxos operacionais do hospital, aos sistemas informatizados de gestão patrimonial, manutenção e suprimentos, sem risco de conflitos, sobreposições ou descontinuidade.
- **Gestão Contratual e Fiscalização:** O instrumento contratual previsto contempla indicadores de desempenho, obrigações claras para as partes, matriz de riscos, previsão de fiscalização rigorosa e mecanismos de acompanhamento, avaliação e prestação de contas.
- **Risco Controlado:** Todos os riscos operacionais e jurídicos foram analisados na matriz de riscos do ETP, sendo previstas ações de mitigação e cláusulas contratuais específicas para situações de inadimplência, insuficiência técnica ou irregularidades.

##### **15.4. Transparência e Boa Governança**

- **Rastreamento e Controle:** A solução adota sistema informatizado para controle de ordens de serviço, inventário, certificação metrológica, histórico de intervenções e emissão de relatórios, garantindo rastreabilidade, transparência e auditabilidade dos atos administrativos.
- **Atendimento aos Princípios da Administração Pública:** O procedimento é regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, especialmente, transparência, assegurando a boa governança, a participação de fornecedores qualificados e o cumprimento das metas institucionais.

#### **16. Responsáveis**

JESSICA DAIANY RIBEIRO COUTO

Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 16:36:30

TIAGO FELIPE LAGOAS DOS SANTOS

Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 15:54:14

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta de Preços				
Processo:				
Razão Social:				
CNP:				
Endereço: UF: CEP				
Telefone:				
E-mail:				
Descrição	Unidade. Medida	Quantidade	Valor (R\$) Mensal	Valor (R\$) Anual
Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada.	Mês	12	R\$	R\$

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Nº do Processo: 33408.064310/2024-12		Licitação Nº :
Função		Quantidade
Data da apresentação da proposta :		
Município/UF: Rio de Janeiro - RJ		
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:		
Número de meses execução contratual: 12 meses		
Tipo de Serviço:		
Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):		
Salário Normativo da Categoria Profissional:		
Categoria Profissional (vinculada a execução contratual):		
Data Base da Categoria:		
Salário Mínimo:		
Módulo 1 - Composição da Remuneração		

1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
Total			
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		
B	Férias e Adicional de Férias (*)		
Total			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20.00%	
B	Salário Educação	2.50%	
C	SAT (*)	0.00%	
D	SESC ou Sesi	1.50%	
E	SENAI - SENAC	1.00%	
F	SEBRAE	0.60%	
G	INCRA	0.20%	
H	FGTS	8.00%	
Total		-	
(*) SAT - Preencher o percentual conforme relatório SEFIP/GFIP da empresa			
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		
C	Assistência médica e familiar		
D	Outros (especificar)		
Total			
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		
2.3	Benefícios Mensais e Diários		
Total			
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado (*)		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			

Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Férias		
B	Ausências Legais		
C	Licença-Paternidade		
D	Ausência por acidente de trabalho		
E	Afastamento Maternidade		
F	Outros (especificar)		
Total			
Submódulo 4.2 - Intrajornada			
4.2	Intrajornada	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação		
Total			
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		
4.2	Intrajornada		
Total			
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		
B	Epi's		
C	Outros (especificar)		
D	Outros (especificar)		
Total			
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos (*)		
	C.1. Tributos Federais (COFINS)		
	C.2. Tributos Federais (PIS/PASEP)		
	C.3. Tributos Municipais (ISS)		
Total			
(*)Tributos (COFINS, PIS E ISS) - o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		
Subtotal (A + B +C+ D+E)			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		
Valor Total por Empregado			
QUADRO RESUMO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS			
	Valor Proposto	Quantidade de Funcionários	Valor Total dos Serviços
	R\$ -		
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			



QUADRO- DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA			
	Descrição		Valor
A	Valor proposto por unidade de medida		R\$ -
B	Valor mensal do serviço		R\$ -
C	Valor global da proposta (valor mensal x n.º de meses do contrato)	12	R\$ -



**ANEXO IV**

**PLANILHA DE REGIME DE EXECUÇÃO**

1. A empresa deverá informar seu enquadramento sindical, sendo obrigatória a elaboração da proposta em conformidade com a convenção coletiva do sindicato correspondente à sua atividade preponderante (Arts. 570, 577 e 581, §2º da CLT, Art. 8º, II da Constituição Federal e o Acórdão TCU nº 1.097/2019 – Plenário).

2. Os valores referentes a salários e benefícios dos profissionais previstos neste Edital foram definidos com base na Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicatos correspondentes a cada categoria, conforme tabela abaixo.

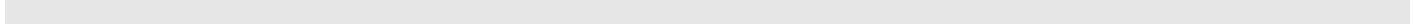
Observação: Conforme Cláusulas da CCT , o salário dos profissionais será:

Item	Categoria	Referência Salário	Salário Base
1	Engenheiro	RJ003055/2025	R\$ 11.735,17
2	Assistente Administrativo	RJ001061/2025	R\$ 2.017,51
3	Técnico de Manutenção	RJ001394/2025	R\$ 3.415,12

Item	Benefícios Mensais e Diários	VALOR (RS)
1	Transporte	Valor do transporte x nº de passagens por dia x nº de dias trabalhados – (6% x valor salário base).
2	Auxilio Refeição/Refeição	Há previsão de Vale diário no valor de R\$ 47,08 (Engenheiro Biomédico), R\$ 25,00 (Assistente Administrativo) e R\$ 19,41 (Técnico em Manutenção de Equipamentos e Instrumentos Medico - Hospitalares)

Nota 1: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 5/2017.



**ANEXO V**

**CHECK LIST DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. INTRODUÇÃO
- Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de prestação de serviços de ENGENHARIA CLÍNICA.
- As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/ controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão utilizados pelo Fiscal do Contrato para avaliação da qualidade e eficiência do serviço prestado.
2. REGRAS GERAIS
- 2.1. A avaliação da Contratada na Prestação de Serviços Engenharia Clínica se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:
- a) Postura e Apresentação do funcionário;
  - b) Preenchimento dos postos de trabalho e substituições;
  - c) Fornecimento de materiais e equipamentos;
  - d) Execução dos Serviços.
- 2.2. No formulário “Avaliação de Qualidade dos Serviços”, serão avaliados 25 itens para os quais serão atribuídos os conceitos de “Adequado” ou “Inadequado” de acordo com as especificações e rotinas estabelecidas no Termo de Referência e nas rotinas de trabalho

acordadas com a empresa Contratada.

2.3. A medição da qualidade do serviço prestado no período de referência será avaliada com base no percentual de conformidades observadas em relação ao total de itens avaliados, atribuindo a prestação dos serviços conceitos entre A e D, e gerando descontos na fatura, dependendo do conceito obtido.

3. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

3.1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (ANEXO IV-A), efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

3.2. O Fiscal do Contrato deverá consolidar, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços (ANEXO IV-A) gerados durante este período, a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado aplicando as penalidades cabíveis previstas neste procedimento.

3.3. Cabe ao Fiscal do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

3.4. Cabe ao Fiscal do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo e conceituando a Contratada como segue:

Avaliação do Resultado		
Conceito padrão	Percentual de Adequação	Impacto financeiro (% de desconto na fatura mensal)
A	100 - 90	Sem impacto
B	89 - 80	5%
C	79 - 70	10%
D	<69	20%

ANEXO V - A - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA

Responsável pela Fiscalização:		Mês de Referência:		Data:	
Contratada:			Nº do Contrato:		
Itens de Avaliação conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA MP nº 2, De 30 de Abril de 2008 – DOU De 23/05/2008					
	Avaliação dos Funcionários			Adequado	Inadequado
1	Assiduidade				
2	Pontualidade				
3	Uniformizado				
4	Qualidade do uniforme				
5	Identificado por crachá				
6	Tratamento dispensado ao público quando da execução do serviço				
	Mão de obra disponibilizada e sua reposição e substituição			Adequado	Inadequado
7	Fornecimento da mão de obra nas quantidades e especificações estabelecidas no TR				
8	Reposição de posto de trabalho descoberto em até 3 horas, conforme especificado no TR				
9	Substituição de funcionário adequado às necessidades da prestação do serviço				
	Uniformes, equipamentos, sistemas, manutenção e conservação			Adequado	Inadequado
10	Sistema de Controle de Frequência funcionando adequadamente				
11	Disponibilidade de Uniformes				
12	Disponibilidade de equipamentos para realização da manutenção				
13	Disponibilidade de equipamentos para realização de calibrações e validações				
14	Manutenção e limpeza das instalações				
	Execução dos Serviços			Adequado	Inadequado
15	Informações dos equipamentos, manutenções e OS atualizadas no sistema				
16	Ronda diária do Centro Cirúrgico realizada conforme cronograma				
17	Ronda nos demais setores realizadas conforme cronograma				
18	Cronograma de manutenção preventiva realizado conforme Plano de Manutenção				
19	Cronograma de calibração e validação realizado conforme Plano de Manutenção				
20	Manutenções corretivas realizadas conforme prazo estabelecido				
21	Acompanhamento e registro das manutenções preventivas e corretivas realizadas por empresas externas				
22	Acompanhamento e registro de entrada e saída de equipamentos				
23	Entrega dos relatórios solicitados nos prazos acordados com a fiscalização				
24	Entrega dos orçamentos solicitados nos prazos acordados com a fiscalização				
25	Apresentação de todos os documentos comprobatórios conforme estabelecido do TR				
Resultado (Somatório das avaliações)					
Total de Itens Avaliados					
Percentual de Adequações Observadas (Somatório das Adequações/Total de Itens Avaliados)					
Observações:					
Percentual de Adequações:		Assinatura do Responsável pela Fiscalização:		Assinatura do Responsável da Contratada:	

ANEXO V - B - RELATÓRIO MENSAL DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA

Responsável pela Fiscalização:		Mês de Referência:		Data:																			
Contratada:			Nº do Contrato:																				
Itens de Avaliação conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA MP nº 2, De 30 de Abril de 2008 – DOU De 23/05/2008																							
	Tabela de Consolidação das Avaliações Diárias																						
	Nº da Avaliação	Data da Avaliação	Quantidade de Itens Avaliados (A)	Total de Adequações (B)																			
	1																						
	2																						
	3																						
	4																						
	5																						
	6																						
	7																						
	8																						
	9																						
	10																						
	11																						
	12																						
	Total Geral		-	-																			
Resultado das Avaliações Mensais (C) = (B)/(A) x100		%																					
<b>Obs.</b> Havendo casas decimais na porcentagem total das avaliações mensais (C), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47%=89%																							
<table><tr><th colspan="3">Avaliação do Resultado</th></tr><tr><th>Conceito padrão</th><th>Percentual de Adequação</th><th>Impacto financeiro (% de desconto na fatura mensal)</th></tr><tr><td>A</td><td>100 - 90</td><td>Sem impacto</td></tr><tr><td>B</td><td>89 - 80</td><td>5%</td></tr><tr><td>C</td><td>79 - 70</td><td>10%</td></tr><tr><td>D</td><td>&lt;69</td><td>20%</td></tr></table>						Avaliação do Resultado			Conceito padrão	Percentual de Adequação	Impacto financeiro (% de desconto na fatura mensal)	A	100 - 90	Sem impacto	B	89 - 80	5%	C	79 - 70	10%	D	<69	20%
Avaliação do Resultado																							
Conceito padrão	Percentual de Adequação	Impacto financeiro (% de desconto na fatura mensal)																					
A	100 - 90	Sem impacto																					
B	89 - 80	5%																					
C	79 - 70	10%																					
D	<69	20%																					

Assinatura do Fiscal de Contrato

Assinatura do Preposto da Contratada

ANEXO VI - TABELA DE EQUIPAMENTOS

Equipamento	Fabricante	Modelo	Nº de Série	Patrimônio	Setor	Data Fabricação
AGITADOR DE PLAQUETAS	HELMER	PC 900	885375B	11917	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/06/2024
AGITADOR DE PLAQUETAS	QUIMIS	VORTEX	8070214		LABORATÓRIO - SALA DE BACTERIOLOGIA	15/09/2024
AGITADOR DE TUBOS	EBER BACH	NI	94688		LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	25/09/2024
AGITADOR KLINE	LABNET	OP-MI6	12080481	19760	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	03/01/2024
AGITADOR KLINE	FANEM	255	AR5576		LABORATÓRIO - SALA DE IMUNOLOGIA	01/06/2024
AMALGAMADOR	GNATUS	MIX II	4469330014	10914	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	27/04/2024
ANGIÓGRAFO	TOSHIBA	KXO 100G	D1562570	5432	HEMODINÂMICA	06/01/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARYB0058	10092	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARYB0054	10086	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIOS GS PREMIUM	ASDL0126	19722	CENTRO CIRÚRGICO	08/02/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARWM0332	3840	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARYB0066	10094	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARWM0305	9320	CENTRO CIRÚRGICO (ANESTESIOLOGIA)	10/08/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARWM0338	9313	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2024

APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARYB0056	10090	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARWN0004	9316	CENTRO CIRÚRGICO	01/11/2023
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARYB0069	10088	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2024
APARELHO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS PREMIUM	ASDL0127	19721	CENTRO CIRÚRGICO	07/12/2023
APARELHO DE ARTROSCOPIA	STRYKER	COMMAND 2	95020663	9960	CENTRO CIRÚRGICO	08/06/2024
APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA (COMPOSIÇÃO CORPORAL)	FRESENIUS	BCM	OBJA1247	641	HEMODIALISE	03/07/2024
APARELHO DE ELETROFORESE	LABO VEN	SPIFE 300	54004902		SALA DE COAGULAÇÃO/ELETROFORESE/MICROSCOPIA	15/09/2023
APARELHO DE ELETROFORESE	BIO RAD	D-10	PC2F731920		SALA DE COAGULAÇÃO/ELETROFORESE/MICROSCOPIA	15/09/2023
APARELHO DE LASERTERAPIA	SLT	CL MD/110-25W	9500-3105	1255	CENTRO CIRÚRGICO	10/08/2023
APARELHO DE RAOIO-X FIXO	SIEMENS	POLYMAT PLUS	228	5360	RADIOLOGIA	07/06/2023
APARELHO DE RAOIO-X FIXO	SIEMENS	POLYMAT PLUS	1188	16773	RADIOLOGIA	06/05/2023
APARELHO DE RAOIO-X FIXO	PHILIPS	POLYTOME	168518	5311	RADIOLOGIA	07/06/2023
APARELHO DE RAOIO-X FIXO	TOSHIBA	MRADD50S	B1B12X2006	20433	RADIOLOGIA	17/07/2023
APARELHO DE RAOIO-X FIXO	SIEMENS	ICONOS R100	2067	5190	RADIOLOGIA	06/06/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	PRACTIX 33 PLUS	RX0889	4445	RADIOLOGIA	30/03/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	PN 3090		937	CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	SIEMENS	UNIMAX PLUS		9488	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	SIEMENS	POLYMOBIL PLUS	50618	20222	RADIOLOGIA	18/02/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	GNATUS	TIMEX-70	4285741002	11011	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	10/01/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	PRACTIX 33 PLUS	RX0890	9283	RADIOLOGIA	30/03/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	TITANIUM	82	23012	RADIOLOGIA	08/01/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	TITANIUM	43	23013	RADIOLOGIA	08/01/2023
APARELHO DE RAOIO-X MÓVEL	PHILIPS	MOBILRAY		1898	RADIOLOGIA	13/05/2023
APARELHO DE URODINÂMICA	DYNAMED	NI	200511871	15333	ENDOSCOPIA	01/11/2023
APARELHO DE URODINÂMICA	DYNAMED	MPX 816	31013301	15618	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	23/07/2023
APARELHO PARA BIÓPSIA	JOHNSON & JOHNSON	SC M12	1203896	15340	RADIOLOGIA	02/01/2023
AQUECEDOR DE SORO	STERIS	MODELO DE COMPARTIMENTO SIMPLES	406719007	23242	CENTRO CIRÚRGICO	29/04/2023
ARCO CIRÚRGICO	PHILIPS	BV PULSERA	RX0895	9792	CENTRO CIRÚRGICO	31/05/2023
ARCO CIRÚRGICO	GE	OEC FLUOROSTAR 7900	79C12838D		CENTRO CIRÚRGICO	23/02/2023
ARCO CIRÚRGICO	GE	OEC 9800	OEC824172	21750/21089	CENTRO CIRÚRGICO	14/12/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	OLIDEF	A45 PLUS	A4503C215	5192	LABORATÓRIO - SALA DE BACTERIOLOGIA	22/02/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11283	7406	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	28/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME	BE112	1173	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	03/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11275	1414	CENTRO CIRÚRGICO	11/08/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	PE11285	1174	UNIDADE CORONARIANA	04/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11282	1344	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11295	1343	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11293	9644	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	08/05/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME		8469	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	13/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11291	6100	AMBULATÓRIO (QUIMIOTERAPIA)	29/06/2023
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11274	2507	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	08/06/2023

ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	B11283		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	03/02/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	LABO VEN	NI			RADIOLOGIA	19/12/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11276	1753	ENDOSCOPIA	21/11/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11281	1342	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME	BE11269	5349	RADIOLOGIA	14/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	PE111272	1820	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	03/06/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME	BE11294		POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	26/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME	BE11292	11998	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	12/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089-AME	BE11273	2986	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	08/06/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	089 AM-C	BE11268		ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	22/02/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	LABO VEN	NI			CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/08/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	LABO VEN	CUT 5062			CENTRO CIRÚRGICO	30/12/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	SORENSER	3340	48836	9241	CENTRO CIRÚRGICO	12/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	ASPIRATEX	GIM - 6005 - C	104333025	16554	CENTRO CIRÚRGICO	30/12/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	SISMATEC	ASP-1	8953803		CENTRO CIRÚRGICO	17/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	P.I. ELETRÔNICA	NI		1345	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	ASPIRATEX	GIM - 6005 - C		16553	CENTRO CIRÚRGICO	30/12/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	SISMATEC	ASPIRATEC I	104333023	1341	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	EMS	SWISS LITHO PUMP			DIVERSOS	12/08/2
ASPIRADOR CIRÚRGICO	SISMATEC	ASPIRATEC I	8953903	9513	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
ASPIRADOR DE SECREÇÃO	OLIDEF	A-45 PLUS	A4503D320		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	
ASPIRADOR DE VAPORES / FUMAÇA	WEM	SE-120		11571	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	20/08/2
ASPIRADOR DE VAPORES / FUMAÇA	WEM	SE-120		2802	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	14/11/2
AUDIÔMETRO	AMPLAID	NI		9600	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	25/05/2
AUDIÔMETRO	AMPLAID	A1177	MIA17P0827008	14703	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	14/11/2
AUDIÔMETRO	AMPLAID	MK22	21000522	9578	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	14/11/2
AUTO-REFRATOR	HUVITZ	HRK7000	7HK00015B0121	22764	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	26/10/2
AUTO-REFRATOR	HUVITZ	HRK 7000	7HK00015B0125	22765	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	30/10/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	SCICAN	STATIM 5000	1,33E+11	11799	CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO	13/02/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	ESCHMANN	SES2000	SCA6L1904	9511	CENTRO CIRÚRGICO	16/06/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	SCICAN	STATIM 5000	1,33E+11	14631	CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO	19/01/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	SERCON	HS			CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	02/07/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	SERCON	HS	70876	10393	CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	02/07/2
AUTOCLAVE HOSPITALAR	SCICAN	STATIM 5000/01-2111 02	1,33E+11	11798	CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO	13/02/2
AUTOCLAVE VERTICAL	PHOENIX	AV 75	15794	11612	LABORATÓRIO - SALA DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO	21/10/2
AUTOCLAVE VERTICAL	SERCON	HS	70867	10391	CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	03/07/2
BALANÇA ANALÍTICA	BEL	NI	690713		ANATOMIA PATOLÓGICA	19/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	83165		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	29/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	110	60926	7062	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 3 - NEUROCIRURGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	110	60928	7911	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	NI	4648	6597	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	09/03/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	NI	55306		ENDOSCOPIA	14/12/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	NI	NT1697	10910	AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	28/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	3134	41724	41724	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	23504		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	29/01/2

BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	41552	2987	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	01/03/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	63139	10909	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	02/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31		7931	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	90096104	10906	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	21/11/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	4546	9060	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	83208	10907	HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	29/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60933	4820	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	14/06/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60931	3658	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	04/06/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60929	7863	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	09/06/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	55436	9056	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R110	1360		AMBULATÓRIO	27/07/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	83166	10911	INTERFACE	28/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	69374	10358	RADIOLOGIA	26/03/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	82979	4491	AMBULATÓRIO	01/12/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	FILIZOLA	31	8315384	9045	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	110065	16446	AMBULATÓRIO (ONCOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	50932	9075	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	08/06/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60905	7921	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60912	9138	AMBULATÓRIO (ONCOLOGIA)	10/04/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60921	7949	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - CIRURGIA GERAL)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60922	8965	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - REUMATOLOGIA)	28/07/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60927	9030	AMBULATÓRIO (PNEUMOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	R-110	60930	1744	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	03/06/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ANALÓGICA	WELMY	110	60925	7087	AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	01/01/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL	MARTE	LC 200	314200	15387	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/09/2
BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL	WELMY	W200	1843	6769	AMBULATÓRIO (PÓLO PÉ DIABÉTICO)	10/03/2
BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO	MARTE	NI	291600	10104	CENTRO CIRÚRGICO	14/05/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FANEM	PN91TS	DO 8387	4127	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	06/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	BALMAK	ELP 25BB	0429/2010	15503	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	29/04/2

BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	WELMY	R109	25053	7861	AMBULATÓRIO	08/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FILIZOLA	30	89466	9549	CTI ADULTO	09/07/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FILIZOLA	NEONATAL	89461	4535	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	07/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	WELMY	R109	25040	7932	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	09/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FILIZOLA	30	89462	8191	ANATOMIA PATOLÓGICA	01/12/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FILIZOLA	BABY	140196		ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	11/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	BALMAK	MOBILE BABY ELP-25BB	426	15501	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	16/11/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	BALMAK	ELP 25BB	0423/2010	15502	HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	26/04/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	WELMY	R109	25058	7922	AMBULATÓRIO	08/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	WELMY	R109	25066	7860	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	08/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	WELMY	R109	25052	7899	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	08/06/2
BALANÇA PEDIÁTRICA E NEONATAL	FILIZOLA	ID 1500	225561991	4344	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	06/11/2
BALANÇA TIPO PLATAFORMA	TOLEDO	2003/26.1280	10289938	653	HEMODIALISE	21/06/2
BALANÇA TIPO PLATAFORMA	FILIZOLA	425767	248862	1209	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
BANHO-MARIA	FANEM	100	DO 4146	4596	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/06/2
BANHO-MARIA	FANEM	102-N-2	150711		LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	17/06/2
BANHO-MARIA	LABTEC	BM 060	946		LABORATÓRIO - SALA DE IMUNOLOGIA	15/05/2
BANHO-MARIA	BIOMATIC	NI		4842	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	27/09/2
BANHO-MARIA	LABTEC	BM 060	950		CENTRO CIRÚRGICO	31/01/2
BANHO-MARIA	LIPSHAW	NI	395		ANATOMIA PATOLÓGICA	24/06/2
BANHO-MARIA	OMA	NI	3160407	10109	ANATOMIA PATOLÓGICA	14/05/2
BIPAP/CPAP	RESMED	SULLIVAN	20040166884	11523	CTI ADULTO	01/12/2
BIPAP/CPAP	PHILIPS	NÃO IDENTIFICADO	P194645593FD3	22233	FISIOTERAPIA	09/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501	1915	10050	CENTRO CIRÚRGICO	06/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	OLYMPUS	NI	7359925	20689	CENTRO CIRÚRGICO	01/03/2
BISTURI ELETRÔNICO	MEDCIR	POWER CUT 400	16020174	21704	CENTRO CIRÚRGICO	
BISTURI ELETRÔNICO	MEDCIR	POWER CUT 400	16020173	21703	CENTRO CIRÚRGICO	
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	B-3600SM	AE1209003		CENTRO CIRÚRGICO	15/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	B-3600SM	AE 1210001		CENTRO CIRÚRGICO	15/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	B-3600SM	AE 1209002		CENTRO CIRÚRGICO	15/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	KLS MARTIN	ME 402 MAXIUM	ME 402L050281970	11597	CENTRO CIRÚRGICO	01/11/2
BISTURI ELETRÔNICO	MEDCIR	POWER CUT 400	16020175	21705	CENTRO CIRÚRGICO	
BISTURI ELETRÔNICO	SIEMENS	RADIOTON 619 B	05106/3365	9233	CENTRO CIRÚRGICO	26/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	SIEMENS	RADIOTON 619 B	05106/1363	9303	CENTRO CIRÚRGICO	10/07/2
BISTURI ELETRÔNICO	STORZ	440E	846795	6926	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
BISTURI ELETRÔNICO	STORZ	S2080	604	1051	CENTRO CIRÚRGICO	14/06/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501S	1913	10051	CENTRO CIRÚRGICO	06/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501	2796	11093	ENDOSCOPIA	09/04/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-601MCA	121	1326	CENTRO CIRÚRGICO	13/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501S		9934	CENTRO CIRÚRGICO	11/08/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-601MCA	118	1300	CENTRO CIRÚRGICO	13/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-601MCA	117	1219	CENTRO CIRÚRGICO	12/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	EMAI	ELETROCIRURGIA	1746	9529	CENTRO CIRÚRGICO	17/04/2
BISTURI ELETRÔNICO	EMAI	NI	1745	9215	CENTRO CIRÚRGICO	06/08/2
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	B-3600SM	AE1309002	20224	CENTRO CIRÚRGICO	15/02/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-601MCA	1651	21711	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-601MCA	1653	21710	ENDOSCOPIA	25/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	2500	350	9648	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
BISTURI ELETRÔNICO	MEDCIR	POWER CUT 400	16020168	21702	CENTRO CIRÚRGICO	
BISTURI ELETRÔNICO	MEDCIR	POWER CUT 400	16020176	21706	CENTRO CIRÚRGICO	
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501S	1912	10049	CENTRO CIRÚRGICO	14/06/2
BISTURI ELETRÔNICO	KARL STORZ	26020XA		6952	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	B 1001	4017	2748	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	01/06/2
BISTURI ELETRÔNICO	ELECTROM	T700-D	9608	9608	CENTRO CIRÚRGICO	03/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	EMAI	BP- 400 PLUS	97059	8366	CENTRO CIRÚRGICO	28/03/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-100MC	64	2801	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	15/11/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	HF-120	44	2156	CENTRO CIRÚRGICO	11/08/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	SS-501	518		CENTRO CIRÚRGICO	26/05/2
BISTURI ELETRÔNICO	WEM	HF-120	136		CENTRO CIRÚRGICO	07/08/2



BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000553		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300192		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	09/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300032	18969	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	11/02/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300172	18931	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/04/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000743	21052	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000783	18971	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000803	21046	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000843	21043	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300312		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300342		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000593	21053	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	NFS0300132		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/06/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT			CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	28/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000633	21039	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	30/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000773	21037	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/10/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT		18944	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000533	21044	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300482		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	05/08/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300212	18937	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS 1000763	21042	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000793		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300262		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	28/05/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300282	18939	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300302	18938	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT			CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000573	21036	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300012		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000733	21038	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	NI	LFS0300042	18964	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS10000553	21040	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300162		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	09/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300852	18970	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000823	21045	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300022	21049	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000603	21035	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300092	18967	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	25/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300122		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300082		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300102		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000883		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300232		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	



BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300272		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	20/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300182		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	27/05/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300422		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	25/06/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300382		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	NI	LFS0300152	18951	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300202		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	28/04/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300392		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000653	21051	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	24/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300362		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/06/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300372		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LF S 0300232	18952	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS 0300402	18932	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300242		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300222	18946	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000673	21050	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF 2001	LFA110302		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000813	21047	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/02/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS1000833	21048	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS 1000683	21034	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	02/07/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300132		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS 0300472		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	25/06/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS300302		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS 030082	18966	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300062	18968	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300072		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300452	18958	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300292		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	13/09/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300142		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/12/2
BOMBA DE INFUSÃO DE SERINGA	LIFEMED	LF INJECT	LFS0300112	18961	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	05/08/2
BOMBA INJETORA DE CONTRASTE	MED RAD	STELLANT	29141	11525	TOMOGRAFIA	02/07/2
BOMBA INJETORA DE CONTRASTE	LIEBEL FLARSHEN	ANGIOMAT ILLUMENA	8014482	5420	CENTRO CIRÚRGICO	05/07/2
BOMBA PARA HIPER-HIPOTERMIA	GAYMAR	TP 500	G70G57	10519	CENTRO CIRÚRGICO	26/09/2
BOMBA PARA HIPER-HIPOTERMIA	GAYMAR	T PUMP	J49341	9612	CENTRO CIRÚRGICO	07/04/2
BRONCOFIBROSCÓPIO	FUJINON	BRO YL2	4141129	4042	ENDOSCOPIA	26/09/2
CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA	LABO VEN	NI	102214		UNIDADE TRANSFUSIONAL	27/03/2
CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA	TROX TECHNIK	TROX B2	1587	4554	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/06/2
CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA	TROX TECHNIK	TLF-CLII-B2	183958	12292	QUIMIOTERAPIA	03/04/2
CADEIRA FLEXO EXTENSORA	LABO VEN	NI		14643	CENTRO CIRÚRGICO	06/07/2
CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENONIO	NI	82016	21751	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	12/04/2
CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENONIO	EL.04/A	552011	18056	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	16/12/2
CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENONIO	NI	62016	21753	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	12/04/2
CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENONIO	NI	72016	21752	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	12/04/2

CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENONIO	EL.04/A	542011	18057	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	19/07/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	START MEDICAL	REVOLUTION LX 21	15122CDLX21	21173	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	START MEDICAL	REVOLUTION LX 21	15119CDLX21	21172	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	EXPOMEDICA	NI		8708	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	14/06/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	GIGANTE	9000	15120	21747	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	01/12/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	START MEDICAL	REVOLUTION LX 21	15121CDLX21		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	START MEDICAL	REVOLUTION LX 21	15120CDLX21		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
CADEIRA OTORRINOLÓGICA	START MEDICAL	REVOLUTION LX 21	15118CDLX21		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C		19421	CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C	R35196		CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C	R35203	19422	CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C	35199	19420	CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C			CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C			CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	ASTEN	CD - 30850	2519158	13776	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	26/05/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C	R35202		CTI ADULTO	16/02/2
CAMA ELETRÔNICA FAWLER	STRYKER	FL28C			CTI ADULTO	16/02/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	STRYKER	FL28C	R35197		CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	STRYKER	FL28C	R35200	19418	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102224		HEMODIALISE	01/10/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	STRYKER	FL28C	R35201	19419	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	STRYKER	FL28C		19423	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102226	20858	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	ASTEN	NI			HEMODIALISE	29/08/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102162	102162	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LABO VEN	NI	3,57E+13	20263	UNIDADE CORONARIANA	19/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001		20853	HEMODIALISE	
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	MHL	D238B4N		10374	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	04/04/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102221		UNIDADE CORONARIANA	05/05/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LABO VEN	NI	3,57E+14		FARMÁCIA	29/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102154	20852	UNIDADE CORONARIANA	05/05/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102219		CTI ADULTO	01/12/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102223	20853	HEMODIALISE	
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102228	21032	HEMODIALISE	01/10/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102220	20854	UNIDADE CORONARIANA	07/05/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102159		HEMODIALISE	05/07/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102163		UNIDADE CORONARIANA	09/12/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102164	20856	HEMODIALISE	01/10/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LABO VEN	NI	3,57E+13	20264	UNIDADE CORONARIANA	19/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102227	20857	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LABO VEN	NI	20267	20267	CTI ADULTO	01/01/2

CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	MHL	D238B4N		7643	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	16/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	HOSPIMETAL	HM2004E	3,57E+14	20268	CTI ADULTO	26/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	HOSPIMETAL	HM2004E	3,57E+14	20265	CTI ADULTO	26/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102161		UNIDADE CORONARIANA	03/07/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	NI	102160	20850	CTI ADULTO	01/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102230	20849	UNIDADE CORONARIANA	28/12/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	NI	102229	20851	CTI ADULTO	01/11/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102158	21030	HEMODIALISE	01/10/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102222	21031	HEMODIALISE	01/03/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102156		UNIDADE CORONARIANA	01/12/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	STRYKER	FL28C	R35198	19417	CTI ADULTO	01/01/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102155	20855	HEMODIALISE	01/10/2
CAMA HOSPITALAR ELÉTRICA	LANCO	CH-4001	102157		HEMODIALISE	01/10/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RVV 440D	40207	20521	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/01/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RVV 440D	40208	20519	FARMÁCIA	30/01/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	BSG-04 GR	27457	4558	LABORATÓRIO - SALA DE BACTERIOLOGIA	16/03/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	FANEM	347-CS	JR3274	4557	LABORATÓRIO - SALA DE REFRIGERAÇÃO	30/06/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RVV 440D	40210	20520	FARMÁCIA	28/03/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	BIOTECNO	NI	18913	18913	ALMOXARIFADO	06/08/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RC 330D	50562	22414	UNIDADE TRANSFUSIONAL	16/03/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	LABO VEN	NI			UNIDADE TRANSFUSIONAL	01/01/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RVV 440D	40209	20518	FARMÁCIA	30/01/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RC 504 DVGR	32579	12304	UNIDADE TRANSFUSIONAL	27/03/2
CÂMARA DE CONSERVAÇÃO	INDREL	RC 330D	50561	22413	UNIDADE TRANSFUSIONAL	16/03/2
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA (CAMPO VISUAL)	ZEISS	750I	7501-30371	18789	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	01/12/2
CARDIOVERSOR	TEB	CV-10	2182706	3484	AMBULATÓRIO (QUIMIOTERAPIA)	14/10/2
CARDIOVERSOR	TEB	CV 10	2182606	4794	ENDOSCOPIA	07/06/2
CARDIOVERSOR	PHILIPS	HEARTSTART XL	US00457283	10883	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	10/01/2
CARDIOVERSOR	INSTRAMED	CARDIOMAX	90904CM1479	14264	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	11/03/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC 7200K	25158	1966	CENTRO CIRÚRGICO (ANESTESIOLOGIA)	13/05/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC-7200K	25033	1543	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	04/06/2
CARDIOVERSOR	INSTRAMED	CARDIOMAX	91007CM1532	14265	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	01/12/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC 7200K	25106	7144	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	06/06/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80083	9882	HEMODIALISE	01/04/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC 7200K	25036	5383	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	01/01/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC. 5631	162		CTI ADULTO	25/04/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80084	9881	ENDOSCOPIA	26/04/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC. 5631	163		CTI ADULTO	25/04/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80088	9883	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	01/04/2
CARDIOVERSOR	PHILIPS	HEARTSTART XL	US00457293	10884	PLANTÃO INTERNO	29/01/2
CARDIOVERSOR	CMOS DRAKE	LIFE400PLUS	912043918	18810	SALA DE ECO	01/12/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC. 5631	160		UNIDADE CORONARIANA	25/04/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80070	9886	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC 5531B	889	21708	AMBULATÓRIO (QUIMIOTERAPIA)	14/07/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80077	9884	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	07/05/2
CARDIOVERSOR	ZOLL	M SERIES	TO6E80093	9885	CENTRO CIRÚRGICO (RPA)	01/04/2
CARDIOVERSOR	NIHON KOHDEN	TEC. 5631	161		CENTRO CIRÚRGICO	25/04/2
CARRO DE ANESTESIA	DRAGER MEDICAL	FABIUS GS	ARWN-0004		CENTRO CIRÚRGICO	24/08/2
CAUTERIZADOR	KRYOS	UDC2		1031	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
CENTRÍFUGA	CLAY ADAMS	NI	10083	4109	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUÍMICA	12/06/2
CENTRÍFUGA	SHANDON	CYTOSPIN 3	MA2014A9907	8160	ANATOMIA PATOLÓGICA	01/12/2

CENTRÍFUGA	FANEM	206	YAD27674	11512	ANATOMIA PATOLÓGICA	03/06/2
CENTRÍFUGA	LABO VEN	NI		8161	ANATOMIA PATOLÓGICA	24/06/2
CENTRÍFUGA	NOVATÉCNICA	NÃO IDENTIFICADO	16100678	22234	UNIDADE TRANSFUSIONAL	06/04/2
CENTRÍFUGA DE MICRO-HEMATÓCRITO	SHANDON ELLIOTT	CYTOS PIN		4868	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	10/08/2
CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	FANEM	FA-1000	JAE34413		AMBULATÓRIO	11/04/2
CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	FANEM	EXCELSA II 206-BL	DAE-51793	14637	LABORATÓRIO - SALA DE IMUNOLOGIA	28/09/2
CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	FANEM	206 BL	NAH95512	18247	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	03/08/2
CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	RDE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS	365	238	4865	SALA DE COAGULAÇÃO/ELETROFORESE/MICROSCOPI	29/03/2
CENTRÍFUGA SOROLÓGICA	RDE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS	36	124	4844	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	04/10/2
COLPOSCÓPIO	DFV	CP-M1255	1715	20641	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	12/03/2
COLPOSCÓPIO	DFV	CP-M1255	5467	11572	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	22/06/2
COLUNA PANTOGRÁFICA OFTALMOLÓGICA	LABO VEN	START II	10879	8409	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	19/06/2
COLUNA PANTOGRÁFICA OFTALMOLÓGICA	LABO VEN	START II	10880	8677	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	19/06/2
COMPRESSOR DE AR	EMS	WISS LITTHO CART	HD00163		CENTRO CIRÚRGICO	05/12/2
CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS	KACIL	CCS-01	0176-00	11528	LABORATÓRIO - SALA DE REFRIGERAÇÃO - ELETROFORES	01/01/2
CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS	LABO VEN	NI		4848	LABORATÓRIO - SALA DE REFRIGERAÇÃO - ELETROFORES	01/12/2
CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS	KACIL	CCS02	17300	11529	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	
CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS	DIGITIMER	NI		16766	HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	03/02/2
CONTADOR DE CÉLULAS SANGUÍNEAS	LABO VEN	NI	1357	4102	5º ANDAR (HEMATOLOGIA)	01/03/2
CORADOR DE LÂMINAS CRIOSTATO	LEICA	ST4040		8175	ANATOMIA PATOLÓGICA	
CRIOSTATO	ALIMED TEC	CT 908	1000-319	13437	CENTRO CIRÚRGICO	24/02/2
CRIOSTATO	LEICA	CM1860 UV	3698	22691	CENTRO CIRÚRGICO (ANATOMIA PATOLÓGICA)	13/07/2
DEIONIZADOR	3I IMPLANT	NI		15632	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	01/04/2
DERMATOMO	HUMECA	D-80	805598	22778	CENTRO CIRÚRGICO	18/10/2
DESTILADOR DE ÁGUA	MARTE	NÃO IDENTIFICADO		10105	ANATOMIA PATOLÓGICA	
DESUMIDIFICADOR	DESIDRAT	D1		12430	HEMODINÂMICA	20/05/2
DIGITALIZADOR DE IMAGENS (CR)	AGFA	CR30-XM	3976		RADIOLOGIA	10/05/2
DIGITALIZADOR DE IMAGENS (CR)	AGFA	CR30-XM	3817	21938	RADIOLOGIA	23/03/2
DISPENSADOR DE PARAFINA	LEICA	EG-1120	1413/01.2011	17701	ANATOMIA PATOLÓGICA	18/10/2
DOPPLER VASCULAR	MICROEM	DV10	511604190		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
ECOBÍOMETRO	TOMEY	AL-100	9909	18607	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	23/05/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-3	103131204	16786	INTERFACE	29/01/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG-8110	495	1848	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	30/06/2
ELETROCARDIOGRAFO	ALFAMED	COMPASSUS 3000	CO30000537	22692	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	30/07/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG6511	53174	7176	AMBULATÓRIO (MARCAPASSO)	25/07/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG6511	53160	7242	AMBULATÓRIO (ECOCARDIOGRAMA)	25/05/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG 6511	131190	7145	AMBULATÓRIO (ELETROCARDIOGRAMA)	06/06/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG6511	53158	9797	AMBULATÓRIO (ECOCARDIOGRAMA)	24/05/2
ELETROCARDIOGRAFO	ALFAMED	COMPASSUS 3000	CO30000538	22713	UNIDADE CORONARIANA	23/07/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	152903939		INTERFACE	13/01/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG 6511	53157	1870	AMBULATÓRIO (ELETROCARDIOGRAMA)	24/05/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	142902891	21245	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/01/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	152903870	21244	HEMODIALISE	13/01/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG6511	53163	3505	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	03/06/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG 6511	53170	2989	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	27/08/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP3	80309253	11573	UNIDADE CORONARIANA	28/08/2
ELETROCARDIOGRAFO	NIHON KOHDEN	ECG6511	53131		CTI ADULTO	12/05/2
ELETROCARDIOGRAFO	ALFAMED	COMPASSUS 3000	CO30000536	22712	SALA DE ECO	30/07/2
ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	EP-12	152903395		POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/01/2

ELETROCARDÍOGRAFO	DIXTAL	EP-3	60306569	9940	CTI ADULTO	30/12/2
ELETROENCEFALÓGRAFO	NIHON KOHDEN	EEG-7410K	62	9098	AMBULATÓRIO (ELETROENCEFALOGRAMA)	04/08/2
ELETROENCEFALÓGRAFO	MEDITRON	MEDMAP 520	10380630005	16767	AMBULATÓRIO (ELETROENCEFALOGRAMA)	11/04/2
ENDOSCÓPIO FLEXÍVEL	LUT	NI	404869	17802	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	
EQUIPO ODONTOLÓGICO MÓVEL	KAVO	KLINIC UNIK	2008-003-615	11306	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	16/05/2
EQUIPO ODONTOLÓGICO MÓVEL	KAVO	KLINIC UNIK	2008-003-603	11303	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	16/05/2
EQUIPO ODONTOLÓGICO MÓVEL	KAVO	KLINIC UNIK	2008-003-614	11302	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	16/05/2
ESPIRÔMETRO	NSPIRE	KOKO	1231K3505		BRONCOSCOPIA	19/12/2
ESTAÇÃO DE TRABALHO	DELL	NI	4FTHXP1		RADIOLOGIA	01/12/2
ESTIMULADOR DE NERVO ÓTICO	LABO VEN	CUT 5062		11510	CENTRO CIRÚRGICO	04/02/2
ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO	B.BRAUN	STIMUPLEX-DIG	4006		CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2
ESTIMULADOR DE NERVO PERIFÉRICO	WR MEDICAL ELECTRONICS CO	MODEL 2	S2359		CENTRO CIRÚRGICO	10/08/2
ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA	OLIDEF	NI	ECB393E09	4947	LABORATÓRIO - SALA DE BACTERIOLOGIA	17/06/2
ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA	FANEM	NI		4973	LABORATÓRIO - SALA DE REFRIGERAÇÃO - ELETROFORES	15/09/2
ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA	STERILIFER	1.3 DTMC	172	16795	LABORATÓRIO - SALA DE BACTERIOLOGIA	12/07/2
ESTUFA PARA SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO	3I IMPLANT	NI		7856	LABORATÓRIO - SALA DE LAVAGEM E ESTERILIZAÇÃO	17/06/2
ESTUFA PARA SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO	OLIDEF	NI		8169	ANATOMIA PATOLÓGICA	24/06/2
FACOEMULSIFICADOR	ALCON	UNIVERSAL		1032	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	09/08/2
FACOEMULSIFICADOR	BAUSCH & LOMB	MILLENNIUM	COM 06362		CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	09/01/2
FACOEMULSIFICADOR	BAUSCH & LOMB	MILLENNIUM	COM 07616	14748	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	20/04/2
FACOEMULSIFICADOR	ALCON	UNIVERSAL II	IUN2003172	1042	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	09/08/2
FACOEMULSIFICADOR	BAUSCH & LOMB	NI	406BA	20635	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	
FIBROBRONCOSCÓPIO	OLYMPUS	BF PE2	2002250	14853	BRONCOSCOPIA	28/04/2
FIBROBRONCOSCÓPIO	FUJINON	FG100FP		3897	BRONCOSCOPIA	28/01/2
FIBROBRONCOSCÓPIO	FUJINON	UGI F7		9850	BRONCOSCOPIA	04/07/2
FIBROCOLONOSCÓPIO	FUJIFILM	FC-100LR	8422054	4063	ENDOSCOPIA	04/07/2
FLUXÔMETRO	TAKAOKA	1845			CENTRO CIRÚRGICO	15/05/2
FLUXÔMETRO	NARCOSUL	CUT 5062			CENTRO CIRÚRGICO	06/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	SIEMENS	HANALUX		3137	CENTRO CIRÚRGICO	04/08/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 S/E	20151	9634	CENTRO CIRÚRGICO	16/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 S/E	20148		CENTRO CIRÚRGICO	10/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	BAUMER	F-500-2	92901220	11610	CENTRO CIRÚRGICO	04/10/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	SIEMENS	SELUX	364	9376	CENTRO CIRÚRGICO	19/03/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 ELS	20143	9630	CENTRO CIRÚRGICO	26/02/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 ELS	20147	9631	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	NI	20145	5401	HEMODINÂMICA	28/03/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 S/E	11121146	1098	CENTRO CIRÚRGICO (NEUROLOGIA)	24/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	CUT 5062			CENTRO CIRÚRGICO	09/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	STERIS	LC 500	434710064		CENTRO CIRÚRGICO	09/06/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	STERIS	LC 500	412911012		CENTRO CIRÚRGICO	27/05/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	03+03 ELS	NP		CENTRO CIRÚRGICO	04/02/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	BAUMER	F-500-2	92901219	11611	CENTRO CIRÚRGICO	04/10/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	BAUMER	F4502	1302847		CENTRO CIRÚRGICO	04/10/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	3+3		9639	CENTRO CIRÚRGICO	13/05/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	BAUMER	F-500-2	92901218	11657	CENTRO CIRÚRGICO	04/10/2
FOCO CIRÚRGICO FIXO	KSS	NI	NÃO ESPECIFICADO	5427	HEMODINÂMICA	18/06/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	ARTMED	NI		9523	HEMODINÂMICA	15/03/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	LABO VEN	NI			CENTRO CIRÚRGICO	19/01/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	SIEMENS	SELUX 60 ER	1632	3175	CENTRO CIRÚRGICO	30/05/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	SIEMENS	SELUX 60 ER	1639	1071	CENTRO CIRÚRGICO	26/06/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	SIEMENS	SELUX 60 ER	1633	7874	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	25/05/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	LABO VEN	NI		12141	CTI ADULTO	13/07/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	MAQUET	SICLUX 60 ER	1627	3130	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	SIEMENS	NI	1636	1092	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	12/05/2
FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	SIEMENS	SELUX 60 ER	1638		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	PEDESTAL		7252	AMBULATÓRIO (ECOCARDIOGRAMA)	28/12/2



FOCO CLÍNICO AUXILIAR	NI - NÃO IDENTIFICADO	NI - NÃO IDENTIFICADO		23232	DIVERSOS	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	NI - NÃO IDENTIFICADO	NI - NÃO IDENTIFICADO		23233	DIVERSOS	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	CUT 5062		8500	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	26/04/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	NI		2969	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	20/06/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	NI		2970	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	20/06/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	CUT 5062		9009	AMBULATÓRIO	26/04/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	NI		8841	AMBULATÓRIO	11/09/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	PEDESTAL COM RODAS		9522	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	21/06/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	PEDESTAL			CTI ADULTO	26/04/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	PEDESTAL		22471	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	PEDESTAL		22470	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	CUT 5062		6706	AMBULATÓRIO (PÓLO PÉ DIABÉTICO)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	PEDESTAL		22474	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	PEDESTAL		22473	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	PEDESTAL		22472	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	***	02300-001	22469	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	02/07/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	3I IMPLANT	NI		2188	CTI ADULTO	08/09/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	CUT 5062		5415	CENTRO CIRÚRGICO (ANATOMIA PATOLÓGICA)	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	CUT 5062		9008	AMBULATÓRIO	26/04/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	NI			INTERFACE	28/12/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	PEDESTAL COM RODAS		1752	AMBULATÓRIO (ONCOLOGIA)	24/08/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	NI		1751	SALA DE ECO	03/01/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	NI	NI		23231	CTI ADULTO	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	NI	NI		23230	TOMOGRAFIA	
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	NT	NI		9663	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	01/12/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	NI	12	8856	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	24/03/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	CUT 5062		2189	CTI ADULTO	27/10/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	ARTMED	NI		8994	AMBULATÓRIO	11/09/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	NI			UNIDADE CORONARIANA	28/06/2
FOCO CLÍNICO AUXILIAR	LABO VEN	NI		4503	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	01/12/2
FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	STRYKER	Q-5000	99L021384	1347	CENTRO CIRÚRGICO	08/05/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	486			AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	01/12/2
FONTE DE LUZ	HITEC	CUT 5062	739	1337	CENTRO CIRÚRGICO	05/09/2
FONTE DE LUZ	LABOR MED	NI		6921	ENDOSCOPIA	25/05/2
FONTE DE LUZ	STORZ	486	4372	9609	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	10/04/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	486	3922		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	10/04/2
FONTE DE LUZ	IMED	53491	1088	9808	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
FONTE DE LUZ	FERRARI MEDICAL	NI			ENDOSCOPIA	24/08/2
FONTE DE LUZ	STORZ	486	39120	1354	CENTRO CIRÚRGICO	22/09/2
FONTE DE LUZ	PROMÉDICO	4030X	41-0122	1336	CENTRO CIRÚRGICO	22/09/2
FONTE DE LUZ	PILLING WECK	531317	PD000047	9607	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
FONTE DE LUZ	ENDOLUX	HS15003	6971299	3980	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	27/08/2
FONTE DE LUZ	STORZ	486	3912		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	14/03/2
FONTE DE LUZ	CONFIANCE MEDICAL	XL30	XL30-201211-3	19810	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	16/01/2
FONTE DE LUZ	CONFIANCE MEDICAL	XENON LUX 300	XL30-201110-2		CENTRO CIRÚRGICO	25/11/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	485	7051		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	12/11/2
FONTE DE LUZ	CONFIANCE MEDICAL	XENOLUX 500	XL30-201210-7	19816	CENTRO CIRÚRGICO	19/12/2
FONTE DE LUZ	CONFIANCE MEDICAL	NI	LSE-20112-1		ENDOSCOPIA	16/05/2
FONTE DE LUZ	CONFIANCE MEDICAL	NI	LEDT-20172-14	22419	CENTRO CIRÚRGICO	02/03/2
FONTE DE LUZ	ACMI	XLS 300	07M1887D1345	11555	CENTRO CIRÚRGICO	15/07/2
FONTE DE LUZ	STORZ	485	6735		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	11/11/2

FONTE DE LUZ	LABO VEN	NI		4035	ENDOSCOPIA	08/08/2
FONTE DE LUZ	INNNOVA	FX 300 R	FX01008200041		CENTRO CIRÚRGICO	16/11/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	486	3441	2825	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	
FONTE DE LUZ	LABOR MED	NI	4018	4018	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
FONTE DE LUZ	OLYMPUS	CLV - 180	7804299	14634	ENDOSCOPIA	25/11/2
FONTE DE LUZ	STORZ	NI		8813	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	12/05/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	XENON 300	GI4208	3688	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	27/10/2
FONTE DE LUZ	OSCAR ISKIN	REICHFONT		9333	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
FONTE DE LUZ	PILLING WECK	521317	521317	1207	CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
FONTE DE LUZ	PILLING WECK	521317	PD000005	1246	CENTRO CIRÚRGICO	06/06/2
FONTE DE LUZ	INNNOVA	FX 300 R	EX0100820-0043		CENTRO CIRÚRGICO	01/03/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	20133120	AB0540497	11515	CENTRO CIRÚRGICO	24/06/2
FONTE DE LUZ	STRYKER	M2-150-T	079720-T	1262	CENTRO CIRÚRGICO	11/08/2
FONTE DE LUZ	H STRATTNER	ENDOLUX 150	8802191/1	6911	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	20/12/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	482	1262	9651	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/09/2
FONTE DE LUZ	FERRARI MEDICAL	NI		3851	ENDOSCOPIA	13/05/2
FONTE DE LUZ	STORZ	201340 20	LD0626003	10149	CENTRO CIRÚRGICO	08/05/2
FONTE DE LUZ	H STRATTNER	ENDOLUX 150	8412049/1-HS	9605	CENTRO CIRÚRGICO	06/07/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	485	6374	9537	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	13/05/2
FONTE DE LUZ	KARL STORZ	486	4077	1260	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
FONTE DE LUZ	FRADEL MED	PORTÁTIL	61178		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	12/08/2
FONTE DE LUZ	STORZ	20133120	SV0696497		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
FONTE DE LUZ	STORZ	486	4070	9610	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
FOTÓFORO	BURTON	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	07/05/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI	1536017	21236	CENTRO CIRÚRGICO	28/12/2
FOTÓFORO	HEINE	SL 350	9742	6939	CENTRO CIRÚRGICO	10/08/2
FOTÓFORO	LABO VEN	CUT 5062			AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	14/08/2
FOTÓFORO	LABO VEN	CUT 5062			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	10/03/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI	1536019	21238	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	28/12/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI	510609740	3020	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	07/06/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI		11682	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	01/12/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	06/11/2
FOTÓFORO	MISSOURI	NI		6940	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	01/05/2
FOTÓFORO	MISSOURI	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	24/02/2
FOTÓFORO	MISSOURI	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	02/05/2
FOTÓFORO	PILLING WECK	CUT 5062	1835		CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2
FOTÓFORO	PILLING WECK	NI	30187	1247	CENTRO CIRÚRGICO	28/12/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI	1536018	21237	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	28/12/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI	L02871		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	01/10/2
FOTÓFORO	RIESTER	NI	89	11722	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	14/06/2
FOTÓFORO	RIESTER	NI		11717	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	14/06/2
FOTÓFORO	RIESTER	NI		11718	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	02/03/2
FOTÓFORO	PILLING WECK	NI	1834	9811	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	
FOTÓFORO	WELCH ALLYN	NI		20507	CENTRO CIRÚRGICO	28/12/2
FOTÓFORO	WELCH ALLYN	NI		3024	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	04/12/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	01/01/2
FOTÓFORO	MISSOURI	CUT 5062	NT1560		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	24/06/2
FOTÓFORO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	26/07/2
FOTOPOLIMERIZADOR	MM OPTICS	LEC 470II	14852	11002	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	10/11/2

FRACIONADORA AUTOMÁTICA	OPUS	OPUS 30	24397	22780	FARMÁCIA	24/10/2
FREEZER ESPECIAL	3I IMPLANT	PRATICE 280		5003	LABORATÓRIO - SALA DE REFRIGERAÇÃO	29/04/2
FREEZER HORIZONTAL	INDREL	CPH35	26464	4559	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/06/2
FREEZER VERTICAL	INDREL	CLC300DAF	50626	22458	UNIDADE TRANSFUSIONAL	24/04/2
FURADEIRA ELÉTRICA	LINVATEC	PRO 6150 POWER PRO	123		CENTRO CIRÚRGICO	17/03/2
FURADEIRA ELÉTRICA	AESCLAP	GB210	5199		CENTRO CIRÚRGICO	20/01/2
GARROTE PNEUMÁTICO	STILLE WERNER	203-20197	850803		CENTRO CIRÚRGICO	27/07/2
GARROTE PNEUMÁTICO	GERAR	2010I	2014072407		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
GARROTE PNEUMÁTICO	SCANDMED	3 IN1	52359	9637	CENTRO CIRÚRGICO	17/05/2
GERADOR DE OZÔNIO	OZÔNIO	ECOZON	258		HEMODIALISE	27/07/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SAMSUNG	DVD-R130	6XVLB04960M	10150	CENTRO CIRÚRGICO	08/05/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SONY	SVO 9500MD			CENTRO CIRÚRGICO	07/06/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SONY	SLV40BR	5247864		ENDOSCOPIA	24/05/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SONY	SVO 9500MD	46018	1405	CENTRO CIRÚRGICO	14/06/2
GRAVADOR DE VÍDEO	PANASONIC	NV-SD 445BR	39102812		CENTRO CIRÚRGICO	09/08/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SAMSUNG	DVD-R150	B0776XBQ200720M	11517	CENTRO CIRÚRGICO	24/06/2
GRAVADOR DE VÍDEO	STRYKER	SDC ULTRA	10K025834	22748	CENTRO CIRÚRGICO	01/10/2
GRAVADOR DE VÍDEO	CONFIANCE MEDICAL	NI	REC3201723	22417	CENTRO CIRÚRGICO	02/03/2
GRAVADOR DE VÍDEO	SONY	SVO-1330/ME	1671780	3689	CENTRO CIRÚRGICO	19/06/2
HOLTER	CARDIOS	CARDIOLIGHT	7023536		AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	01/12/2
HOLTER	CARDIOLIGHT	NI	70235386	15678	AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	01/12/2
HOMOGENEIZADOR DE SANGUE	MALLINCKRODT	ROTATOR (757)	63147	4859	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	06/06/2
IMPEDANCIÔMETRO	INTERACOUSTICS	AT 235	747351		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	04/08/2
IMPRESSORA DE IMAGEM	AGFA	DRYSTAR ARYS	11025		RADIOLOGIA	10/05/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	SONY	UP895MD		5259	ULTRASSONOGRAFIA	26/07/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	SONY	UP51MD		5260	ULTRASSONOGRAFIA	26/07/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	AGFA	DRYSTAR AXYS	10978	21942	RADIOLOGIA	23/03/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	SONY	NI	87132		AMBULATÓRIO (ECOCARDIOGRAMA)	30/01/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	AGFA	DRYSTAR 5300	5852	11530	TOMOGRAFIA	02/07/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	SONY	UP895MD	29090	5434	HEMODINÂMICA	18/06/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	AGFA	DRYSTAR 5302	17067		RADIOLOGIA	17/07/2
IMPRESSORA PARA FILMES RADIOLÓGICOS (DRY)	FUJIFILM	FM-DPL	1696353	5437	HEMODINÂMICA	18/06/2
INCLUSOR DE PARAFINA	LUPETEC	NI	110819035		ANATOMIA PATOLÓGICA	14/12/2
INCLUSOR DE PARAFINA	LUPETEC	NI		17781	ANATOMIA PATOLÓGICA	11/11/2
INCUBADORA DE PLAQUETAS	HELMER	PC 900	338992N	4564	UNIDADE TRANSFUSIONAL	01/03/2
INSUFLADOR	CONFIANCE MEDICAL	CM-40L	CM40T201396	20467	CENTRO CIRÚRGICO	18/12/2
INSUFLADOR	CONFIANCE MEDICAL	CM-40L	CM40201197		CENTRO CIRÚRGICO	25/11/2
INSUFLADOR	CONFIANCE MEDICAL	CM-40L	CM40T201813	22418	CENTRO CIRÚRGICO	02/03/2
INSUFLADOR	RICHARD WOLF	7050E	97014		CENTRO CIRÚRGICO	10/05/2
INSUFLADOR	KARL STORZ	20321020	EJ3671	3691	CENTRO CIRÚRGICO	24/06/2
INSUFLADOR	WIEST	BASIC 3005	3005GD20395000083	9388	CENTRO CIRÚRGICO	17/05/2
INSUFLADOR	KARL STORZ	26430520	CB162726	11514	CENTRO CIRÚRGICO	24/06/2
INSUFLADOR	KARL STORZ	THERMOFLATOR 264320 20	ED05889B	10146	CENTRO CIRÚRGICO	08/05/2
INSUFLADOR	KARL STORZ	26430520	HI6173		CENTRO CIRÚRGICO	09/05/2
INSUFLADOR	CONFIANCE MEDICAL	CM-40L	CM402012107		CENTRO CIRÚRGICO	19/12/2
INSUFLADOR	STRYKER	40L HIGHFLOW	0611CE414	22740	CENTRO CIRÚRGICO	24/08/2
INSUFLADOR	CONFIANCE MEDICAL	CM-40L	CM40T201394	20466	CENTRO CIRÚRGICO	01/03/2
LÂMPADA DE FENDA	APRAMED	HS 02	8906501	21055	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	02/01/2



LÂMPADA DE FENDA	SUZHOU MEDICAL	NI	2220277	10662	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	22/01/2
LÂMPADA DE FENDA	ALCON	SL 1000	6090471		OFTALMOLOGIA	25/05/2
LÂMPADA DE FENDA	ALCON	3000LE	1456	10664	OFTALMOLOGIA	15/07/2
LÂMPADA DE FENDA	TOPCON	NI	1805058-0		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	04/08/2
LÂMPADA DE FENDA	APRAMED	HS 02	8906499	21056	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	04/08/2
LÂMPADA DE FENDA	CARL ZEISS	SL120	763404	10665	CENTRO CIRÚRGICO	25/10/2
LÂMPADA DE FENDA	APLAMED	AES GENTARAL		15332	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	12/04/2
LÂMPADA DE FENDA	APRAMED	HS 02		21054	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	01/01/2
LÂMPADA DE FENDA	APLAMED	AES GENTARAL	8882993	15331	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	13/04/2
LÂMPADA DE FENDA	HAAG-STREIT	900	2647	8662	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	08/06/2
LÂMPADA DE FENDA	OPTO	SLM 500H	51117	15328	OFTALMOLOGIA	24/05/2
LÂMPADA DE FENDA	TOPCON	SL-D4	406027	19634	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	07/11/2
LÂMPADA DE FENDA	TOPCON	SL8Z	1805058	2686	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	01/12/2
LÂMPADA DE FENDA	HUVITZ	HS5000	5HS0X214H0019	22763	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	26/10/2
LASER PORTÁTIL	MM OPTICS	LASER DUO	3371	21096	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	
LAVADORA TERMODESINFECTADORA	SERCON	TDS	46140611	20688	SALA DE DESINFECÇÃO	07/05/2
LAVADORA TERMODESINFECTADORA	SERCON	TDS	70870		SALA DE DESINFECÇÃO	29/10/2
LAVADORA ULTRASSÔNICA	LABO VEN	NI	120915941	22211	SALA DE DESINFECÇÃO	05/12/2
LAVADORA ULTRASSÔNICA	SERCON	LU	70873		SALA DE DESINFECÇÃO	03/07/2
LENSÔMETRO	LABO VEN	CUT 5062	3002070C	20636	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	01/04/2
LENSÔMETRO	TAKAGI	LM10		1380	OFTALMOLOGIA	29/11/2
LENSÔMETRO	LABO VEN	NI	104440	15478	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	10/10/2
LENSÔMETRO	LABO VEN	NI		8407	OFTALMOLOGIA	08/06/2
LITOTRIPTOR	EMS	LITHO II			CENTRO CIRÚRGICO	27/06/2
LITOTRIPTOR	EMS	F 128	BC 00983		CENTRO CIRÚRGICO	17/03/2
LITOTRIPTOR	EMS	SWISS LITHOCLAST MASTER	BC02054		CENTRO CIRÚRGICO	
LITOTRIPTOR	EMS	SWISS LITHOCLAST MASTER	BC00983	11724	CENTRO CIRÚRGICO	04/12/2
MAMÓGRAFO	SIEMENS	MAMMOMAT 3000 NOVA	12058	11725	RADIOLOGIA	16/11/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	MECÂNICA	1958	8789	CENTRO CIRÚRGICO	14/08/2
MESA CIRÚRGICA	EMO	STAR	5903	1050	CENTRO CIRÚRGICO	06/06/2
MESA CIRÚRGICA	MERCEDES IMEC	MI-3001E		1322	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	
MESA CIRÚRGICA	KSS	MESA PARA PARTO	32011		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	03/01/2
MESA CIRÚRGICA	MAQUET	NI			CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	12/05/2
MESA CIRÚRGICA	ORTOSÍNTESE	MC457			CENTRO CIRÚRGICO	09/05/2
MESA CIRÚRGICA	STERIS	ASC 2000	092800306V3-02	14642	CENTRO CIRÚRGICO	19/06/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB.	DL52			CENTRO CIRÚRGICO	14/03/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	MECÂNICA	1960	8806	CENTRO CIRÚRGICO	21/08/2
MESA CIRÚRGICA	STERIS	ASC 2000	2,10E+12	15674	CENTRO CIRÚRGICO	04/07/2
MESA CIRÚRGICA	STERIS	ASC 2000	2,10E+12	15675	CENTRO CIRÚRGICO	05/11/2
MESA CIRÚRGICA	STERIS	ASC 2000	092800304V3-02	14630	CENTRO CIRÚRGICO	18/06/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	BF 683	111821217	22231	CENTRO CIRÚRGICO	09/01/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	BF 683	80770214		CENTRO CIRÚRGICO	13/07/2
MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	BF 683	111831217	22232	CENTRO CIRÚRGICO	09/01/2
MESA GINECOLÓGICA	MEDPEJ	MG-5000 ST	1713	11552	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	15/07/2
MESA GINECOLÓGICA	WEM	UNIQ-G	569	19818	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	01/12/2
MESA GINECOLÓGICA	JV START	GA-1000	10874	8849	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	15/07/2
MESA GINECOLÓGICA	JV START	GA-1000	10876	8819	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	15/11/2
MESA GINECOLÓGICA	OLSEN	PERFORMANCE	300507	19616	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	26/10/2
MESA GINECOLÓGICA	JV START	GA-1000	10875	8834	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	16/10/2

MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	LEICA	DM500	MN002902012	20994	5º ANDAR (HEMATOLOGIA)	
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	CARL ZEISS	JENA	665905	4958	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	17/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	LEITZ	ORTHOPLAN	871024	8202	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ALPHA PHOTO YSII	1112723	6956	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	17/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	DFV	CUT 5062		1335	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	112269	18787	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	12/05/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	LEITZ	SM LUX	20441012	2006	CENTRO CIRÚRGICO (ANATOMIA PATOLÓGICA)	23/05/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	COLEMAN	XSZ - 232	1045	4998	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	106442	16741	HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	06/01/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	LEICA	DM500	MN002902012.		5º ANDAR (HEMATOLOGIA)	08/03/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	CARL ZEISS	ERGAVAL	1069	4847	LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	17/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	OLYMPUS	BH	254858	4870	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	30/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	206046	20258	ANATOMIA PATOLÓGICA	27/09/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE E200	112227	18788	LABORATÓRIO MICROBIOLOGIA	12/05/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	TAIMIN	XS 402	991030	4851	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	29/07/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	CARL ZEISS	JENA	005MIC624	4099	5º ANDAR (HEMATOLOGIA)	16/11/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	CARL ZEISS	CUT 5062		1362	LABORATÓRIO - SALA DE PARASITOLOGIA	07/05/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	ZEISS	PRIMO STAR	3120001195	11521	ANATOMIA PATOLÓGICA	21/03/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	ZEISS	PRIMO STAR	3119003721	20226	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	07/02/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	OLYMPUS	CH 30RF-100	8E07701	6659	ANATOMIA PATOLÓGICA	28/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	108625	17528	ANATOMIA PATOLÓGICA	27/09/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	854469	10394	ANATOMIA PATOLÓGICA	20/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	NIKON	ECLIPSE - E200	206127	20259	ANATOMIA PATOLÓGICA	27/09/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR CABEÇA ÚNICA	LEICA	DMLS	L15776	6656	ANATOMIA PATOLÓGICA	28/06/2
MICROSCÓPIO BIOLÓGICO TRINOCULAR	LEITZ	ORTHOLUX II	856156	8163	SALA DE COAGULAÇÃO/ELETROFORESE/MICROSCOPI	01/04/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	ZEISS	CUT 5062	6636160395	20514	CENTRO CIRÚRGICO	17/12/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	CARL ZEISS	OPMI LUMERA I	6633122125	17531	CENTRO CIRÚRGICO	23/08/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	DFV	M1000	6712	14644	CENTRO CIRÚRGICO	09/03/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	DFV	NI	779		CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2

MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	CARL ZEISS	OP-MI6		3164	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	DFV	MCM32	2259	1059	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	LEICA	M 501	80906006		CENTRO CIRÚRGICO	27/03/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	CARL ZEISS	S8	320937	1271	CENTRO CIRÚRGICO	26/05/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	DFV	CUT 5062	5208		CENTRO CIRÚRGICO	11/05/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	DFV	NI	814	20687	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	05/01/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	CARL ZEISS	S5	310178	1052	CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	14/05/2
MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	CARL ZEISS	S21	3000441	1245	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
MICRÓTOMO ROTATIVO DE PARAFINA	LEICA	RM2245	2894/07-2012	19446	ANATOMIA PATOLÓGICA	29/08/2
MICRÓTOMO ROTATIVO DE PARAFINA	LEICA	RM 2125RT	45731982	11551	ANATOMIA PATOLÓGICA	24/06/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT26718		CTI ADULTO	08/07/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT17526		CENTRO CIRÚRGICO	01/01/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT17522		CENTRO CIRÚRGICO (ANESTESIOLOGIA)	08/01/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT17503		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	17/10/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT17491		CENTRO CIRÚRGICO	01/01/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS	VT16566		CENTRO CIRÚRGICO	08/06/2
MÓDULO DE MONITORIZAÇÃO DE CONSCIÊNCIA (BIS)	VISTA	BIS			CENTRO CIRÚRGICO	01/01/2
MONITOR CARDÍACO	DIXTAL	DX 2021	51500354	9863	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	01/07/2
MONITOR CARDÍACO	DIXTAL	DX 2021	51500355	9865	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	12/12/2
MONITOR DE GASES ANESTÉSICOS	CRITICARE	602-38	195253166	1958	CENTRO CIRÚRGICO	17/06/2
MONITOR DE OXYNITROSO	MORIYA	NOX 500	4290008		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	07/02/2
MONITOR DE PRESSÃO INTRACRANIANA	CAMINO	V420	3089	2190	CENTRO CIRÚRGICO	26/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000674	22181	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7115J	000386D		HEMODIALISE	15/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 1101J	23		HEMODIALISE	04/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7105J	25	9890	CENTRO CIRÚRGICO	12/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7105J	20	1329	CENTRO CIRÚRGICO	12/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	LIFE SCOPE 12	00056-7A	2329	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	12/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	LIFE SCOPE 8	000 25 6C		CENTRO CIRÚRGICO	14/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	INTELLIVUE MP 20	DE72850188	15635	CENTRO CIRÚRGICO	26/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DATEX	CARDIO CAP	323192	1390	CENTRO CIRÚRGICO	03/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301310	10060	CTI ADULTO	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	INTELLIVUE MP 20	DE72850189	15633	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7105J	27	4137	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	31/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-8302	415		POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	12/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM7105	50	1389	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	07/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301299	9944	UNIDADE CORONARIANA	15/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301468	11661	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	20/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303983	16748	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/04/2

MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81304020	16749	CENTRO CIRÚRGICO (RPA)	18/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	91804043	12324	CTI ADULTO	24/09/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5396231460	9309	CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5396296256	9318	CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	81804105	12328	PLANTÃO INTERNO	09/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	131816932	20529	UNIDADE CORONARIANA	07/02/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301269	10675	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302508	11663	UNIDADE CORONARIANA	20/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	GE	SOLAR 8000I / USE 1503 A	SE408070489GA	11562	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	20/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000788	22179	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	LIFE SCOPE 8	BSM-7116J	1545	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	04/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	91804067	12323	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	09/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	M3046A	DE00858023	11526	RADIOLOGIA	02/07/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	MV802RJ	577A	1550	BRONCOSCOPIA	03/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	INTELLIVUE MP 20	DE72850187	15634	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000673	22186	UNIDADE CORONARIANA	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000675	22182	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000676	22183	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000789	22187	UNIDADE CORONARIANA	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000792	22185	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000793	22184	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7115J	56	1955	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	25/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81304015	16747	CENTRO CIRÚRGICO (RPA)	18/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115		1053	HEMODIALISE	26/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	61301961	11660	UNIDADE CORONARIANA	20/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81304005	16746	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5398142160	10089	ENDOSCOPIA	11/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5398068160	10091	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5396573759	9314	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5398044061	10087	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	61301960	10672	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	INTELLIVUE MP 20	DE72850190	15637	CENTRO CIRÚRGICO	07/09/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	PHILIPS	INTELLIVUE MP 20	DE72850191	15636	CENTRO CIRÚRGICO	26/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312728	21733	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115	21	1960	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115	24	1923	CENTRO CIRÚRGICO	25/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 1101J	57	1999	HEMODIALISE	17/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 1101J	59	1179	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	04/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7115J	55 6D	2155	CENTRO CIRÚRGICO (RPA)	01/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM 7115J	206C	2179	HEMODIALISE	14/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115	22	1917	HEMODIALISE	26/05/2

MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301304	9936	CTI ADULTO	03/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115	19		INTERFACE	26/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2021	51500356	9854	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	27/02/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303569	11214	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312647		POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302516	11655	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	07/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312646		INTERFACE	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303571	11211	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	17/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	91804050	12326	ENFERMAGEM DE CARDIOLOGIA	09/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5397910260	10093	CENTRO CIRÚRGICO	29/03/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000791	22180	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	ALFAMED	VITA 600	V600000790	22188	UNIDADE CORONARIANA	03/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302488	11662	UNIDADE CORONARIANA	20/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301309	9941	CTI ADULTO	30/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	41301959	10673	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302493	10674	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301308	9996	CTI ADULTO	04/11/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302507	10676	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	131309460	20523	UNIDADE CORONARIANA	03/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	131309494	20527	HEMODIALISE	07/02/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	131309493	20526	HEMODIALISE	07/02/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	61301603	11664	UNIDADE CORONARIANA	20/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	131309483	20525	HEMODIALISE	03/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303568	11210	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81304027	16750	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	27/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303576	11213	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	18/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	81303559	11212	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	18/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	71302485	10677	CTI ADULTO	01/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	5398148252	10095	CENTRO CIRÚRGICO	04/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	BSM-7115	37	3838	ENDOSCOPIA	26/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301298	9943	CTI ADULTO	11/04/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	NIHON KOHDEN	MV802RJ	587A	2366	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	06/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023		21727	INTERFACE	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312645	21730	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	91804054	12325	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	09/05/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312660	21732	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	VISTA XL			CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	GE	DASH 4000	SD011205043GA	18954	CENTRO CIRÚRGICO	22/02/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	131309479	20524	CTI ADULTO	03/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301292	9978	CTI ADULTO	03/12/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DRAGER MEDICAL	INFINITY VISTA XL	53966561460	9311	CENTRO CIRÚRGICO	25/08/2



MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2022	131816934	20528	HEMODIALISE	03/06/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2023	152312644		TOMOGRAFIA	13/01/2
MONITOR MULTIPARAMÉTRICO	DIXTAL	DX 2020	51301306	9949	CTI ADULTO	11/04/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	BELTEC	NI	A0496	22213	CENTRO CIRÚRGICO	31/01/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	BELTEC	LB-100			CENTRO CIRÚRGICO	06/08/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	BELTEC	NI	A0503	22212	CENTRO CIRÚRGICO	31/01/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DENTEC	405 N	3063		CENTRO CIRÚRGICO	09/05/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DENTEC	405 N	A0032		CENTRO CIRÚRGICO	24/07/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DENTEC	405 PLUS		1364	CENTRO CIRÚRGICO	08/04/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	STRYKER	COMMAND 2	970600673D	1367	CENTRO CIRÚRGICO	06/06/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	LABO VEN	NI			CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DRILLER	350BRUSHLESS	22012	16529	CENTRO CIRÚRGICO	30/11/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DENTEC	405 PLUS	A0050		CENTRO CIRÚRGICO	01/07/2
MOTOR PARA CANETA DE MASTÓIDE	DENTEC	405 PLUS	1658		CENTRO CIRÚRGICO	09/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		16557	AMBULATÓRIO	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		4460	UNIDADE CORONARIANA	04/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	8	8850	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	26/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	2		CTI ADULTO	03/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	30		HEMODIALISE	21/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	2 CORPOS		18907	AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	01/05/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		9035	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT772	9025	AMBULATÓRIO	13/06/2
NEGATOSCÓPIO		NI	165		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	
NEGATOSCÓPIO	NT	NI		6152	AMBULATÓRIO (ONCOLOGIA)	28/06/2
NEGATOSCÓPIO	NT	NI		3887	ENDOSCOPIA	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT2421		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	14/07/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		8822	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	25/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3123		INTERFACE	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	NT	NI	NT2419		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	14/07/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	31	8363	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	14/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	1		UNIDADE CORONARIANA	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	478	8693	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	06/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	NT1351	7107	AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	27/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3125		5º ANDAR (HEMATOLOGIA)	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	2 CORPOS			AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	01/05/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		6136	AMBULATÓRIO (ONCOLOGIA)	28/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	NT2739	9049	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	05/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	321		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	06/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	11548		CTI ADULTO	05/03/2
NEGATOSCÓPIO		NI	874	8659	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	
NEGATOSCÓPIO	SPR	2 CORPOS		18906	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	01/05/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	2 CORPOS	3385	18910	POSTO DE ENFERMAGEM 6 ANDAR	03/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT2416		ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	14/07/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		18904	TOMOGRAFIA	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3124		UNIDADE CORONARIANA	14/12/2
NEGATOSCÓPIO		NI	8969		AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	3I IMPLANT	CUT 5062		5096	TOMOGRAFIA	28/03/2
NEGATOSCÓPIO	NT	NI	NT2517	6601	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	26/04/2
NEGATOSCÓPIO	3I IMPLANT	NI		5457	HEMODINÂMICA	18/06/2
NEGATOSCÓPIO	3I IMPLANT	NI		5137	RADIOLOGIA	17/05/2
NEGATOSCÓPIO	KONEX	NI		11753	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	27/01/2

NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	12/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	CUT 5062			CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	CUT 5062			CENTRO CIRÚRGICO	03/04/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	6	2817	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	26/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	3	8792	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	01/06/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO		5135	RADIOLOGIA	17/06/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO		5144	RADIOLOGIA	17/06/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO		5231	RADIOLOGIA	07/04/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	35	8317	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	26/05/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		9627	CENTRO CIRÚRGICO	17/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8837	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	NT782	7908	AMBULATÓRIO	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	CUT 5062		9628	CENTRO CIRÚRGICO	17/07/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO		8434	RADIOLOGIA	17/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	4	2818	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	14/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	CUT 5062		9629	CENTRO CIRÚRGICO	17/06/2
NEGATOSCÓPIO	NT	NI		9059	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	58796	3948	HEMODINÂMICA	15/03/2
NEGATOSCÓPIO	NEITZ	RX-1			AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	21/07/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	11547		CTI ADULTO	06/03/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO	16558		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		18912	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3132	8391	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	15/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT776	7930	AMBULATÓRIO	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8477	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI		11754	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	09/06/2
NEGATOSCÓPIO	J. PELEGRINO	NI			AMBULATÓRIO (QUIMIOTERAPIA)	01/12/2
NEGATOSCÓPIO	J. PELEGRINO	NI	632	8978	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	10/03/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		5282	RADIOLOGIA	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3057	18903	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT2422	16560	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	14/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3130	8739	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - PROCTOLOGIA)	15/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8517	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	04/02/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		7076	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 3 - NEUROCIRURGIA)	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		7069	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 3 - NEUROCIRURGIA)	27/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT1359	7114	FARMÁCIA	27/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT783	7941	AMBULATÓRIO	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		16559	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	NÃO IDENTIFICADA	NÃO IDENTIFICADO	16765		HEMATOLOGIA PEDIÁTRICA	
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	1201		CTI ADULTO	06/03/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	NT3058	20933	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	14/12/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI			CTI ADULTO	06/07/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	8756		RADIOLOGIA	15/03/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		7950	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8486	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	25/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8969	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 1 - DERMATOLOGIA)	09/03/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	58	8809	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	26/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	7919	7919	AMBULATÓRIO	08/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	54	8358	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - UROLOGIA)	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	879	6700	AMBULATÓRIO (PÓLO PÉ DIABÉTICO)	06/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8705	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	05/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI	214	9078	AMBULATÓRIO (BLOCO CLÍNICO 2 - ENDOCRINOLOGIA)	06/06/2

NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI			RADIOLOGIA	14/06/2
NEGATOSCÓPIO	SPR	NI	11543		CTI ADULTO	06/03/2
NEGATOSCÓPIO	NT	NI		9657	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	21/12/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		9265	CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8509	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - ORTOPEDIA)	13/06/2
NEGATOSCÓPIO	LABO VEN	NI		9312	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2
OFTALMOSCÓPIO	NEITZ	PSU-3	11	11757	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	18/10/2
OFTALMOSCÓPIO	HEINE	K180		9852	OFTALMOLOGIA	29/11/2
OFTALMOSCÓPIO	EYETEC	PSU-3	12006	11756	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	20/08/2
OFTALMOSCÓPIO	HEINE	K180		9851	OFTALMOLOGIA	29/11/2
OFTALMOSCÓPIO	WELCH ALLYN	PAREDE	11620		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	19/01/2
OFTALMOSCÓPIO	TOPCON	NI	651414	2663	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	01/12/2
OFTALMOSCÓPIO	WELCH ALLYN	***	1417258	15480	OFTALMOLOGIA	
OFTALMOSCÓPIO	WELCH ALLYN	NI		1539	OFTALMOLOGIA	29/11/2
OFTALMOSCÓPIO	KEELER ENGLAND	I167E		2667	OFTALMOLOGIA	
OTONEUROLOGICO	CONTRONIC	NI	SCVC0217		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	06/06/2
OTOSCÓPIO	NT	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	20/08/2
OTOSCÓPIO	LABO VEN	NI	1911		AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	20/12/2
OTOSCÓPIO	LABO VEN	NI			AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	20/12/2
OTOSCÓPIO	LABO VEN	NI		8680	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - OTORRINOLARINGOLOGIA)	25/05/2
OXICAPNÓGRAFO	CRITICARE	602-3A	195253165	1959	CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2
OXICAPNÓGRAFO	CRITICARE	602-3A	195253167	1957	CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100	20199	4182	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	26/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	MORIYA	M1000	8270018	12318	FISIOTERAPIA	05/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	INTEC	MD300-A	9470700254	15919	CTI ADULTO	06/03/2
OXÍMETRO DE PULSO	IMFTEC	MD300-A	9470700228	15915	AMBULATÓRIO (QUIMIOTERAPIA)	28/12/2
OXÍMETRO DE PULSO	IMFTEC	MD300-A	9470700317	15914	CTI ADULTO	31/03/2
OXÍMETRO DE PULSO	CRITICARE	504	195251057	1922	CENTRO CIRÚRGICO	12/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	CRITICARE	504			CENTRO CIRÚRGICO	13/03/2
OXÍMETRO DE PULSO	DIGICARE	PO-900	1314	5409	HEMODINÂMICA	18/06/2
OXÍMETRO DE PULSO	DATEX	OSP2000001	404001	9155	CENTRO CIRÚRGICO	06/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	INTEC	MD300-A	9470700382	15916	INTERFACE	
OXÍMETRO DE PULSO	LABO VEN	MD300-A	9470700416	11994	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	01/10/2
OXÍMETRO DE PULSO	IMFTEC	MD300-A	9470700332	15920	INTERFACE	10/02/2
OXÍMETRO DE PULSO	MORIYA	1001	702611129		POLISSONOGARFIA	31/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100	20192	4130	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	04/06/2
OXÍMETRO DE PULSO	IMFTEC	MD300-A	9470700369	15917	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	18/11/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100	20193		POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	07/06/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100	20194		ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	04/06/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100A	20195		POLISSONOGARFIA	12/05/2
OXÍMETRO DE PULSO	NIHON KOHDEN	OLV1100A	20197 7A	4176	ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	03/06/2
PERFURADOR ÓSSEO	CONMED LINVATEC	PRO 6150 POWER PRO	BBF18552		CENTRO CIRÚRGICO	12/01/2
PERFURADOR ÓSSEO	STRYKER	EHD	981100203		CENTRO CIRÚRGICO	26/05/2
PERFURADOR ÓSSEO	STRYKER	2104			CENTRO CIRÚRGICO	18/04/2
PIPETA MONOCANAL	GRIFOLS	DG STEPPER	20395		UNIDADE TRANSFUSIONAL	
PIPETADOR AUTOMÁTICO	LABO VEN	NI	940460878		LABORATÓRIO - SALA DE HEMATOLOGIA E BIOQUIMICA	15/09/2
PIPETADOR AUTOMÁTICO	LABO VEN	CUT 5062	22101960		LABORATÓRIO MICROBIOLOGIA	05/03/2
POLISSONÓGRAFO	SONOLAB	632			POLISSONOGARFIA	01/06/2
PROCESSADOR DE TECIDOS	LEICA	TP-1020V	4323-01/2011	17700	ANATOMIA PATOLÓGICA	18/10/2
PROCESSADOR DE TECIDOS	SHANDON ELLIOTT	CITADEL 2000	CB1053A9811	8157	ANATOMIA PATOLÓGICA	24/06/2
PROCESSADORA DE FILMES RADIOLÓGICOS	MACROTEC	MX-2	7085979		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2- GINECOLOGIA)	28/10/2
PROCESSADORA DE FILMES RADIOLÓGICOS	MACROTEC	MX-3	5093182	17529	RADIOLOGIA	10/08/2
PROCESSADORA DE FILMES RADIOLÓGICOS	MACROTEC	MX-3			RADIOLOGIA	25/05/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	KARL STORZ	NI	YV724088-P		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	OLYMPUS	CV-180	7885340	14633	ENDOSCOPIA	25/11/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	STORZ	20212120	HIP033988	3687	CENTRO CIRÚRGICO	07/05/2



PROCESSADORA DE IMAGEM	STRYKER	596T	97060564	1257	CENTRO CIRÚRGICO	15/07/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	STRYKER	596T	99L020074	4036	ENDOSCOPIA	01/12/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	STRYKER	596T	99L020054		CENTRO CIRÚRGICO	06/07/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	STRYKER	596T	99L19924	1348	CENTRO CIRÚRGICO	01/06/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	FUJINON	SYSTEM 2200 PROCESSOR	2V338B095	22750	ENDOSCOPIA	28/08/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	CONFIANCE MEDICAL	SCAM	SCFHD-201312-4		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	ACMI	IDC 1500	SN07121346	11554	CENTRO CIRÚRGICO	15/07/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	OLYMPUS	CV-150	7246734	19758	ENDOSCOPIA	02/02/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	CONFIANCE MEDICAL	CM-SCAM3	SC3FHDT-20182-2	22416	CENTRO CIRÚRGICO	02/03/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	KARL STORZ	202130 20	BB648137-P	11516	CENTRO CIRÚRGICO	24/06/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	KARL STORZ	202130 20	LD634530-P		CENTRO CIRÚRGICO	16/10/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	STRYKER	596T	99L019934	2822	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	14/12/2
PROCESSADORA DE IMAGEM	CONFIANCE MEDICAL	SCAM	SCFHO-201312-6		CENTRO CIRÚRGICO	01/12/2
PROCESSADORA DE IMAGEM COM FONTE DE LUZ	FUJINON	VP-4400	7V394A442	22752	ENDOSCOPIA	28/08/2
PROCESSADORA DE IMAGEM COM FONTE DE LUZ	FUJINON	EPX-220	3V338B083	9787	ENDOSCOPIA	03/08/2
PROCESSADORA PARA HIGIENIZAÇÃO DE ENDOSCÓPIO	LIFEMED	ENDOLAV	REP1110009		ENDOSCOPIA	01/12/2
PROJETOR DE OPTOTIPOS	MARCO	NI	M21142	8663	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	28/03/2
PROJETOR DE OPTOTIPOS	IGAL	NI		1368	OFTALMOLOGIA	29/11/2
PUPILÔMETRO	ESSILOR	X81701	56397	12579	OFTALMOLOGIA	06/08/2
RASTREADOR DE PIGMENTOS	ELEKTRON TECHNOLOGY	MPS II	13315904	22762	OFTALMOLOGIA	
REFRATOR	NIDEX	ARK700		1376	OFTALMOLOGIA	29/11/2
REFRATOR DE GREENS	LUXVISION	LXR1500 WHITE	R15000115000347	17546	OFTALMOLOGIA	29/11/2
REFRATOR DE GREENS	ASAP	ASVT-5	515117		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	30/06/2
REFRATOR DE GREENS	LABO VEN	NI	56230	2670	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	04/02/2
REFRATOR DE GREENS	LUXVISION	LXR1500 WHITE	1,50E+13	17547	OFTALMOLOGIA	29/11/2
RETINÓGRAFO	TOPCON	TRC-FE	512374872		OFTALMOLOGIA	16/07/2
RETINOSCÓPIO	MD	DT 801		21246	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	30/06/2
RETINOSCÓPIO	WELCH ALLYN	NI		1984	OFTALMOLOGIA	
RETINOSCÓPIO	NEITZ	RX-1	40-01		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	19/06/2
SECADORA DE TRAQUÉIAS	SERCON	ST	70868		CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO	08/01/2
SELADORA	BARBI	NI - NÃO IDENTIFICADO	133867	19635	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2-GINECOLOGIA)	01/01/2
SELADORA AUTOMÁTICA	LOOK	SRN.01	1004		CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	04/01/2
SELADORA AUTOMÁTICA	LOOK	SRN.01	1003		CENTRAL DE MATERIAL E ESTERILIZAÇÃO	04/01/2
SELADORA AUTOMÁTICA	LOOK	SRN.01	1002		CENTRO DE MATERIAL E ESTERELIZAÇÃO	04/01/2
SELADORA DE EMBALAGENS	EVEREST	X			AMBULATÓRIO (BLOCO PEDIÁTRICO)	10/08/2
SELADORA DE EMBALAGENS	HARAMURA	H-SOBERANA	20040	4694	FARMÁCIA	29/06/2
SELADORA DE EMBALAGENS	OPUS	30	108	19636	FARMÁCIA	03/12/2
SELADORA DE EMBALAGENS	OPUS	30	106	19637	FARMÁCIA	03/12/2
SELADORA DE EMBALAGENS	RON	NI	80611	17622	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	03/08/2
SELADORA PARA BOLSA DE SANGUE	SEBRA	1060	774	4565	UNIDADE TRANSFUSIONAL	30/06/2
SERRA DE GESSO	NEVONI	18018A	30159	11005	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - SALA DE GESSO)	05/03/2

SERRA DE GESSO	NEVONI	18018A	27754	11007	CENTRO CIRÚRGICO	27/08/2
SERRA DE GESSO	OSCILAN	NI	371		AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - SALA DE GESSO)	02/02/2
SERRA DE GESSO	STRYKER	9002210	005KSES41	6942	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 4 - SALA DE GESSO)	09/06/2
SERRA DE GESSO	MIRCHA	3	134		CENTRO CIRÚRGICO	13/05/2
SERRA SAGITAL	AESULAP	125R	9835		CENTRO CIRÚRGICO	16/04/2
SISTEMA DE COAGULAÇÃO SANGÜÍNEA	SYSMEX	CA-1500	A5422		SALA DE COAGULAÇÃO/ELETROFORESE/MICROSCOPI	15/09/2
SISTEMA DE ERGOMETRIA	TEB	APEX 200	TE 101104008	17227	AMBULATÓRIO	06/06/2
SISTEMA DE POTENCIAL EVOCADO	CONTRONIC	EVOKADUS	EVKC00073	22779	AMBULATÓRIO (SUB-SOLO - AUDIOMETRIA)	04/10/2
TOMÓGRAFO COMPUTADORIZADO	PHILIPS	BRILLIANCE CT 6	3438	11527	TOMOGRAFIA	02/07/2
TOMÓGRAFO DE COERÊNCIA ÓPTICA	CARL ZEISS	3000	3000-9271	11079	OFTALMOLOGIA	15/03/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	INAMI	L-5130	229384	2666	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	12/01/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	LABO VEN	NI	9119	19717	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	21/09/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	OPTILASA	NI	250211847		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	06/11/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	INAMI	R-900	9225	19718	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	23/01/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	OPTO	NI	250809293		AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	16/07/2
TONÔMETRO DE APLANAÇÃO	INAMI	L-5130	229383	2669	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	28/08/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GE	LOGIQ-E	611791WX0	22476	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	08/12/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	SIEMENS	ACUSON X 300	344682	20650	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/04/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	PHILIPS	AFFINITY 70G	BZ318F1342	22684	ULTRASSONOGRRAFIA	13/06/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	LABO VEN	NI			ULTRASSONOGRRAFIA	20/09/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GNATUS	JET SONIC	4540474022	11789	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	09/03/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	BARD	NI	DYWA8060		ENFERMAGEM DE PEDIATRIA	08/01/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GE	LOGIQ-E	549943WX9		CENTRO CIRÚRGICO	06/03/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GE	LOGIC S7 EXPERT	LS7320743SU8	21707	ULTRASSONOGRRAFIA	20/05/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GE	VIVID Q	VQ55592VQ	21028	SALA DE ECO	21/06/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	PHILIPS	EPIQ 7G	US318B2505	22863	AMBULATÓRIO (CARDIOLOGIA)	20/09/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	PHILIPS	HD11XE	US90976393	21026	ULTRASSONOGRRAFIA	24/12/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GNATUS	JET SONIC	4540474021	11790	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	11/03/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	TOSHIBA	SSA-780A	99H1274961		ULTRASSONOGRRAFIA	10/01/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	SONOSITE	NI	Q4J542	21215	HEMODIALISE	09/01/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	TOSHIBA	POWER VISION 6000	K1575044	7256	UNIDADE CORONARIANA	06/06/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	MEDISON	SA8000 SE	A7B506300002473	11018	ULTRASSONOGRRAFIA	19/02/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	SIEMENS	ACUSON X 300	312131	11583	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 2 - GINECOLOGIA)	04/09/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	SAMSUNG	SONOACE X 8	SOMBM3HD10000		CENTRO CIRÚRGICO	12/04/2
ULTRASSOM DIAGNÓSTICO	GNATUS	JET SONIC	44706220010	11944	AMBULATÓRIO (BLOCO CIRÚRGICO 1 - ODONTOLOGIA)	08/11/2
ULTRASSOM OFTALMOLÓGICO	LABO VEN	NI		20637	AMBULATÓRIO (NÚCLEO OFTALMOLÓGICO)	31/03/2
ULTRASSOM OFTALMOLÓGICO	SONOMED	VUPAD A/B	5,58E+11	22761	OFTALMOLOGIA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0160	21745	UNIDADE CORONARIANA	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0067	9992	CTI ADULTO	30/12/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL0115	10389	CTI ADULTO	13/06/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0078	9887	CTI ADULTO	29/08/2

VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL0113	10386	CTI ADULTO	13/06/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0055	21744	UNIDADE CORONARIANA	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0158	21746	UNIDADE CORONARIANA	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0159	21743	CTI ADULTO	09/11/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121201080	18784	UNIDADE CORONARIANA	17/07/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P20080300055		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
VENTILADOR PULMONAR	BIRD	8400STI	B800300130	2172	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	12/05/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00045	11208	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	10/05/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3980301479		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3-9803-01479		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	31/08/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3-9802-01466	6062	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	03/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3980301496		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180570	2323	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	11/05/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00041	11207	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	10/04/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3980201466		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180596	2991	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	28/07/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00043	11206	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	10/04/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00055	11298	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	29/04/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121200840	18786	UNIDADE CORONARIANA	17/07/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00044		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	10/04/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2008-03-00051	11300	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	29/04/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180604	2157	UNIDADE CORONARIANA	15/07/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180601	2310	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	03/06/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180598	2200	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	12/05/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180597	2309	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	17/11/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180594	1556	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	13/05/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180593	2170	INTERFACE	28/07/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL0112	10388	CTI ADULTO	13/06/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3512143238	21063	CTI ADULTO	01/03/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0062	9993	CTI ADULTO	05/01/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	351216148	22190	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/01/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0033	9991	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	17/11/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL0114	10387	CTI ADULTO	12/06/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121201110	18780	UNIDADE CORONARIANA	10/11/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P20080300044	11209	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	11/04/2
VENTILADOR PULMONAR	NEWPORT MEDICAL	WAVE E 200	0105WG175		CENTRO CIRÚRGICO	17/05/2
VENTILADOR PULMONAR	NEWPORT MEDICAL	WAVE E 200	0105WG182		CENTRO CIRÚRGICO	15/06/2
VENTILADOR PULMONAR	NEWPORT MEDICAL	WAVE E 200	0107WG283		CENTRO CIRÚRGICO	17/05/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180595	1553	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	28/07/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3-9803-01496	2426	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	07/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3-9803-01497	4161	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	07/06/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180599	1551	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	12/05/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 5	I5-0002-01641	1565	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	04/06/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3512165146	22194	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/01/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3512165144	22192	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	12/01/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2010-12-00912	16776	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/06/2
VENTILADOR PULMONAR	BIRD	6400ST	KEG01029	6951	CENTRO CIRÚRGICO	11/05/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3512143241	21065	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/03/2
VENTILADOR PULMONAR	BIRD	6400ST	KEG01040	9057	CENTRO CIRÚRGICO	15/05/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0058	9889	POSTO DE ENFERMAGEM 4 ANDAR	17/11/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3512143232	21064	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/03/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0045	9931	CTI ADULTO	29/08/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180479	2301	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	12/05/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0031	9888	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	16/11/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	EVITA XL	ARZH0094	12308	UNIDADE CORONARIANA	30/03/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN0035	10061	CTI ADULTO	16/12/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHH0056	21741	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	09/11/2

VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121201130	18785	CTI ADULTO	06/10/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121201020	18783	CTI ADULTO	06/03/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	EVITA XL	ARZH0093	12309	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	20/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2010-12-00903	16775	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 5	I5-000201598	5417	HEMODINÂMICA	18/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 3	I3980301497		CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0157	21740	CTI ADULTO	09/11/2
VENTILADOR PULMONAR	NEWPORT MEDICAL	WAVE E 200	0009WE267		CENTRO CIRÚRGICO	17/08/2
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ASHF0161	21742	CTI ADULTO	09/11/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121200980	18781	UNIDADE CORONARIANA	25/05/2
VENTILADOR PULMONAR	BENNETT	840	3121200930	18782	CTI ADULTO	27/07/2
VENTILADOR PULMONAR	MAQUET	SERVO 900C	180602	3042	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	28/07/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2010-11-00897	16774	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	02/06/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 7	I7P-2010-12-00906	16777	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	01/06/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	MAGNAMED	OXYMAG	3040	21091	POSTO DE ENFERMAGEM 5 ANDAR	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	GE	ISLEEP	E390802	19829	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	14/05/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	MAGNAMED	OXYMAG	3025	21094	CTI PEDIÁTRICO E NEONATAL	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	MAGNAMED	OXYMAG	3027	21092	CTI ADULTO	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	MAGNAMED	OXYMAG	3043		CENTRO CIRÚRGICO	04/11/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	NEWPORT MEDICAL	HT 50	9099897	15630	CTI ADULTO	11/08/2
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	NEWPORT MEDICAL	HT 50	9099901	15631	UNIDADE CORONARIANA	10/09/2
VIDEOBRONCOSCÓPIO	FUJINON	EB-2705	SN2B049A035	10912	BRONCOSCOPIA	03/08/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	OLYMPUS	CF-160AL	2213658	22749	ENDOSCOPIA	27/08/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	FUJIFILM	EC-250HL5	NC471A666	22214	ENDOSCOPIA	03/01/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	OLYMPUS	CFQ150L	2202751		ENDOSCOPIA	11/12/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	OLYMPUS	CF-Q180AL	2907886	14886	ENDOSCOPIA	14/06/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	FUJINON	EC201WL	1C323A776		ENDOSCOPIA	02/06/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	FUJINON	EC530WL3	NC471A556		ENDOSCOPIA	07/04/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	OLYMPUS	CFQ150L	2504719		ENDOSCOPIA	06/08/2
VIDEOCOLONOSCÓPIO	FUJINON	EC201WL	1C323A685	11089	ENDOSCOPIA	02/06/2
VIDEODUODENOSCÓPIO	FUJINON	ED530XT8			ENDOSCOPIA	30/01/2
VIDEODUODENOSCÓPIO	FUJINON	ED530XT8	3D103LO43		ENDOSCOPIA	30/01/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	FUJIFILM	EG-250WR5	1G397A499	22215	ENDOSCOPIA	03/01/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	FUJINON	EG250WR5	SNRG202A708		ENDOSCOPIA	10/10/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	OLYMPUS	GIF - Q150	2205844		ENDOSCOPIA	20/12/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	OLYMPUS	GIF - H180	2902287	14885	ENDOSCOPIA	14/06/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	OLYMPUS	GIF - Q150			ENDOSCOPIA	20/12/2
VIDEOGASTROSCÓPIO	OLYMPUS	GIF - Q150	2419012		ENDOSCOPIA	05/08/2
VITREÓFAGO	ALCON	CONSTELLATION	1601818701X		CENTRO CIRÚRGICO (OFTALMOLOGIA)	30/11/2
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 5	1500020159	5419	SUBSOLO - SALA BRASIL - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	INTER 5	I5-0002-01598		3º ANDAR - CTI PEDIÁTRICO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	RESMED	ST-A QUICKNAV/VPAPP			3º ANDAR - ENFERMARIA PEDIÁTRICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	EVITA 4 EDITION	ARZH-0094	12308	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0033	9991	3º ANDAR - ENFERMARIA PEDIÁTRICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0058	9889	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXN0035	10061	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL-0112		8º ANDAR - INTERFACE - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL-0113	10386	8º ANDAR - INTERFACE - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	MAGNAMED	OXYMAG		21094	3º ANDAR - CTI PEDIÁTRICO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHF-0160	21745	8º ANDAR - ENFERMARIA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	

VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	VYAIRE	LTVZ 2200	R02205	23913	5º ANDAR - POSTO DE ENFERMAGEM I - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15065	24809	7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0031		7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHH-0056		7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHF-0161	21742	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHF-0159	21743	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0078		7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	PURITAN BENNETT	840	3512165148		3º ANDAR - CTI PEDIÁTRICO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0045		7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0067	9992	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARXL-0114	10387	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0062		8º ANDAR - ENFERMARIA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	EVITA 4 EDITION	ARZH-0093	12309	7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHF-0157	21740	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15063	24807	8º ANDAR - INTERFACE - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15064	24808	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15051	24805	7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15052	24806	7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15050	24844	7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15067	24811	7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA	ARWN-0035		7º ANDAR - CTI ADULTO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-15066		7º ANDAR - UPO - UNIDADE PÓS OPERATÓRIO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHF-0158	21746	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	DRAGER MEDICAL	SAVINA 300	ASHH-0055	21744	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-14977	6641	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR	INTERMED	IX5	IX5-2020-09-14988	6640	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	VYAIRE	LVTZ 2200	R02011	24840	3º ANDAR - CTI PEDIÁTRICO - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	VYAIRE	LTV2 2200	R02277	24841	9º ANDAR - RPA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	VYAIRE	LTV2 2200	R02169	24842	9º ANDAR - RPA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202
CORADOR DE LAMINA	LEICA	ST 4040	47432240	8175	ANATOMIA PATOLÓGICA	
ESTUFA	VULCAN	EES-1508	20200830		ANATOMIA PATOLÓGICA	
MICROTOMO	SHANDON	AS325	MT009606V	8164	ANATOMIA PATOLÓGICA	
MICROTOMO		JUNG RM 2025	12101239	9402	ANEXO - ANATOMIA PATOLÓGICA	
VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE	VYAIRE	LTV2 2200	R02107	24837	10º ANDAR - ENGENHARIA CLÍNICA - HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	202

## ANEXO VII

### MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

O Hospital Federal da Lagoa, através da Coordenação de Administração, vem por meio deste Atestado de Visita Técnica, declarar que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, enviou a este complexo hospitalar, profissional credenciado, conforme disposto Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, que irá exercer a função de responsável técnico pelo serviço, objeto do editalício em epígrafe, para vistoriar os locais, equipamentos e instalações, visando obter total ciência das condições da sede atual, e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativas à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade como discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes.

Rio de Janeiro, de de 2025.

De acordo:

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e assinatura do Responsável

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e assinatura do responsável técnico credenciado  
pelo licitante do Responsável

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ (nome e função), representando a empresa \_\_\_\_\_, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Rio de Janeiro, de de 2025.

De acordo:

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e assinatura do Responsável

\_\_\_\_\_  
Nome Completo e assinatura do responsável técnico credenciado  
pelo licitante do Responsável

## ANEXO IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ ou CPF nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

\_\_\_\_\_

## ANEXO X

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual no \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa .....

Vigência do Contrato .....

Valor total do contrato .....

Valor total dos Contrato(s) R\$.....

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

**a)** A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 Valor total dos contratos \*

Observação:

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

**Nota 2:** considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado\*.

**b)** Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas. Fórmula de cálculo:

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$

Valor da Receita Bruta

## ANEXO XI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/20\_\_ PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_, instaurado pelo Processo de nº 33408.064310/2024-12 que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome: \_\_\_\_\_.

RG/CPF: \_\_\_\_\_.

Cargo: \_\_\_\_\_.



ANEXO XII

MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

(NOME DA EMPRESA)\_\_\_\_, (n.º do CNPJ)\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, firmado abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão eletrônico n \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Hospital Federal da Lagoa.

ANEXO XIII

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 33408.064310/2024-12

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E  
.....

A União por intermédio do Hospital Federal da Lagoa, com sede na Rua Jardim Botânico, 501- Jardim Botânico- Cep: 22470-050, na cidade de Rio de Janeiro/Estado RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0204-53, neste ato representado por sua Diretora Geral, **Lívia Almeida de Menezes**, nomeada pela Portaria de Pessoal/GM/MS nº 170, de 9 de março de 2026, publicado no D.O.U nº 46, seção 2, de 10 de março de 2026, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **33408.064310/2024-12** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MEDIDA QTDADE	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Contratação de serviços de engenharia contínuos, com gestão e execução integral das atividades de engenharia clínica hospitalar, abrangendo manutenção preditiva, preventiva e corretiva, calibração, qualificação metrológica, consultoria técnica, gestão informatizada do parque de equipamentos médico-hospitalares e assistenciais, suporte técnico, treinamento operacional, inventário eletrônico, emissão de relatórios, laudos, certificados, bem como a previsão orçamentária para consertos externos nos casos em que a solução não possa ser executada internamente pela contratada, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 278/2025.	22225	Mês	12	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 92, V E X)**

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de

30 (trinta) dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos; 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.41. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.44. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.45. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.46. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;
- 9.47. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.48. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.49. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.50. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.51. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.52.. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.53. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.54. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.55. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.56. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.57. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.57.1. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

#### **CLAUSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIX)**

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja

regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 250105 - Hospital Federal da Lagoa

Fonte de Recursos: 1001000000

Programa de Trabalho: 10302501862176511 - Atenção a Saúde nos Serviços Ambulatoriais no Município do RJ

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Plano Interno:

Nota de Empenho:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA- FORO**

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rio de Janeiro-RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Serviço de Controle e Contratos - SECONT/HFL  
Rua Jardim Botânico, nº 501 - 10º andar - Bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22470-050  
Site